

ENUNCIÇÃO E DIÁLOGO

ELENI JACQUES MARTINS

Tese apresentada ao Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Guimarães

Este exemplar é a redação final da Tese defendida por Eleni Jacques Martins e aprovada pela Comissão Julgadora em 3/12/87

Campinas, novembro de 1987

Eduardo Guimarães
Prof. Dr. Eduardo Roberto Guimarães
Guimarães
Orientador e Presidente

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

A Eduardo Guimarães agradeço pela dedicação, confiança e espírito de liberdade com que me orientou neste trabalho.

Meu agradecimento também a Haquira Osakabe, co-orientador, pelo acompanhamento e importantes sugestões; a Maria Bernadete Abaurre e Kanavillil Rajagopalam, pela discussão do texto inicial; e, ainda a Maria Cristina Leandro, Ana Maria Bohrer, Maria Lília Dias, Maria Helena Celia e Ana Maria Guimarães, pela leitura, pelo carinho e solidário apoio.

Registro também o auxílio decisivo que tive da CAPES, UFRGS e Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul, sem o qual este trabalho certamente não poderia ter sido realizado.

Para

*Cristina, Rui, Solange,
Ephigênia, Laura, Eduardo,
Mária Flora, Margareth, Mara,
Helena Mary, Reginaldo, Guacira
Edu e Neide*

por tudo que me ensinaram e pelo
afeto que me fazem sentir.

RESUMO

Este trabalho é uma investigação sobre a natureza do diálogo e suas possibilidades de ocorrência. Inicia-se por uma crítica a concepções de diálogo que o identificam com o processo de enunciação, ou que o condicionam a circunstâncias extralingüísticas. Em consequência dessa crítica, o diálogo foi definido como uma qualidade semântica da enunciação, que expressa o ponto de equilíbrio de poder da palavra no seu interior. Para caracterizar tal ponto, foi construído um modelo de enunciação, pelo qual se representam sua estrutura e dinâmica. Trata-se de um esquema que reproduz a articulação semântica do **eu** e do **tu**, a partir do contexto lingüístico que estabelecem, caracterizado como não-pessoa pela forma **ele**. A ocorrência ou não do diálogo decide-se na interação semântica dos dois níveis pragmáticos da estrutura triangular **eu-tu/ele**. Com base nesse modelo, foi possível desenvolver uma hipótese metodológica, a partir da qual constituíram-se instrumentos de análise. Para comprovar essa hipótese, realizou-se a análise de uma relação enunciativa e propuseram-se padrões possíveis de enunciação.

ABSTRACT

This study aims at investigating both the nature of the dialogue and its possibilities of occurrence. Firstly, criticisms are advanced in respect to conceptions of the dialogue which identify it with the process of enunciation, or which make the dialogue contingent upon extralinguistic circumstances. Consequently, the dialogue has been defined as a semantic quality of enunciation, which establishes a compromise in the power of the words actually used. In order to represent this, a model of enunciation has been conceived that serves the purpose of expressing the structure and the functioning of the dialogue. The framework reproduces the semantic articulation of "eu" and "tu", from the perspective of the linguistic context thence set up, which is characterized as non-person, through the form "ele". Occurrence or non-occurrence of the dialogue are determined within the semantic interaction between the two pragmatic levels of the triangular structure "eu-et/ele"- i.e., the discursive level and the level that arises from linguistic action. A methodological hypothesis has been developed based upon this model, so that instruments of analysis could be proposed. With the intention of proving this hypothesis valid, an analysis of an enunciative relationship has been applied, and possible patterns of enunciation have been determined.

E se isso que tanto buscas só existe
Em tua límpida loucura

— que importa? —

Exatamente isto

É o teu diamante mais puro!

MARIO QUINTANA

S U M Á R I O

	Página
INTRODUÇÃO	10
1 — EM BUSCA DE CONCEITOS EXISTENTES	14
1.1 — Em teorias do discurso e da intersubjetividade	16
1.2 — Em teorias conversacionais	41
1.3 — Em teorias pragmáticas ilocucionais e semânticas ..	53
1.4 — Conclusão	73
2 — POR UM CONCEITO DE DIÁLOGO	81
2.1 — Eu-tu ou eu-tu/ele	88
2.2 — A estrutura da enunciação e o diálogo	99
2.2.1 — Nível discursivo	105
2.2.2 — Nível da ação lingüística	110
2.2.3 — O diálogo	112
3 — OS ELEMENTOS INTEGRANTES DO ESQUEMA DA ENUNCIÇÃO E SUAS RELAÇÕES	117
3.1 — Contexto dialógico e sujeito	119
3.2 — Contexto discursivo e lugar social	140
3.2.1 — Análise e caracterização semântica do con- texto discursivo e dos lugares sociais ..	148
3.3 — O contexto perlocucional e o trabalho semântico ..	180
3.3.1 — O efeito do trabalho semântico	192

	Página
4 — CONFIGURAÇÕES SEMÂNTICAS DA ENUNCIÇÃO	205
4.1 — Análise de uma relação enunciativa	205
4.2 — Padrões de enunciação	220
5 — CONCLUSÃO	242
6 — BIBLIOGRAFIA	248

LISTA DE FIGURAS

	Página
Fig. 1 — Relação enunciativa básica	98
Fig. 2 — Estrutura e dinâmica da enunciação	103
Fig. 3 — O equilíbrio dialógico	123
Fig. 4 — O desequilíbrio da ação lingüística	226
Fig. 5 — O desequilíbrio nos dois níveis e na mesma direção ..	230
Fig. 6 — O desequilíbrio nos dois níveis, mas em direções con- trárias	234
Fig. 7 — O conflito discursivo no equilíbrio da ação lingüísti- ca	240
Fig. 8 — O conflito discursivo no desequilíbrio da ação lin- güística	241

INTRODUÇÃO

É tão forte e evidente o fascínio que a palavra **diálogo** exerce sobre as pessoas em geral, que ela parece dotada, em nossa cultura, de um caráter de sacralidade. Contudo, apesar da magia positiva que impregna a palavra, ou por isso mesmo, de seu emprego freqüentemente derivam intenções e efeitos contrários àqueles associados a seu significado corrente. Ela é ouvida quando ocorrem problemas interpessoais e sobretudo em situações de conflito social, quando se desenvolve uma luta de poder pela obtenção de fins determinados, e não se pretende, ou não se pode ainda, empregar forças que não as relacionadas com a linguagem, como a da lei ou da negociação. É por seu caráter de sacralidade que a palavra **diálogo** pode ser empregada com tanta eficácia e, às vezes, com propósitos tão distanciados dos que nos emocionam.

Desse modo, o diálogo é elemento central e talvez o mais ambíguo no drama, ao mesmo tempo difícil e envolvente, das relações lingüísticas. E foi por percebê-lo assim que o tomamos como tema deste trabalho. Nosso projeto configura um empenho para explicitar a imagem idealizada que mantém o conceito de diálogo imobilizado num estágio pré-crítico. Isso ocorre no nível do senso comum e até mesmo em teorias que consideram a historicidade da linguagem, onde não se encontra uma reflexão sistemática sobre o diálogo que integre as vicissitudes criadas pelas circunstâncias que envolvem qualquer interação lingüística. Em

vista disso, buscamos um conceito que não dissimule tais vicissitudes. Queremos resgatar a dimensão real do diálogo que é a da contingência, da relatividade e do desejo, propriedades inerentes a tudo que se refere às relações humanas. Com isso, certamente vamos perder ilusões, mas obter algum conhecimento sobre as manobras lingüísticas que utilizamos e sofremos quando nos empenhamos num "diálogo".

A amplitude do tema permitiria examiná-lo de diversos ângulos: do sociológico, do psicanalítico, do filosófico e talvez de outros mais. Entretanto, como nosso interesse é a linguagem, vamos abordá-lo desse ponto de vista, aceitando, não sem alguma frustração, os limites de uma perspectiva bem determinada. Mas tem que ser assim quando se pretende atingir um nível de objetividade científica. Com esse propósito, realizamos o trabalho de análise bibliográfica e de dados lingüísticos, para chegar à formulação de um conceito de diálogo e elaborar uma proposta de análise de relações enunciativas.

Começamos com uma revisão bibliográfica direcionada pelo objetivo específico de buscar conceitos de diálogo, existentes ou deduzíveis de teorias pragmáticas da linguagem, decidindo-nos pela elaboração de um conceito próprio. É que essas teorias mantinham inalterada a idéia comum de diálogo, ou, quando mais refinadas desse ponto de vista, não apresentavam um modelo de enunciação que permitisse avaliar a ocorrência ou não de uma relação dialógica.

Em virtude disso, no segundo capítulo, tratamos de encontrar elementos para elaborar um modelo de enunciação mais adequado a nossos propósitos. Iniciamos refletindo sobre a interpretação que Benveniste faz do sistema pronominal, o que pos

sibilitou discutir o conceito de relação enunciativa desse autor, sustentado por noções específicas de intersubjetividade e de diálogo. A partir dessa crítica, pudemos formular um esquema representativo da enunciação, suficientemente complexo para sustentar a dinâmica das relações interpessoais e um novo conceito de diálogo. Esse esquema se tornou possível graças à retirada da enunciação do interior do enunciado e à conversão deste em elemento constitutivo das relações **eu-tu**, o que, a nosso ver, representa uma inversão relativamente ao posicionamento teórico de Benveniste e de outros lingüistas que mobilizam seu pensamento. Elaborada essa representação da estrutura e dinâmica da enunciação, pudemos efetivamente definir o diálogo e propor um modelo de análise de relações enunciativas que o tem como ponto de referência.

No capítulo seguinte, conceituamos os elementos integrantes do esquema da enunciação, procurando derivar de uma concepção própria de como se constituem os significados a cada relação enunciativa os instrumentos adequados para uma análise.

Finalmente, derivamos do esquema da enunciação, formulado no segundo capítulo, padrões possíveis de relação enunciativa, tendo sempre a qualidade da enunciação em termos de diálogo como critério para a definição dos padrões. Com essa proposta de padrões enunciativos, encerramos o último capítulo do trabalho.

Este trabalho se insere no contexto de uma semântica da enunciação e não vai além da proposta de um modelo de análise de textos, restrita a uma só perspectiva que é da avaliação de sua qualidade em termos de diálogo. Trata-se de uma proposta

inicial, certamente condicionada pelo tipo de **corpus** examinado (cartas), e que deverá, ainda, ser posta à prova e talvez repensada em alguns aspectos, no confronto com um **corpus** de outra natureza.

1 — EM BUSCA DE CONCEITOS EXISTENTES

Com este trabalho, pretendemos investigar o diálogo, sua natureza e possibilidades de ocorrência. Trata-se de um tema complexo e vago, se considerarmos os diversos significados que o termo assume em diferentes setores da vida cultural e em seu uso cotidiano. Entre esses significados, encontramos o de um tipo de desenvolvimento do texto literário ou filosófico ("diálogos") e o de recurso para chegar-se a um entendimento pela interação lingüística. Mas é quando queremos examinar o diálogo do ponto de vista da linguagem que a imprecisão se agrava, pela ausência de um tratamento sistemático em qualquer âmbito da investigação lingüística. Esse tem sido um tema só colateralmente abordado por correntes pragmáticas e absolutamente alijado das considerações da lingüística tradicional, em virtude das abstrações feitas em relação à subjetividade e ao contexto em geral, pelos lingüistas, que, de uma maneira ou de outra, inserem-se numa perspectiva teórica estruturalista ou formalizante. Para começar, temos, pois, que percorrer um longo caminho para delimitar e definir nosso objeto de pesquisa. Adotamos como ponto de partida a busca de concepções existentes de diálogo, expressas ou embutidas em teorias sobre a atividade lingüística, sem restrições sobre sua origem, no que diz respeito à área de conhecimento em que se incluem. Antes, porém, nos deteremos na definição mais simples e generalizada, que é a do dicionário.

Nosso dicionário padrão, o "Aurélio" (Buarque de Ho-

landa, 1975), apresenta alguns significados da palavra diálogo, que permitem refletir sobre os empregos correntes do vocábulo:

1. Fala entre duas ou mais pessoas; conversação, colóquio.
2. Obra literária ou científica em forma dialogada.
3. Troca ou discussão de idéias, de opiniões, de conceitos com vista à solução de problemas, ao entendimento ou à harmonia; comunicação: "Sua maior dificuldade na vida vem de não ter diálogo com os filhos".
4. Teat. Colóquio dramático entre atores, móvel da ação da peça e que constitui o elemento básico do gênero teatral".

As definições (2) e (4) referem-se ao aspecto formal de obras literárias e teatrais, tema fora de nosso interesse. A definição (1) identifica o diálogo como a troca lingüística em geral, o que lhe tira qualquer especificidade que justifique uma investigação. Já a definição (3) e seu exemplo remetem à concepção de diálogo que predomina no senso comum. Efetivamente, a todo instante e em todos os níveis de relação, ouvimos referência ao diálogo com esse sentido: pessoas se queixam de que as coisas vão mal, porque não há diálogo, ou demonstram boa vontade, declarando-se dispostas a retomá-lo. Nas relações sociais e políticas, então, tudo parece depender dele: patrões e empregados "retomam o diálogo após uma longa greve"; numa crise política ou econômica (quando o regime é democrático, ou guarda as aparências legais de democracia), o governo quer dialogar com os militares, empresários, trabalhadores, etc. Isso quando os militares não se antecipam e resolvem de forma "monológica" a questão. No plano internacional, basta abrir um jornal para depararmos com manchetes do tipo: "*Papa exorta ao diálogo e pede justiça no ano internacional da paz*" (Folha de São Paulo, 30/12/85). No âmbito das relações pessoais é comum ouvirmos declarações do tipo "*Precisamos ter um diálogo*" com o sentido de "*Precisamos*

conversar sinceramente e com boa vontade", ou ainda, "Já não temos diálogo" com o sentido de "Já não conseguimos nos comunicar". A comunicação, aliás, parece ser um componente importante do conceito de diálogo, e a esse ponto voltaremos a seguir.

Concluindo esse apanhado sobre o que entende o senso comum sobre o diálogo, a partir de um dos itens que o dicionário apresenta para o verbete, podemos dizer que ali vigora um conceito estabelecido de maneira clara e unânime, não havendo lugar para equívocos em qualquer plano da utilização cotidiana do termo. O diálogo é comunicação eficiente, harmônica e bem intencionada, capaz de sustentar boas relações interpessoais e no plano social, ou reestabelecê-las quando interrompidas. Pelos exemplos apresentados no parágrafo anterior, vemos que, quanto a sua forma de realização, atribui-se ao diálogo tanto os limites do que se entende por uma conversa como os de relações linguísticas que se desdobram no tempo, de forma episódica. Como a nós o que interessa é uma explicação linguística do diálogo, vamos investigá-lo principalmente a partir de eventos linguisticamente bem delimitados por uma configuração enunciativa peculiar: tomaremos um conjunto de cartas como material de análise.

1.1 — Em teorias do discurso e da intersubjetividade

A comunicação é elemento geralmente associado ao diálogo, que, entretanto, não é um componente necessário dos esquemas que se armam para explicar o processo pelo qual a comunicação se realiza. É ilustrativo a esse respeito o esquema proposto por Jakobson (1969). Sabemos que ali comunicar consiste em

transmitir uma mensagem de um locutor para um receptor por meio de um código, através de um canal. Há uma autonomia dos interlocutores em relação à mensagem e uma unidirecionalidade na sua transmissão — sempre do emissor para o receptor — que não permite associar o processo de comunicação a uma relação dialógica, pois esta certamente supõe uma reciprocidade enunciativa, que projeta os dois interlocutores de maneira ativa no enunciado.

Entretanto, para Mikhail Bakhtin, o criador da teoria do dialogismo, que passamos a examinar, a comunicação só existe na reciprocidade do diálogo e significa muito mais que a simples transmissão de mensagens. Ela tem o sentido antropológico de processo pelo qual o homem se constitui enquanto consciência no auto-reconhecimento, pelo reconhecimento do outro, numa relação de alteridade. Esse ponto de vista é colocado com nitidez num projeto de revisão do trabalho sobre Dostoiévski, publicado em 1979:

"O próprio ser do homem (tanto exterior quanto interior) é uma comunicação profunda. Ser significa comunicar (...), ser para o outro e, através dele, para si. O homem não possui território interior soberano, ele está inteiramente e sempre sobre uma fronteira; olhando o interior de si, ele olha nos olhos do outro ou através dos olhos do outro. Não posso dispensá-lo, não posso tornar-me eu mesmo sem ele; devo encontrar-me nele, encontrando-o em mim (no reflexo, na percepção mútua) (Bakhtin, 1961, Apud Todorov, 1981:148).

A comunicação, enquanto relação de alteridade, constituidora do **eu** pelo reconhecimento do **tu**, é, portanto, o núcleo a partir do qual Bakhtin constrói o princípio do dialogismo, que fundamenta sua investigação em quase todas as áreas em que desenvolve alguma reflexão: teoria do conhecimento, teoria

e história do romance, filosofia da linguagem, etc. Associada à teoria do conhecimento, está a questão da intertextualidade; pelo estudo da poética de Dostoiévski, ele constrói o conceito de polifonia; e, em sua reflexão filosófica sobre uma perspectiva marxista da linguagem, propõe o estudo da enunciação, em substituição ao estudo da língua, objeto abstrato e monológico, forjado pela lingüística de sua época¹. São reflexões diversas que variam quanto ao objeto examinado (o conhecimento, o romance, a linguagem), mas que desenvolvem sempre a tese do dialogismo. São, pode-se dizer, variações sobre um mesmo tema, e, como o que nos ocupa é a questão do diálogo, vamos examinar cada um desses desdobramentos do conceito, para apreendê-lo em suas diversas formulações².

Introduzimos o estudo das idéias de Bakhtin pelo viés da comunicação e procedemos assim, porque, diferentemente do que ocorre em outras teorias, na deste autor, a comunicação é não só indissociável da noção de diálogo, como coloca no centro da investigação o problema da intersubjetividade, tema que entendemos como fundamental numa proposta de conceituação do diálogo do ponto de vista lingüístico. Para o autor, como vimos, ser é comunicar, é ser para outrem e, através dele, para si. Se é nessa relação com o outro que adquirimos consciência de nós mesmos, a intersubjetividade precede logicamente a subjetividade: é no reconhecimento do outro diferente do **eu**, mas que o reflete, que os indivíduos se constituem em sujeitos. A constituição do sujeito se realiza, portanto, num jogo de reflexividade comunicativa.

Essa noção de alteridade que sustenta a de sujeito tem uma amplitude antropológica que torna o conceito suscetível de ser abordado de muitos ângulos. A nós interessa o enfoque lin

güístico da questão, e, de uma forma ou de outra, é por ele que Bakhtin persegue seu tema, mesmo quando se ocupa de objetos específicos como o do conhecimento, por exemplo. É que, quando se vê a alteridade como um processo dialógico, passa-se automaticamente para o terreno da linguagem, a começar pelo fato de que, desse ponto de vista, obrigatoriamente trabalhamos com as categorias lingüísticas do **eu** e do **tu**. Mas para tratarmos da questão do diálogo em Bakhtin a partir da noção de alteridade, sem deixar uma lacuna na passagem desse conceito para o de diálogo, temos que entender como se dá tal passagem no próprio autor. A nosso ver, ela se realiza numa concepção própria de consciência e de discurso e da relação entre ambos.

Em "O problema do Texto em Lingüística, Filologia e nas outras Ciências Humanas", escrito entre 1959 e 1961, Bakhtin escreve: "*O discurso (como em geral todo signo) é interindivídual. Tudo que é dito, expresso, se encontra fora da 'alma' do locutor e não lhe pertence unicamente*". Tanto o locutor quanto o ouvinte, bem como aqueles cuja voz se reflete no discurso, têm direitos sobre ele. O discurso é um drama de três papéis, que se desenrola fora do locutor (Bakhtin, Apud Todorov, 1981:83) . Essa exterioridade e partilha do conteúdo do discurso permite passar do estudo da subjetividade numa perspectiva psicológica de conteúdos anímicos, isolados no interior do locutor, para o estudo da intersubjetividade, enquanto possibilidade de comunicação através de um material semiótico comum, o discurso, não diferenciado em sua natureza do conteúdo interior, da consciência.

A concepção da exterioridade semiótica (principalmente discursiva) da consciência é ratificada e desenvolvida em "Marxismo e Filosofia da Linguagem". Nesse livro, o autor a sus

tenta pela crítica ao ponto de vista da psicologia tradicional que é o de uma realidade psíquica interior separada do material semiótico exterior, que apenas a expressaria. Para Bakhtin, a realidade interior é a do signo. Fora dele, só é possível falar vagamente de sentimentos, ou então de processos fisiológicos e do sistema nervoso.

É pela atribuição de uma natureza semiótica, ideológica e, sobretudo, lingüística ao conteúdo da consciência que é possível passar do princípio básico da alteridade para o de diálogo. A consciência existe e se desenvolve no diálogo, mesmo quando sua atividade está restrita ao interior, pois também aí ela é discurso. A concepção dialógica do discurso interior é exaustivamente desenvolvida no estudo sobre Dostoiévski. Mas já em "Marxismo e Filosofia da Linguagem", o autor afirma que as unidades mínimas do discurso interior se assemelham às réplicas de um diálogo.

Se o ser (a consciência) se constitui, como vimos, na relação de alteridade, que é uma realidade discursiva, e, se a consciência é, pois, signo, sobretudo signo lingüístico, Bakhtin tem razão em afirmar que "*A linguagem, o discurso, é quase a totalidade da vida humana*" (Bakhtin, Apud Todorov, 1981:42). Só que temos que pensá-los — a linguagem e o discurso — como dialógicos. A colocação do dialogismo como tema central e constante em suas especulações, em diferentes áreas de reflexão, é decorrência natural dessa centralidade ontológica da linguagem enquanto diálogo.

O que faremos agora é tomar alguns ângulos pelos quais o autor desenvolve o princípio do dialogismo, para melhor compreendê-lo. Nossas leituras indicam três direções: a da in-

tertextualidade, a da polifonia e a da natureza do signo lingüístico.

Em "O Problema do Texto em Lingüística, Filologia e nas outras Ciências Humanas", Bakhtin afirma que a relação de intertextualidade é específica, que não pode ser confundida com relações lógicas, lingüísticas (definidas pela lingüística), mecânicas. Trata-se de relações semânticas entre enunciados inteiros, ou vistos como tais, pelos quais se exprimem sujeitos lingüísticos reais ou potenciais, os autores. Sendo assim, os discursos têm uma orientação dialógica e, por essa orientação, se encontram com outros discursos no caminho de seu objeto. *"Só um Adão mítico, abordando com o primeiro discurso um mundo virgem e ainda não dito, o solitário Adão, poderia verdadeiramente evitar essa reorientação mútua em relação ao discurso do outro"* (Bakhtin, Apud Todorov, 1981:98).

A relação dialógica de intertextualidade é apresentada com mais clareza, quando Bakhtin aborda a questão da diferença entre ciências naturais e ciências humanas. A diferença é de objeto de método. As ciências humanas tomam como objeto um texto no sentido de matéria significante. O objeto das ciências humanas não é o homem como tal, mas o homem enquanto produtor de textos. Quando ele é estudado independentemente dos textos, já estamos no terreno das ciências naturais. O texto, no sentido a pontado acima, é a realidade imediata pela qual se constituem as disciplinas que integram o que entendemos pelo conjunto das ciências humanas. Nas ciências naturais, busca-se o conhecimento de um objeto, havendo, portanto, um único sujeito, o sujeito do conhecimento que se debruça sobre esse objeto. Conseqüente - mente o discurso que constitui esse saber é monológico, pelo me

nos em relação ao objeto do conhecimento. Nas ciências humanas, há sempre dois sujeitos e, portanto, uma relação discursiva dialógica, pois o discurso do sujeito do conhecimento entra numa relação dialógica com seu objeto que é discurso também. Daí a preferência de Bakhtin pelo termo **compreensão** em vez de conhecimento, quando se trata das ciências humanas. O conhecimento seria objetivo e monológico; a **compreensão**, intersubjetiva e intertextual, dialógica, em última análise. Desse ponto de vista, é possível afirmar que Bakhtin "compreendeu", por uma relação dialógica com os textos de Dostoiévski, a estrutura polifônica dos romances deste autor. Aqueles textos não constituíram, então, objeto de conhecimento, mas foram parte de um processo intersubjetivo de compreensão, a partir do qual Bakhtin pôde elaborar o conceito de polifonia, do qual nos ocuparemos a seguir.

Em "Problemas da Poética de Dostoiévski", Bakhtin afirma que aquele autor criou o romance polifônico e, na demonstração do que seja isso, desenvolve, sob outro ângulo, seu tema constante que é o da constituição do sujeito na alteridade, através do diálogo. Segundo ele, "*Nos romances de Dostoiévski tudo se reduz ao diálogo, à contraposição dialógica enquanto centro. Tudo é meio, o diálogo é o fim. Uma só voz nada determina e nada resolve. Duas vozes são o mínimo de vida, o mínimo de existência*" (Bakhtin, 1981:223). A estrutura do romance de Dostoiévski é polifônica, na medida em que nele vozes independentes se cruzam, se opõem ou confundem, criando harmonias e dissonâncias.

Mas o diálogo se realiza e sustenta a estrutura do romance, porque Dostoiévski cria um mundo de sujeitos. Seus personagens não são seres de uma vez por todas construídos e por

isso sempre coerentes consigo mesmos. Se assim fosse, eles seriam personagens acabados e o autor nada teria a fazer, depois de criá-los, que falar deles como objetos de sua criação. Em vez disso, o narrador fala com eles. Interessa-lhe o ponto de vista que têm sobre o mundo e sobre si mesmos, e como, pela expressão desse ponto de vista no diálogo, eles adquirem autoconsciência, constituindo a própria subjetividade. Por isso sua palavra sobre si próprios e sobre as coisas é tão plena quanto a do autor, que mantém com eles o mesmo diálogo que desenvolvem entre si no desenrolar do drama que vivem. Para Dostoiévski, então, os personagens são sujeitos, na medida em que ele trata cada um como um outro, quer dizer, como uma consciência que se cria e desenvolve pelo diálogo interior e exterior.

Assim, ao contrário de outros autores, Dostoiévski não exhibe sobre os personagens aquele domínio, que, segundo Bakhtin, os transformaria em objetos de conhecimento, numa relação que, como já vimos, seria unidirecional. Dostoiévski respeita neles sua natureza de sujeitos. Vale para cada personagem o que vale para os homens: *"Enquanto o homem está vivo, vive pelo fato de ainda não se ter rematado nem dito sua última palavra"* (Bakhtin, 1981:50). Por isso a compreensão de um personagem (ou de um homem) só é possível pelo diálogo, no qual ele responde por si mesmo. A "verdade" sobre alguém, dita por outro, fora do diálogo, é uma violência que o transforma em objeto, que o anula, emudece e humilha, portanto. No teatro de Racine, por exemplo, os personagens têm o acabamento de estátuas. Eles vivem dentro dos parâmetros racionais que o autor estabeleceu, jamais deixam de ser eles mesmos, nem ultrapassam sua tipicidade, pois se isso acontecesse, perturbar-se-ia o plano monológico³ dentro do qual o autor os criou. Em Dostoiévski, não podemos ver como

o personagem é, mas como ele se constitui na aquisição dialógica na autoconsciência.

Resumindo, a estrutura do romance de Dostoiévski é dialógica, porque as relações que ali se estabelecem entre os personagens são intersubjetivas, quer dizer, são relações em que cada um constrói uma compreensão sobre si e sobre o mundo, no confronto com o outro, pelo diálogo. Esse diálogo, desenvolvido exteriormente ou no interior da consciência, concretiza-se sempre pela linguagem, na forma de enunciados que se contrapõem.

Para Bakhtin, todo enunciado tem um autor que é nele identificável, não importando a natureza dessa autoria. Pode ser a expressão de uma pessoa, de um grupo, de uma geração. O importante é que um enunciado sempre causa uma reação enunciativa que personifica sua própria enunciação. Mas as relações dialógicas não se dão apenas entre enunciados. Elas se efetivam polifonicamente também no interior deles e até de uma palavra, desde que nela ressoe a palavra do outro. Dessa forma, nosso discurso está impregnado das palavras do outro, que naturalmente são alteradas em seu sentido pelos efeitos de nossa compreensão e avaliação. De maneiras diversas tratamos com as palavras alheias presentes em nosso discurso: fundimos com elas nossa voz, ignorando a origem delas; com elas reforçamos nossas próprias palavras; ou lhes revestimos com intenções que lhes podem ser estranhas e até hostis.

Segundo Bakhtin, na polêmica, as palavras do outro se mantêm fora do nosso discurso, que, no entanto, se desenvolve em função delas. Na polêmica velada, o discurso se orienta para seu objeto, mas toda afirmação sobre ele é constituída com a finalidade de atacar a afirmação do outro sobre o mesmo obje-

to: o discurso se estrutura pela reação ao discurso subentendido do outro. Já na polêmica aberta, o objeto do discurso é o discurso do outro. Assim, tanto na polêmica velada como na polêmica aberta, os discursos (cada um a sua maneira) se estruturam na refutação das palavras do outro.

Outra maneira de colocar em evidência o caráter polifônico dos discursos é pelo estudo do discurso interior, caracterizável por aquilo que no romance ou no teatro se chama de monólogo. Bakhtin acompanha e comenta o "monólogo" do personagem Goliádkin, de "O Sósia", de Dostoiévski. Esse monólogo, como qualquer outro, é um esforço de autoconhecimento que só se realiza em relações de alteridade, isto é, o personagem necessita do outro, de sua voz, para constituir-se como consciência em qualquer nível. Só que o outro não está materialmente presente e, por isso, não é possível identificar seu discurso como enunciado formalmente independente. Mas isso não anula sua participação nesse diálogo interior. O outro, o sósia, fala pelas próprias palavras de Goliádkin. É uma fusão de discursos que se dá por transformações imperceptíveis. *"Tem-se a impressão de que a narração está dialogicamente voltada para o próprio Goliádkin, soa nos seus próprios ouvidos como a voz do outro que o provoca, como a voz de seu sósia, embora a narração esteja formalmente dirigida ao leitor"*. Nesse monólogo aparente, a consciência do personagem se desenvolve, como em qualquer diálogo, a partir do esquema básico da alteridade: o homem se contrapõe ao homem *"enquanto contraposição do eu ao outro"* (Bakhtin, 1981:190).

Afirmamos antes que o princípio de alteridade, base antropológica do pensamento de Bakhtin, se concretiza na materialidade do signo lingüístico pelo diálogo e que o dialogismo é examinado pelo autor de diversos pontos de vista, dependendo

de seu objeto de investigação em cada oportunidade. Já examinamos o conteúdo do que se entende por intertextualidade e polifonia e vimos que são variações de um mesmo tema. Persistindo no objetivo de entender em que consiste o diálogo para o autor, examinaremos o conceito a partir de um novo objeto de reflexão, desta vez a própria linguagem, no livro "Marxismo e Filosofia da Linguagem".

Para Bakhtin, a enunciação é a única realidade da língua, por sua historicidade (localização no tempo e no espaço) e por seu caráter interacional e, portanto, dialógico. O enunciado monológico, constituído pela abstração dos interlocutores ou da situação é, para ele, uma ficção com a qual não vale a pena ocupar-se, embora seja com ela que se ocupam as correntes de estudo da linguagem de maior prestígio no tempo em que escreveu o livro de que agora tratamos. Sua crítica recai sobre o que ele chama de "objetivismo abstrato" e "subjetivismo idealista". Vamos acompanhar os argumentos fundamentais de Bakhtin contra essas duas correntes do pensamento lingüístico, porque é através da explicitação do que ele considera suas principais falácias — o abstracionismo de uma, o individualismo da outra, e a visão não-históricas de ambas — que defende o estudo da linguagem a partir da enunciação, para que se incorpore, nesse estudo, sua realidade concreta de acontecimento histórico, intersubjetivo e, portanto, dialógico.

De acordo com Bakhtin, o equívoco inicial dessas duas orientações da investigação lingüística está em que desprezam o caráter social da linguagem, ignorando o fato de que, para estudá-la, é necessário inseri-la no âmbito da relação social organizada. Em consequência disso, ou separam a linguagem do sujeito, como é o caso do objetivismo abstrato, ou, quando estabelecem a

ligação linguagem-sujeito, como faz o subjetivismo idealista, desconhecem o fato de que alguém só é sujeito de linguagem numa relação de pessoa para pessoa e num contexto social específico. Não entendem que, em sua enunciação, o locutor tem sempre o endereço de um ouvinte e que a significação total do enunciado é uma atribuição de ambos. Vejamos como Bakhtin desenvolve a idéia de que as duas principais correntes lingüísticas da época incorrem no erro de estudarem a linguagem numa perspectiva monológica, embora tenham atitudes opostas no que diz respeito à relação linguagem-sujeito.

Não é preciso definir o que Bakhtin chama de objetivismo abstrato: basta dizermos que ele aponta Saussure como seu representante mais notável. O estruturalismo saussuriano, como sabemos, isola do campo da investigação lingüística o sujeito da linguagem e as condições históricas nas quais ela se realiza. Cria uma entidade abstrata e supra-individual, que chama de língua, a que contrapõe a fala. Esta sim, ligada ao sujeito, e por isso suscetível de uma tal gama de variações, que lhe tiram qualquer possibilidade de sistematização. Pelo menos, assim pensava Saussure. O estudo da linguagem, nessa perspectiva, é uma relação de conhecimento de um sujeito, o lingüista, com um objeto abstrato atemporal, a língua, relação essa que retira a lingüística da área das ciências humanas, se considerarmos a classificação das ciências feita por Bakhtin, a que nos referimos páginas atrás. A língua é tratada como um conjunto de enunciados ou formas imutáveis, porque sem qualquer vinculação histórica⁴, e monológicas, porque desligadas dos sujeitos e suas relações lingüísticas. Segundo Bakhtin, essas formas desvinculadas de seus aspectos histórico-sociais, pelo corte linguagem-sujeito, não têm qualquer realidade que justifique seu estudo. A vinculação

da linguagem com o sujeito — entidade constituída socialmente (princípio da alteridade) — é que lhe garante sua realidade, que é ideológica e concreta.

O princípio básico do que Bakhtin chama de subjeti-vismo idealista é, ao contrário do que vimos acima, o da natureza subjetiva da linguagem: "*O psiquismo individual constitui a fonte da língua*". Suas leis são as leis da psicologia individual e são elas que devem ser estudadas pelo lingüista e pelo filósofo da linguagem. Para Vossler, um dos representantes mais importantes dessa corrente, o ato de criação individual da fala é a realidade essencial da língua (Bakhtin, 1981:76). Essa concepção da natureza da linguagem como subjetiva poderia significar a superação da "irrealidade monológica" do conceito de língua, expressa pelo "objetivismo abstrato". Mas isso depende do conceito de enunciação e de sujeito que sustentam esse subjeti-vismo da linguagem, e veremos que esses conceitos, tal como são formulados pelo subjetivismo idealista, não favorecem em nada a superação de uma abordagem monológica da linguagem. Nessa perspectiva, a enunciação é um ato puramente individual e o enunciado, a expressão do conteúdo da consciência de cada indivíduo, de seus desejos, fantasias, conhecimento, etc. Como vemos, trata-se do enunciado de um indivíduo e não de um sujeito no sentido com que Bakhtin o tem definido, ou seja, de uma consciência que se constitui e se expressa na relação com o outro, num contexto social determinado e através de um material semiótico comum. Notamos aí um dualismo entre o conteúdo interior da consciência e sua expressão. Dá-se primazia ao conteúdo interior, que é considerado essencial, e atribui-se à expressão a condição de veículo não muito fiel do conteúdo interior. Desse ponto de vista, a tarefa principal de quem estuda a linguagem seria entendê

la a partir do interior, entender os mecanismos internos que a constituem como expressão.

Seguindo o ponto de vista de Bakhtin, não basta, pois, vincular a linguagem ao sujeito, para superar a concepção monológica da linguagem. É preciso uma conceituação de sujeito que o defina como constituído na intersubjetividade do diálogo, como consciência organizada a partir do signo, principalmente lingüístico, que é exterior, ideológico e social. Sem essa conceituação de sujeito, esse será confundido com um hipotético indivíduo isolado, dentro do qual a enunciação ficará encerrada em sua parte considerada essencial, a interior, perdendo sua natureza de material semiótico.

Pela crítica ao objetivismo abstrato, que anula o sujeito, e ao subjetivismo idealista, que o retira de sua realidade intersubjetiva e ideológica, Bakhtin deixa claro que o equívoco dessas duas orientações é negar a interação verbal como realidade fundamental da língua: *"A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas, nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações"* (Bakhtin, 1981:123).

No percurso desta resenha do pensamento de Bakhtin, deparamo-nos com diversas versões do dialogismo, pois, como vimos, esse é um conceito que o autor reconstrói a cada novo objeto de reflexão: o conhecimento, o romance, a linguagem, etc. Em cada um, a ênfase é sobre uma relação específica: na questão epistemológica, ele enfatiza o diálogo intertextual da compreensão, que se opõe à relação objetiva de conhecimento; no romance,

o cruzamento polifônico de vozes, constituidor da subjetividade em qualquer tipo de discurso; no estudo filosófico da linguagem, a ênfase no discurso como material semiótico, constituidor da consciência, que marca seu lugar sócio-ideológico numa contraposição permanente de enunciados.

Na síntese do parágrafo precedente, apresentamos os diversos enquadramentos da teoria geral do dialogismo. Há, contudo, um princípio que se mantém constante, embora, às vezes, de forma subjacente, a todos esses enquadramentos: o sujeito se constitui frente ao outro, num jogo de contraposições enunciativas.

A existência de um sujeito constituído numa relação de intersubjetividade lingüística é, pois, o elemento que sustenta a teoria do dialogismo de Bakhtin. Sem o pressuposto da subjetividade, essa teoria seria outra coisa ou não existiria. E é porque pensamos que num conceito de diálogo estará necessariamente implicado o conceito de sujeito que nos detivemos tanto nas idéias deste autor. Sabemos, entretanto, que a noção de sujeito pode ser bem mais problemática do que nos faz crer Bakhtin. É por isso que damos continuidade a nossa busca de definições de diálogo com uma reflexão sobre o pensamento de Michel Pêcheux, que também coloca, no centro de sua teoria, a questão do sujeito, embora o faça por uma razão oposta à de Bakhtin. Ele pretende desenvolver uma teoria não subjetiva do discurso, que é do maior interesse para nós, que buscamos conceitos de diálogo: precisamos saber qual o conceito de diálogo que sustenta uma teoria não subjetiva do discurso, já que seria incomum atribuir-lhe uma natureza monológica.

Apesar da negação do sujeito como elemento constitu-

tivo do discurso, ou talvez por causa mesmo dessa negação, a discussão da subjetividade na linguagem é fundamental no desenvolvimento da "Teoria Automática do Discurso" (Pêcheux, 1969), e assume uma centralidade maior ainda no artigo que Pêcheux escreve com Catherine Fuchs, "Colocações e Perspectivas a propósito da Análise Automática do Discurso" (Pêcheux e Fuchs, 1975), trabalho onde os autores ratificam e desenvolvem a proposta do texto anterior.

Em "Análise Automática do Discurso" (AAD), Pêcheux estabelece os pressupostos teóricos para a análise do discurso a partir da crítica à forma como se constituiu o objeto da ciência lingüística, no "Curso de Lingüística Geral". Destaca o fato de que, no momento em que a linguagem é compreendida como sistema, quando ela cessa de ser encarada pela sua função de exprimir um sentido, nesse momento, ela se torna um objeto, cujo funcionamento pode ser explicado pela ciência. Isso porque as ciências do signo se constituem como tal, quando, ao estudá-lo, se passa do terreno da função da expressão para o do seu funcionamento. A instauração das ciências lingüísticas sobre esses pressupostos criou a entidade língua como um objeto científico homogêneo, cuja especificidade se estabelece por duas exclusões teóricas:

- a da fala, como inacessível à lingüística;
- a das instituições não-semiológicas, como não pertinentes à lingüística.

Colocaremos em pauta a crítica de Pêcheux a essas duas exclusões, porque é com base na interpretação da primeira e na não-aceitação da segunda que ele constrói sua proposta intermediária, que se situa numa terceira região, que não é nem a

da língua nem a da fala, mas a do discurso como ele o entende. Vejamos, pois, os principais pontos dessa crítica.

Em Saussure, as categorias língua e fala, como, aliás, todas as demais, se opõem e por essa oposição se definem. São, portanto, duas categorias que não subsistem fora dessa relação: a fala é um ato, uma manifestação atualizada da faculdade da linguagem; a língua é um sistema virtual que só se atualiza pela fala. Do ponto de vista da constituição da ciência da linguagem, entretanto, esta se funda pela eleição da língua como seu objeto e a exclusão da fala como resíduo, que não pode ser por ela assimilado, já que constitui o plano do concreto, e, sobretudo, do particular e assistemático. Mas, segundo Pêcheux, é essa exclusão fundadora do sistema universal como objeto da lingüística, que, contraditoriamente, coloca em evidência o conceito filosófico de sujeito. "*A fala, enquanto uso da língua, parece como um caminho da liberdade humana*" (Pêcheux, 1969:10). A palavra seria o livre exercício da subjetividade.

A oposição língua-fala privilegia, pois, o sistema e a norma universal inscrita nesse sistema como objeto possível da investigação científica, mas reconhece, ao mesmo tempo, a existência de um plano em que a linguagem é o exercício da liberdade do sujeito. Segundo Pêcheux, o equívoco de Saussure está na proposta dessa dicotomia: é impossível explicar o funcionamento lingüístico por um conjunto de regras universalmente presentes na comunidade, e é falso o pressuposto de um sujeito livre, sustentando o conceito de fala. É possível demonstrar pelo exame de alguns exemplos que a questão da linguagem não pode ser equacionada pela oposição norma universal/liberdade individual. Basta examinar alguns enunciados que mais tarde a gramática gerativa julgará com base num critério universal de normali-

dade, para comprovar a ineficiência de tal critério. A frase "A terra gira" poderá ser julgada como normal ou anormal, dependendo do contexto em que tenha sido pronunciada: antes do Copérnico, ela certamente seria tida como anormal. Em vista disso, é falso julgar a frase com referência apenas a uma norma inscrita na língua; seria necessário fazê-lo com referência também ao mecanismo discursivo que a tornou possível em dado contexto científico.

Avançando na crítica a Saussure e já em direção de seu próprio projeto teórico, Pêcheux ressalta o fato de que pela dicotomia língua/fala se identifica o universal com o extra-individual: o que não estiver no plano do individual, da liberdade subjetiva, é identificado com a universalidade do sistema. Essa identificação é falsa, bem como o conceito de sujeito como sendo o terreno da liberdade individual. Na rejeição dessas identidades (universal - extra-individual/individual - liberdade subjetiva), Pêcheux encontra o apoio inicial para formular sua teoria do discurso, pois ele a desenvolve a partir da definição de *"um nível intermediário entre a singularidade individual e a universalidade, a saber, o nível da 'particularidade' que define os 'contratos' lingüísticos específicos de tal ou tal região do sistema, quer dizer, de feixes de normas mais ou menos localmente definidos, e, de forma desigual, aptas a se difundirem umas sobre as outras"* (Pêcheux, 1969:12).

O autor designa com a expressão **processo de produção** os mecanismos formais que produzem um dado discurso em circunstâncias específicas, e essas circunstâncias ele designa como sendo as **condições de produção**.

Resumindo o que foi dito até aqui, a perspectiva pe-

la qual Pêcheux estuda a linguagem não é nem a da universalidade do sistema lingüístico, nem a da individualidade da fala, produção de um sujeito livre de condicionamentos histórico-sociais. Sua perspectiva é a da particularidade do discurso, enunciado em condições de produção correspondentes a formações sociais específicas, por um "sujeito" que é, ele próprio, uma resposta a determinações ideológicas peculiares. Para exemplificar seu ponto de vista, Pêcheux chama a atenção para o fato de que, se um deputado pronunciar um discurso na câmara, ele o fará como portavoza de um determinado grupo e em defesa de interesses próprios desse grupo. Seu discurso estará, portanto, relacionado com o lugar político que ocupa. Além disso, esse discurso político, ou qualquer outro de qualquer outro tipo, manterá relações semânticas com discursos que já foram ou serão pronunciados, o que quer dizer que o processo discursivo não tem início: cada discurso e voca outros. Ao referir-se a determinado fato, o locutor sabe que evoca para os locutores outros discursos em que esse fato já apareceu e que pode tirar vantagens disso, e por essa razão o orador se coloca "no lugar do ouvinte a partir de seu lugar de orador".

Feitas essas observações sobre a região intermediária entre a língua e a fala, na qual se situa o discurso, Pêcheux afirma que ele pode ser estudado em seu funcionamento — numa perspectiva científica — desde que não se entenda esse funcionamento como integralmente lingüístico "no sentido atual do termo", o que implica a inclusão das "instituições não-semiológicas" como também pertinentes à lingüística. Daí a necessidade de que o discurso seja definido em relação a suas condições de produção. Transcrevemos a seguir o que consideramos a hipótese central da teoria do discurso de Pêcheux:

"a um dado estado de condições de produção corresponde uma estrutura definida do processo de produção do discurso a partir da língua, o que significa que, se o estado das condições é fixado, o conjunto de discursos suscetíveis de serem engendrados nessas condições manifesta invariáveis semântico-retóricas estáveis no conjunto considerado e características do processo de produção colocado em jogo" (Pêcheux, 1969:16).

Para analisar um discurso é necessário, portanto, a partir de um estado definido das condições de produção, remetê-lo ao conjunto dos discursos possíveis.

Do que precede se deduz que a apresentação sistemática do que sejam as condições de produção do discurso é tarefa central na proposta teórica de Pêcheux. Também para nossa investigação sobre seu conceito de diálogo, essa sistematização é importante, pois, nas condições de produção, deve estar inscrito o estatuto dos interlocutores sobre o qual já adiantamos uma característica, que é a não-subjetividade, pelo menos como a definiu Bakhtin, tendo isso a consequência de que o conceito de diálogo deve ser, no mínimo, repensado em função da natureza diversa dos interlocutores.

Pêcheux sistematiza o que chama de condições de produção, tomando como base o esquema informacional de Jakobson, cujos elementos reinterpreta e redefine. A começar pela questão da comunicação propriamente dita: a noção de mensagem é substituída pela de discurso, e a transmissão de informação dá lugar à produção de efeitos de sentido entre os interlocutores (A e B).

A partir dessas noções que integram o que em Pêcheux se entende por condições de produção, A e B deixam de ser as entidades físicas individuais que se configuravam no esquema de Jakobson e passam a ser entendidas como "lugares determinados

na estrutura de uma formação social, lugares sobre os quais a sociologia pode descrever o feixe dos traços objetivos característicos:" no interior da esfera de produção econômica, por exemplo, os lugares de patrão e operário são marcados por propriedades diferenciais. (Pêcheux, 1969:18-9). Entretanto, não é o lugar como conjunto de traços objetivos que funciona no interior do processo discursivo. O que funciona aí é "uma série de formações imaginárias designando o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro" (Pêcheux, 1969:19)⁵, a imagem que eles fazem desses lugares. Da mesma forma, o referente, que é o contexto ou a situação na qual aparece o discurso, também faz parte das condições de produção, enquanto objeto imaginário, ponto de vista dos interlocutores, e não realidade física.

Postos os elementos que integram as condições de produção do discurso, fica evidente que, para Pêcheux, um discurso não pode ser encarado unilateralmente, só do ponto de vista de quem o enuncia. O que ocorre é uma relação enunciativa, na qual os interlocutores assumem e reciprocamente se atribuem identidades, num jogo de imagens forjadas ideologicamente, a partir de formações sociais vigentes. Desse ponto de vista, podemos afirmar que a teoria do discurso é dialógica, por oposição a outras teorias, do tipo informacional, por exemplo, que consideram a relação lingüística numa só direção: $A \rightarrow B$. Falta, entretanto, determinar qual o conceito de diálogo subjacente à teoria do autor, uma vez que ele não o explicita, por não ser esse seu objetivo.

Se tomarmos como parâmetro o conceito corrente de diálogo, falta à relação discursiva descrita por Pêcheux o aspecto qualitativo que normalmente se lhe atribui: pensa-se no diálogo como uma relação de equilíbrio, bem intencionada e com

vistas à harmonia e ao entendimento. Entretanto, nada leva a crer que uma interação discursiva desenvolvida em condições de produção constituídas dentro de formações ideológicas, que expressam os embates de uma sociedade de classes, tenham as qualidades apontadas acima.

Se o conceito de relação discursiva de Pêcheux nada ou muito pouco tem a ver com a concepção de diálogo do senso comun, ela apresenta, todavia, um ponto de contato importante com a teoria de Bakhtin, que é, como já foi dito antes, a questão do sujeito. A subjetividade é o ponto central das duas teorias. Só que Pêcheux propõe uma teoria não-subjetiva do discurso e, assim sendo, para julgarmos do ponto de vista de Bakhtin, o caráter dialógico da relação discursiva, tal como é apresentada na AAD, é preciso questionar-se um pouco mais sobre a natureza e a gênese do eu e do tu, que se constituem no quadro das condições de produção do discurso. Em Bakhtin, como vimos, o eu se afirma como autoconsciência, reflexivamente, a partir do reconhecimento do outro, e o terreno no qual se dá essa relação é o do signo lingüístico, o do discurso. A partir da exterioridade do discurso, dialogicamente realizado, se constitui a consciência que é de natureza discursiva também. Para Bakhtin, não há precedência do sujeito em relação a seu discurso. A subjetividade é a consciência do eu, que se constitui no diálogo. O diálogo para Bakhtin é, portanto, uma relação lingüística que se desenvolve no equilíbrio da intersubjetividade. Em Pêcheux, constatamos o contrário: há uma anterioridade do eu em relação ao discurso, na medida em que, enquanto lugar social, ele é uma constituição ideológica prévia, que só imaginariamente se atualiza em condições de produção específicas.

Estabelecendo um paralelo com Bakhtin, diríamos que,

em Pêcheux, o sujeito precede a relação de intersubjetividade. O paralelo, entretanto, é provisório, na medida em que o **eu** tem um estatuto diferente nos dois autores. Em Pêcheux, ele não é um sujeito, na acepção de Bakhtin: autoconsciência constituída no confronto lingüístico com o outro. Nesse sentido, seria mais adequado dizer que o **eu**, para Pêcheux, é um anti-sujeito, já que é inconsciente e previamente constituído na formação ideológica a que pertence seu discurso.

Essa afirmação fica um tanto vaga, quando nos baseamos apenas na AAD, mas se confirma no esclarecimento posterior, que Pêcheux faz de sua teoria e no qual ratifica a natureza não-subjetiva do discurso. Efetivamente, em "Colocações e Perspectivas a Propósito da Análise Automática do Discurso" (Pêcheux e Fuchs, 1975), ele demonstra que o sujeito é produto de uma ilusão, de um apagamento de memória. Pela natureza inconsciente da determinação ideológica, o locutor não se dá conta das vinculações de seu discurso, acreditando-se na origem da constituição semântica desse discurso. Esse é o mecanismo de constituição, não do sujeito, mas da ilusão da subjetividade, pelo qual o **eu** não se conscientiza mas se aliena. Pela inserção semântica de seu discurso em determinada formação discursiva, o locutor está previamente "assujeitado", nos termos de Althusser (1980).

O conceito de "assujeitamento" põe em evidência a ilusão da subjetividade que, segundo Pêcheux, é reproduzida em teorias da enunciação *"através da idéia de um sujeito enunciad^or, portador de escolhas, decisões, etc."* (Pêcheux, 1975:19).

Do que foi exposto, concluímos que, em Pêcheux, a relação discursiva é um diálogo, se o definirmos como o resultado da interação de um **eu** e um **tu**, mesmo que eles tenham a natureza

de "anti-sujeitos", mesmo que sejam imagens de lugares sociais constituídos em formações discursivas prévias. Todavia, teremos que afirmar o contrário, se considerarmos o diálogo como uma relação lingüística intersubjetiva na qual o **eu** se constitui como sujeito pela autoconsciência, numa relação de intersubjetividade. Essa avaliação, entretanto, é precária, pois seria preciso ter explicitamente formulado um conceito de diálogo e definido a noção de sujeito que ele implica, para um julgamento definitivo de uma teoria como a de Pêcheux, em relação ao conceito de diálogo que sustenta. De qualquer forma, os dois textos de Pêcheux em que nos baseamos para este estudo colocam questões de difícil resolução sobre um ponto que temos colocado como importante em relação ao diálogo, que é o da intersubjetividade lingüística. E a dificuldade se aprofunda na medida em que consultamos outros textos.

No artigo "Sobre a Noção de Discurso" da Haquira Osakabe (1979), por exemplo, a questão da intersubjetividade está mais ligada que em Pêcheux ao evento discursivo da interlocução. Segundo Haquira, o uso da linguagem pelo sujeito a define como um **lugar** no qual o homem realiza sua interação, se **constitui e constitui o Outro** (o grifo é nosso) com quem interage (Osakabe, 1979:32). O discurso aproxima, no espaço verbal, os interlocutores através da realização de ações do tipo informar, pedir, etc. e, ao mesmo tempo em que os aproxima, os define como tais. A constituição do locutor e ouvinte, também a partir da atribuição recíproca de imagens, insere a discussão da subjetividade na perspectiva de Pêcheux. Entretanto, apesar da adoção do conceito de jogo de imagens, Haquira aproxima-se de autores em que o princípio do assujeitamento ideológico não está na base da definição do **eu**. Em realidade, as raízes mais profundas de sua re-

flexão sobre o discurso e a subjetividade parecem estar em Benveniste, que, segundo pensamos, é mais próximo da Bakhtin do que de Pêcheux. Pelo menos é o que atesta a definição do discurso como sendo o lugar em que **o homem se constitui e constitui o Outro**. Indicativa da mesma tendência é a ênfase que Haquira dá à questão da originalidade do discurso, que nos leva a pensar num sujeito menos determinado ideologicamente, menos "assujeitado" do que em Pêcheux. *"Por ser sujeito é que este (o falante) faz da linguagem o uso pessoal, na forma de uma seqüência que é a 'primeira' e por isso original"* (Osakabe, 1979:33).

Na continuidade de seu texto, o autor insiste na questão da subjetividade e dos aspectos "inéditos" do discurso. É o efeito que causa a afirmação de que o discurso é um ato entre outros, pelo qual o sujeito cria sua própria experiência, que, do ponto de vista lingüístico, é uma experiência em contínua re-elaboração. A articulação da experiência com a linguagem pelo discurso tem o caráter do único, sendo que a fixação do discurso é possível somente na medida em que se resguarda sua capacidade de auto-renovação.

Essas idéias sobre o sujeito e sobre o discurso, que nos parecem básicas no texto de Haquira, quando confrontadas com os mesmos conceitos em Pêcheux, reforçam a convicção sobre o caráter polêmico de uma noção de diálogo. Efetivamente as controvérsias sobre a noção de sujeito e de discurso intensificam a complexidade da tarefa de abordar o diálogo, na medida em que tais conceitos estão nele implicados.

1.2 — Em teorias conversacionais

Continuamos na busca de conceitos de diálogo, expres sos ou subjacentes a diversas correntes pragmáticas de estudo da linguagem, com o objetivo de reunir subsídios para a formula ção de um conceito que seja adequado ao desenvolvimento do nos- so trabalho. Desta vez selecionamos dois textos que, por alguns aspectos comuns, têm justificada sua abordagem conjunta. São e- les "Logic and Conversation" de Grice (1975) e "A Simplest Sys- tematics for the Organization of Turn-Taking for Conversation" de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974). Em primeiro lugar, ambos tratam da conversação, e conversar está associado, no nível do senso comum, ao diálogo. Em segundo lugar, apesar das diferen- ças de motivação epistemológica dos dois textos, neles se perse- guem objetivos semelhantes: formular o conjunto de princípios ou o sistema de regras que determinam a eficácia comunicativa do enunciado e o equilíbrio interacional na conversação, e é exata mente essa eficácia e esse equilíbrio que dão à conversação o estatuto daquilo que as pessoas de um modo geral entendem como sendo o diálogo. Além desses aspectos, os dois textos têm em co mum a possibilidade de serem inseridos no que se pode qualifi- car como o amplo quadro de uma pragmática anglo-americana, es- tando representadas neles duas tendências igualmente fortes e produtivas: uma que se desenvolve por motivações filosóficas e outra que tem suas origens em investigações antropológicas ou sociológicas. No caso de Grice, suas motivações estão associa- das a questões levantadas pelos lógicos, sobre a adequação da linguagem natural para a formulação de conceitos científicos. No caso de Sacks, Schegloff e Jefferson, a motivação é sociológica,

mais especificamente, eles desenvolvem o estudo da interação lingüística através da proposta de um sistema de regras que, segundo eles, organizaria toda forma de interação social.

Em "Lógica e Conversação", Grice reflete sobre a natureza da linguagem, ou, mais exatamente, sobre uma peculiaridade comum entre as línguas naturais e as linguagens lógicas, que é a de uma racionalidade nem sempre aparente, mas explicitável. Essa reflexão, ele faz a partir do estudo da interlocução, só que na modalidade específica que se convencionou chamar de conversação. Em virtude do papel nuclear que a conversa assume na determinação da natureza da linguagem, se poderia pensar que o autor tem um conceito dialógico da linguagem, o que, entretanto, não se afina com as relações lógico semânticas que dominam suas preocupações. Mas isso não impede que procuremos uma concepção de diálogo no que ele entende por conversação, sobretudo se levarmos em conta as associações que o senso comum faz entre conversar e dialogar.

Segundo Grice, a posição dos filósofos ditos "formalistas" em relação à linguagem é a de que, já que em lógica se formulam padrões muito gerais de inferência, os símbolos do tipo \neg , \wedge , \vee , (X) , \rightarrow apresentam vantagens em relação a suas contrapartes em línguas naturais (não, e, ou, se, todos), por serem mais adequados a essa generalidade. O problema principal dos elementos das línguas naturais é que eles apresentam em sua significação traços que não pertencem a seus correspondentes em lógica. Esse fato é tido pelos lógicos como prova da inferioridade das línguas naturais, pois seus elementos não ofereceriam, segundo eles, condições para que os conceitos nos quais aparecem sejam definidos com precisão. Em posição contrária, estariam os "informalistas" que consideram errôneo esse julgamento de infe-

rioridade das línguas naturais, porque ele estaria baseado no pressuposto de que o critério para o julgamento das línguas seria o de sua adequação à ciência. Segundo estes, a linguagem serve também para outros fins importantes que não os da ciência e, por isso, não deve ser julgada somente por sua adequação a ela. Grice acha que tanto os "formalistas" quanto os "informalistas" estão equivocados e que seu *"erro resulta de não prestarem a devida atenção à natureza e importância das condições que governam a conversação"* (Grice, 1982:83).

Isso posto, o autor vai examinar as condições gerais da conversação, propor uma teoria sobre o uso da linguagem, com o que pretende provar seu ponto de vista, independente dos dois anteriores, que é o de uma base racional, peculiar à linguagem natural. Essa pretensão de racionalidade se torna evidente pelo tipo de princípios que, segundo Grice, governam a conversação: trata-se de um conjunto de máximas que sustentariam, pela razão e o bom senso, o uso eficiente e comunicativo da linguagem.

O princípio mais geral que se espera que os participantes observem numa conversa é o princípio da cooperação: *"Faça sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado"* (Grice, 1982:86). A partir da pressuposição da existência desse princípio mais geral, o autor, inspirando-se em Kant, apresenta quatro categorias de máximas e submáximas⁶.

As máximas especificam como devem os falantes proceder para conversar de maneira eficiente, isto é, comunicativamente. A garantia é agir dentro do princípio de cooperação, pois o resto decorre disso. É importante notar que, para Grice, esse

comportamento não se diferencia, em seu traço essencial, do comportamento que as pessoas têm em outras atividades da vida cotidiana. O conteúdo ideológico disso é que nos inserimos dentro de um padrão racional de conversação, não por uma exigência particular dessa atividade, mas porque esse é o princípio que rege o comportamento em geral. Agimos dentro de um padrão cooperativo de comportamento, expressão fundamental da racionalidade e do bom senso, porque aprendemos a "agir assim na infância" e não abandonamos o hábito de fazê-lo. Romper com esse hábito exigiria um grande esforço: é mais fácil dizer a verdade que inventar mentiras, por exemplo.

As pessoas, entretanto, nem sempre seguem ao pé da letra essas normas de boa convivência conversacional. Há ocasiões em que, aparentemente, um dos participantes não se enquadra no princípio de cooperação. Mas só aparentemente, porque, quando o locutor não segue as especificações acima, não significa que esteja rompendo o contrato conversacional, pois, se a conversa prossegue, contrariamente às aparências, o princípio de cooperação está agindo em algum nível e o ouvinte é capaz de inferir isso. A ironia é um exemplo em que aparentemente se abandona o princípio de cooperação pela desobediência ao princípio de qualidade. Para maior clareza, transcrevemos o exemplo dado pelo autor:

"X, a quem A sempre confiou seus segredos, revelou um segredo de A a um concorrente seu. Tanto A quanto seus ouvintes sabem disso. A diz 'X é um excelente amigo' (Interpretação: é perfeitamente óbvio para A e seus ouvintes que o que A disse ou fez como se tivesse dito é algo em que ele não crê, e os ouvintes sabem que A sabe que isto é óbvio para eles. Assim, a não ser que a enunciação de A seja inteiramente sem propósito, A deve estar tentando comunicar alguma outra proposição que não a que parece estar

dizendo. Tal proposição deve ser obviamente relacionada com a que parece estar dizendo, e a proposição mais obviamente relacionada é a contraditória da que ele parece estar dizendo)"(Grice, 1982:96).

Então, apesar da aparente falta de cooperação pela desobediência às máximas de qualidade (ver nota 6), o ouvinte é capaz de inferir que a enunciação do locutor é cooperativa, que apenas ele está comunicando uma proposição diferente daquela que enuncia. É a esse tipo de inferência que Grice chama de implicatura conversacional. Com esse conceito se mantém, contra as aparências, o princípio básico da racionalidade da conversa que é o da cooperação. Resumidamente, o processo dedutivo da implicatura é o seguinte:

L, dizendo que **p**, conversacionalmente implica que **q**, se:

a) presume-se que L está observando as máximas, ou pelo menos o princípio de cooperação;

b) Para manter essa presunção é preciso supor que L pensa que **q**;

c) L pensa que ambos, L e o destinatário, sabem que este pode calcular que para preservar a afirmação em (a), **q** é realmente necessário⁷.

Tendo-se em linhas gerais o conteúdo da proposta de Grice, é chegado o momento de perguntar se ela é o desenvolvimento de uma concepção de diálogo e, se assim for, em que consiste o diálogo para ele.

Grice é um filósofo que vê, na lógica, o parâmetro

de toda a coerência possível e que constata pairar sobre as línguas naturais a pecha de imperfeitas e defeituosas, colocada por aqueles que, comparando-as com linguagens artificiais, constata sua imprecisão. Diante desse fato, ele assume a defesa das línguas naturais, menos admitindo sua especificidade em relação às outras linguagens, sua imprecisão inclusive, do que procurando reabilitá-las de sua discutida inferioridade pela demonstração de que seu funcionamento se dá dentro de padrões estritos de racionalidade. Essa é a tarefa que ele realiza em seu trabalho.

Como vimos, o autor trata da conversação, formulando os princípios e máximas que garantem o sucesso da comunicação e uma relação equilibrada e harmônica dos participantes. Esses princípios e máximas emanam da racionalidade que comanda o comportamento em geral e que poderia ser traduzida como um princípio de boa vontade, que regularia as relações interpessoais. Vista sob esse princípio, a conversação corresponde ao que, no sentido comum, se entende por diálogo, pois é uma relação linguística equilibrada e harmônica, independente dos conflitos do contexto em que se realiza, e que conduz ao entendimento e bons resultados a que as pessoas se referem quando dizem "Precisamos ter um diálogo", "O diálogo deve ser retomado", etc. Desse ponto de vista, podemos dizer que, implícito ao conceito de conversação, está o de diálogo no sentido comum do termo.

Entretanto, se tomarmos o diálogo como uma relação constituidora da intersubjetividade, ou como uma relação discursiva na qual se projetam imagens constituídas a partir de lugares sociais, muitas vezes em conflito, a conversação tal como Grice a define está muito longe disso. Os participantes de uma

conversa seriam indivíduos íntegros, fechados em si mesmos, já que constituídos no universo abstrato da racionalidade. Agem linguisticamente ou fora da linguagem de maneira cooperativa, para obterem resultados práticos objetivos, independentemente do âmbito de sua própria relação.

Parece óbvio, entretanto, que a conversação não é o lugar apenas do acerto e da certeza. As pessoas que participam de uma conversa carregam consigo, além de seus hábitos de racionalidade, suas marcas sociais e seus conflitos psicológicos, o que cria, para a relação lingüística, contextos jamais neutros ou homogêneos, como aqueles em que se realizam operações lógicas. Em virtude disso, o esforço de reabilitação da linguagem ordinária pela demonstração da racionalidade que determinaria sua prática redundaria na esquematização ideológica de sua natureza e funcionamento, a partir da existência de um universo neutro do ponto de vista histórico, social e psicológico. Efetivamente, o autor declara que *"gostaria de ser capaz de conceber o tipo 'standard' de prática conversacional não meramente como alguma coisa que todos ou a maioria de fato acata, mas como algo que é, para nós, razoável acatar, como algo que nós devêssemos acatar"* (Grice, 1982:90). Então, quando conversamos, somos racionais, cooperativos, logo dizemos a verdade, informamos o máximo que podemos, somos claros, relevantes, etc. E, se ao nosso enunciado aparentemente falta alguma dessas qualidades, é porque estamos implicitando algo, por uma manobra sempre do reconhecimento do nosso interlocutor. Interagimos linguisticamente ou fora da linguagem dentro de um padrão racional, porque a racionalidade está aí, no mundo, na sociedade, em nós. Nós a aprendemos e, uma vez aprendida, a incorporamos. Rejeitá-la seria cair no desconforto e na confusão.

Em suma, a conversa para Grice é uma troca lingüística recíproca e equilibrada, um jogo de significações translúcidas que obedece a regras que são as mesmas que regem o comportamento geral na sociedade. E se, em determinado momento, o locutor faz uma jogada que parece escapar a essas regras, é porque busca comunicar algo especial por via indireta, sob o pressuposto de que o ouvinte é capaz de refazer, dedutivamente, o percurso do locutor, já que ambos se mantêm dentro da regra mais geral que é o princípio da cooperação. O esforço de Grice para recuperar o estatuto de racionalidade da linguagem, atingido por disputas entre lógicos, resulta num conceito de conversação que se aproxima do que as pessoas geralmente entendem por diálogo, já que é uma troca eficiente e honesta de idéias, informações, etc., mas se afasta da noção de diálogo como intersubjetividade, que aponta para a divisão interna do sujeito ou para suas múltiplas identificações em cada relação discursiva que se estabeleça.

Também o texto de H. Sacks, E. Schegloff e G. Jefferson "A Simplest Systematics for the Organization of Turn-Taking for Conversation" (1974) trata, como o título indica, da conversação, formulando um sistema que controlaria seu bom desenvolvimento. Nesse texto, como no anterior, vamos encontrar, portanto, as bases de um sistema que garante uma relação lingüística bem sucedida, o que, como vimos, corresponde a uma das versões do que se entende por diálogo. Trata-se de um documento básico para o entendimento dos princípios que norteiam a teoria conversacional americana, cujas origens podem genericamente ser colocadas no campo da antropologia. Nele, formulam-se indutivamente as regras que controlam o desenvolvimento de uma conversa, que se organizaria fundamentalmente por um sistema de troca de tur-

nos. O turno é, assim, a categoria básica a partir da qual se constrói o modelo de análise conversacional nesse texto.

Sacks, Schegloff e Jefferson (SSJ) inserem o sistema que controla a conversação dentro do sistema amplo das trocas sociais mais gerais. Assim, apesar das grandes diferenças teóricas e de método que separam Grice e SSJ, todos têm um propósito comum, que é o de mostrar que existe um padrão geral de relacionamento, no qual se inserem as relações lingüísticas: um padrão que controla universalmente as relações humanas, no caso de Grice, e um padrão que controla as trocas sociais, culturalmente localizadas, no caso de SSJ. No primeiro texto, trata-se de um sistema lógico, dedutivamente demonstrável; no segundo, de um sistema de trocas sociais, indutivamente formulável. Já vimos os pontos principais da teoria de Grice; vejamos agora em SSJ alguns pontos que sustentam sua teoria.

Segundo os autores, o sistema de tomada de turno (turn-taking) organiza a dinâmica das mais variadas atividades: desde jogos até cruzamentos de trânsito, passando por como chegar-se ao entendimento em qualquer tipo de negociação. Determinar os sistemas de organização da tomada de turno para qualquer forma de atividade seria uma tarefa de interesse geral e de proporções amplas. Nesse trabalho, entretanto, os autores se dedicam a investigar o sistema na conversação. Atingem seu propósito por via indutiva, a partir de conversas gravadas, começando pela constatação da existência de traços gerais na conversação. Por exemplo: cada parte fala por sua vez, embora os locutores se revezem, e a extensão e organização dos turnos variem; as transições de um turno para outro são coordenadas, e técnicas são usadas para sua distribuição, etc. A generalidade da ocor-

rência desses e de outros fenômenos conduziu os autores a investigarem o sistema de tomada de turno em si, em vez de simplesmente investigarem sua organização e conseqüências em contextos particulares. O objetivo é determinar a generalidade do sistema, embora a compreensão dos aspectos formais da tomada de turno na turalmente esclareça cada caso particular. Isso posto, passam a interpretar a organização da tomada de turno como sendo independente do contexto (context-free) e, ao mesmo tempo, suscetível de extraordinária sensibilidade contextual (context-sensivity).

Por sua generalidade, o sistema deve ser capaz de acomodar fatos como os que seguem, apesar das variações que os participantes inserem numa conversação: a troca de falantes se sucede ou pelo menos ocorre; de um modo geral, cada parte fala por sua vez; ocorrências com mais de um falante por vez são comuns, mas breves; transições (de um turno para o seguinte), sem intervalo e sobreposições, são comuns; a ordem do turno não é fixa; a distribuição relativa dos turnos é previamente especificada, etc. (SSJ, 1974:700).

A vantagem de um sistema independente do contexto é, segundo os autores, evitar que a pesquisa sobre a conversação se ja restrita às circunstâncias específicas de seus participantes. O que pretendem determinar, então, a partir dos dados, são os fenômenos invariantes na conversação, isto é, que não existem referência a um ou outro aspecto particular do conteúdo ou do contexto. A organização da tomada de turno será, pois, um sistema invariante que, dessa forma, deverá acomodar as variações introduzidas pelos falantes em cada conversa, sem sofrer mudanças. É assim que constroem um sistema integrado por dois componentes e um conjunto de regras. Para atender a finalidade deste capítu

lo, que é o de verificar se há uma concepção de diálogo depreen-
sível da teoria, não iremos além da transcrição desses componen-
tes e regras:

O sistema é integrado, como dissemos, por dois compo-
nentes:

1) Um componente estrutural do turno que determina os
tipos de unidades que podem constituir um turno: unidades lexi-
cais, frasais, períodos complexos, etc.

2) Um componente de distribuição de turno, cujas téc-
nicas de mudança de turno se distribuem em dois grupos:

I) aquelas em que o locutor seleciona o próximo
participante a falar;

II) aquelas em que o turno seguinte é distribuído
por auto-seleção.

O conjunto de regras ordenadas, que seguem, operacio-
nalizam as técnicas apresentadas acima: controlam a construção
do turno, provêem a distribuição do turno seguinte e coordenam
a transferência, de forma a minimizar lacunas e sobreposições .
Transcrevemos essas regras segundo a versão apresentada por Luis
Antônio Marcuschi em "Análise da Conversação" (1986).

*"Regra 1 - Para cada turno, a primeira troca de
falante pode ocorrer se:*

*(1a): o falante corrente, C, escolhe o próximo
falante, P, pela Técnica I;*

*(1b): o falante corrente, C, não usa a Técnica
I de escolher o próximo, P, então qualquer par-
ticipante da conversação pode - mas não necessa-
riamente - auto-escolher-se como o próximo pela
técnica II;*

(1c): o falante corrente, C, não escolhe o próximo, P, e nenhum outro falante se auto-escolhe, então o falante corrente, C, pode (mas não obrigatoriamente) prosseguir falando.

Regra 2 - Se no primeiro lugar relevante para a troca de turno não ocorre nem (1a) nem (1b) e se dá (1c), em que o falante corrente, C, prossegue, então as Regras (1a), (1b) e (1c) reaplicam-se no próximo primeiro lugar relevante para a transição, e, se esta não ocorrer, assim se procederá, recursivamente, até que se opere a transição (Sacks, Schegloff, Jefferson, 1974).

Esta breve apresentação do modelo proposto por SSJ, para a análise conversacional, confirma a possibilidade de ver no conceito de conversação algo semelhante àquilo que intuitivamente as pessoas entendem como sendo o diálogo, isto é, uma relação lingüística sem os percalços do conflito e da desigualdade. É o que os autores deixam transparecer, quando propõem um conjunto de regras ordenadas e recursivas que sustentam o bom andamento da conversação. Elas garantem, por exemplo, que as pessoas não falem ao mesmo tempo, que se revezem na tomada da palavra e que, se o interlocutor ocupar mais de um turno seguido, isso está previsto pelo sistema e depende de uma decisão conjunta, tomada a partir de um acordo tácito.

Para corrigir erros e desvios cometidos em relação ao que o sistema organiza, existem mecanismos de reparação. Se os participantes de uma conversa falam ao mesmo tempo, um deles pára, reparando a perturbação. Também a compreensão adequada da fala de um interlocutor é determinada, pelo menos em parte, pela atenção que a dinâmica da mudança de turnos exige, bem como a relevância do que será dito no turno seguinte tem muito a ver com a qualidade da atenção dos ouvintes para com o turno em andamento.

Concluindo, a noção de conversação que se depreende

desse texto é a da serena disputa de um jogo entre cavalheiros, que se desenvolve, como em todo jogo, a partir de regras gerais estabelecidas "a priori", embora, também como nos jogos, cada lance ofereça uma margem de liberdade e se decida interacionalmente em cada jogada. Tudo como deve ocorrer entre pessoas que dialogam.

Existe, entretanto, uma outra perspectiva pela qual podemos julgar o caráter dialógico da conversação, tal como a entendem os autores. É aquela em que se define o diálogo como uma relação intersubjetiva, na qual o **eu** se constitui como sujeito frente ao outro. Em virtude da supremacia do sistema da troca de turnos na constituição de uma conversa, neutralizam-se os aspectos sociais e psicológicos do contexto no qual ela se realiza. Em vista disso, tal como ocorre em Grice, aqui os interlocutores interagem como indivíduos pré-constituídos em suas identidades. São seres imunes a seu discurso e ao discurso do outro, no sentido de que falam a partir de identidades prévias, anteriores à interlocução, não se constituem nela. Desse ponto de vista, a noção de conversação sustentada no modelo de análise conversacional de Sacks, Schegloff e Jefferson só corresponde a um modelo de análise do diálogo, se diálogo for sinônimo de conversa, sendo esta tomada como uma relação neutra entre falantes.

1.3 — Em teorias pragmáticas ilocucionais e semânticas

Abordamos, agora, mais uma concepção pragmática da linguagem, desta vez a Teoria dos Atos de Fala (daqui para diante TAF), para examinar as possibilidades de encontrar alguma re

lação entre ela e uma versão qualquer do que se possa entender por diálogo.

As análises desenvolvidas até agora permitiram discernir a existência de dois conceitos de diálogo que fornecem conteúdo para duas questões. Na primeira, perguntamos sobre a relação desta teoria com o conceito de diálogo do senso comum. A resposta é que a TAF, pelo menos como a formula Austin (1970), não leva em conta a interação, e por isso é possível afirmar que ela não supõe um conceito de diálogo como o formula o senso comum: relação lingüística recíproca que conduz à troca de idéias, visando à comunicação e ao entendimento. Tal conceito que, como vimos, é, de uma maneira ou de outra, endossado por teorias conversacionais.

Na segunda questão, perguntamos se é possível encarar a TAF como uma concepção dialógica da prática lingüística, no sentido que Bakhtin atribui ao diálogo: relação lingüística intersubjetiva, pela qual os sujeitos se constituem e expressam através do signo lingüístico, na sua forma de discurso. A esta questão, em princípio, respondemos também negativamente: enquanto Bakhtin insere o estudo da linguagem numa teoria do discurso, definido claramente como de natureza social e ideológica, material semiótico constitutivo da consciência e da subjetividade, Austin insere sua reflexão sobre a linguagem, numa teoria da ação. Como veremos, ele contrapõe a uma interpretação referencial da linguagem, contida no conceito tradicional de proposição, uma interpretação da linguagem como ação, tratando-a através dos conceitos, primeiro, de enunciado performativo, depois, de ato ilocucional. Para Austin, o discurso é só o contexto semântico a partir do qual se explicita, em última instância, o valor ilo

cucional dos enunciados, isso na segunda etapa de suas reflexões.

Sabemos, entretanto, que "How to do things with Words" inicia como o confronto de uma corrente do pensamento filosófico sobre a linguagem, a da filosofia analítica, com a interpretação tradicional da semântica lógica, e que o estudo que esta fazia sobre a linguagem, atribuía-lhe um cunho monológico. Austin, desde o início, contesta a hegemonia das frases afirmativas e a eleição da referência e dos valores de verdade como critérios únicos de avaliação das afirmações, elementos que sustentam a perspectiva monológica a que nos referimos. E monológica na medida em que considera a relação da linguagem com o mundo como independente do locutor. Aquilo de que se trata não é a relação entre interlocutores, mas é uma relação entre formas lingüísticas e estados de coisas no mundo.

Então, embora tenhamos respondido negativamente à questão formulada no início sobre um possível enfoque dialógico da TAF sobre a atividade lingüística (em função de alguns critérios encontrados até então), vemos um motivo para persistir na investigação: esta teoria nega conceitos básicos de uma visão monológica da linguagem e os substitui por outros ainda não considerados do ponto de vista do diálogo. Pensamos que vale a pena avaliá-los desse ponto de vista e refletir sobre a relação da TAF com uma possível concepção de diálogo, mesmo que seja para negá-la.

Tomada essa decisão, compete examinar a crítica que Austin faz à perspectiva pela qual os "filósofos" abordam a linguagem que, como já dissemos, fica restrita a uma visão monológica. Estudaremos a forma como, segundo ele, se articulam os e-

lementos-chave dessa perspectiva: a hegemonia das sentenças afirmativas, da função referencial e dos valores de verdade como critério de avaliação da linguagem em relação à realidade. Nosso interesse principal é ver que elementos Austin articula para substituir ou acrescentar aos anteriores, procurando entender se essa substituição constitui pelo menos um avanço em direção à possibilidade de uma interpretação dialógica da atividade linguística.

O fio condutor desta reflexão será a tentativa de explicitar a noção de contexto, subjacente a cada uma das teorias — a dos filósofos que Austin critica e a dele próprio. Isso porque pensamos que a noção de contexto, sustentada em cada uma dessas teorias, é o resultado da articulação dos elementos que elas manipulam (referência, ação, verdade, felicidade, por exemplo) e pensamos que não é possível falar de monólogo e diálogo sem considerar a noção de contexto.

Segundo Austin, antes dele, estudava-se a linguagem como um conjunto de afirmações sobre eventos do mundo real ou de um mundo possível e, como elas descreviam fatos, a referência era sua função principal. É sabido que o objetivo do estudo era avaliar a qualidade epistemológica dessa função, quer dizer, determinar, a partir da referência dos enunciados, se as afirmações podiam ser consideradas verdadeiras ou falsas. Entretanto, como a dicotomia dessa avaliação encerrava a linguagem em limites demasiado estreitos, começaram a formar-se resíduos de difícil explicação. Em decorrência, o critério de verdade utilizado para avaliar as afirmações se tornou antes uma fonte de problemas aos quais os filósofos dedicaram seu tempo, que uma solução útil e simples para questões epistemológicas relacionadas com a linguagem.

O impasse não é resolvido, e dele se escapa pela tan gente: quando falha o critério de verdade, diz-se que se trata de pseudo-afirmações por falharem em sua função de referir, e que constituem, portanto, um tipo de "non-sense". É por essa brecha que Austin vai entrar com sua contestação ao esquema interpretativo dos filósofos da linguagem. O importante para nossa investigação é que, na recusa desse esquema, vai junto uma refutação de elementos que asseguravam uma visão objetiva e monológica da linguagem. Com efeito, a possibilidade de julgar as afirmações pelo critério de verdade a partir de sua referência, implica uma relação biunívoca e transparente linguagem - objeto num universo estável. A interferência de outros elementos no esquema, como um sujeito da afirmação e seu interlocutor, introduziria no contexto da afirmação elementos de subjetividade ou de intersubjetividade. Esses elementos trariam consigo determinações de tempo e espaço, uma historicidade, enfim, que relativizaria o contexto referencial das afirmações, perturbando o funcionamento da alternativa verdadeiro-falso, criando-se, conseqüentemente, a necessidade de outro critério de avaliação. Na perspectiva dos filósofos que Austin critica, o contexto das afirmações é homogêneo e universal, traços esses que são assegurados pela ausência dos interlocutores. No contexto das afirmações, não há lugar para projeções e idiossincrasias do sujeito do conhecimento, nem para relativização desse conhecimento pela participação do outro com sua visão própria e diversa.

Austin contesta a hegemonia das sentenças afirmativas com todas suas implicações, que vigorava na filosofia da linguagem, em duas etapas. Na primeira, ele preenche a lacuna que os filósofos abrem na sua teoria referencial, quando descobrem que há afirmações a que não se podem atribuir valores de

verdade por não referirem nada. Ele mostra que há enunciados com forma afirmativa, que, na verdade, não descrevem nem afirmam na da, e que, portanto, não se distinguem das afirmações convencionais por uma falha em sua referência, mas por serem de outra na tureza: trata-se dos enunciados performativos, com os quais realizamos ações em vez de descrevê-las. Nessa etapa, Austin consi dera, então, a existência de dois tipos de enunciados: os constativos, que apresentam as características convencionais de re ferência, e os performativos, que, por sua função não-descritiva, não poderiam ser trabalhados pelos instrumentos de análise da filosofia da linguagem, mas que nem por isso merecem o título de "non-sense".

Vimos que a avaliação de verdade de uma afirmação na perspectiva que Austin critica se dá em função da referência a eventos num contexto homogêneo e universal, já que a interlocução não o integra em nenhum nível. A relação de referência é uma relação objetiva e transparente dos enunciados com os fatos, que não supõe a relatividade histórica do enunciado, nem a subjetividade da enunciação. Desse tipo de contexto decorre o caráter monológico da linguagem na perspectiva da filosofia da linguagem. A formulação por Austin do conceito de performativo não nega a existência dos enunciados, que ele chama de constativos, com as características contextuais monológicas que os filósofos lhe atribuem. Os conceitos de constativo e performativo convivem lado a lado na primeira fase de sua reflexão. Cabe investigar se, ao lado de uma concepção essencialmente monológica da linguagem veiculada pela noção de constativo, Austin contrapôs, com o conceito de performativo, uma visão dialógica.

Para começar, a abordagem de qualquer tipo de ação obriga a levar em conta um agente, e, na ação lingüística, para

que ela se realize, é ainda necessária a existência de um auditério. Fica, portanto, afastada a possibilidade de uma concepção monológica estrita da linguagem pela desconsideração pura e simples do locutor e do ouvinte no contexto. Na perspectiva de Austin, o contexto os incorpora. Mas é preciso examinar o estatuto e a relação desse locutor e desse ouvinte no contexto de enunciação dos performativos, para verificar se nesta fase Austin vai além de considerar necessária sua presença, como é necessária a de outros elementos, como a correção do enunciado, por exemplo.

Na primeira parte de seu trabalho, para ressaltar o conteúdo acional dos enunciados performativos, o autor privilegia ações institucionalizadas ou até mesmo com características rituais, para a realização das quais, o contexto deve ser constituído de um conjunto de elementos socialmente estabelecidos, dentro de padrões precisos. Nessa perspectiva, enunciado e contexto têm o mesmo peso para o sucesso de um ato, e isso na medida em que um corresponde a uma exigência do outro. Para que um enunciado do tipo "Aceito (esta mulher como minha esposa)" tenha o efeito pretendido, é necessário que seja dito num contexto próprio, bem como nenhum efeito será obtido, se o enunciado correto não for emitido, apesar de o contexto ser o adequado. Com a evidência de tal vinculação dos enunciados e contextos estudados na fase da construção do conceito de performativo, Austin relativiza e, num certo sentido, fragmenta o contexto que, nas teorias referenciais, tinha um caráter universal e unitário. Quando se avaliava a verdade de uma afirmação como "A água ferve a cem graus" (e esse era um tipo de afirmação estudada), ela era avaliada em relação a fatos no contexto universal de uma realidade objetiva. Quando se avalia a felicidade de um enuncia

do performativo do tipo "Batizo este navio Rainha Elizabeth", e le é avaliado em relação ao ato que se pretende realizar num contexto particular e perfeitamente caracterizado: será feliz, se o contexto for o exigido, e infeliz, se o contexto for outro qualquer. Desse modo, para que a enunciação seja feliz, para que com o enunciado se efetive a ação pretendida, é necessário que ele seja pronunciado num contexto que inclua a existência de um navio, que se quebre contra o casco desse navio uma garrafa, que a cerimônia tenha lugar num momento pré-determinado, etc. e que se realize frente a um auditório.

O tipo de enunciado que Austin destaca na primeira e tapa de sua análise cumpre de maneira eficiente o papel de romper com a hegemonia da função referencial, fragmenta o contexto e desmascara a falácia de uma objetividade lingüística que permitiria sempre a opção entre verdadeiro e falso. Contudo, o exame do contexto de uma enunciação performativa do tipo que mencionamos acima não permite concluir que, com a substituição de uma interpretação referencial de certos enunciados por uma interpretação desses enunciados como ação, se substitua uma concepção monológica por uma concepção dialógica da linguagem. A natureza do contexto previsto para enunciações desse tipo, embora reúna os elementos para uma atividade lingüística dialógica, tem uma dinâmica tal que impede essa interpretação. O contexto e o enunciado são institucionalmente determinados e se ligam de forma convencional e exclusiva. Então, embora haja no contexto uma relação de interlocução, ela é formal e considerada unilateralmente, só do ponto de vista daquele que efetiva, com sua enunciação, determinado ato. Não há, nesses contextos, intersubjetividade no sentido de uma relação constituidora do sujeito. O locutor é geralmente uma figura institucional, o padrinho, o

noivo, o jogador, etc. que cumpre com seu papel numa situação determinada, com finalidades específicas. Talvez pudesse ser entendido como sujeito se estivéssemos considerando um sujeito de direito, mas tais especificações não estão dentro de nossos objetivos. O que nos interessa averiguar é a possibilidade de uma intersubjetividade dialógica, constituidora do sujeito num contexto estruturado a partir dessa relação. E, em qualquer perspectiva que se abordem os interlocutores de enunciados performativos, como Austin os descreve, eles cumprem um papel pré-determinado e o enunciado é considerado unilateralmente.

Dissemos que Austin desenvolve sua reflexão sobre a natureza da linguagem em duas etapas. Na primeira, como vimos, ele contesta a hegemonia das sentenças afirmativas, criando a oposição constativo-performativo. Na segunda fase de sua análise, duas coisas são fundamentais: a superação dessa dicotomia pela criação do conceito de ilocucional e a inserção do ato de fala num contexto de discurso. Essas mudanças certamente ocasionam modificações na forma como se considera o contexto dos atos de fala, com repercussões para o papel e a relação dos interlocutores e conseqüências na relação da teoria com um possível conceito de diálogo.

Provada a existência dos enunciados performativos, através de exemplos típicos que apresentam até certos traços caricaturais da ação pela linguagem, Austin procura critérios gramaticais e vocabulares com os quais possa caracterizá-los formalmente em oposição aos constatativos. Não encontra elementos seguros para isso, pois fica claro também, a partir da análise de enunciados até então considerados constatativos ou performativos, que o conteúdo referencial afirmativo e o conteúdo de ação não são excludentes. Tanto os performativos quanto os constati-

vos são passíveis de avaliação de verdade, como estão sujeitos à infelicidade por ocasião de sua enunciação. Por essas evidências, Austin abandona a divisão dos enunciados em duas categorias, como uma classificação artificial, formulando o conceito de ilocucional, com o qual caracteriza todos os enunciados. Atribui a todos, além de um significado que inclui referência, um valor que se liga convencionalmente às palavras e que se expressa e é determinado, em última instância, no contexto de um discurso.

O caminho para superar a artificialidade da divisão referência-ação, que tinha sido a base da classificação constativo-performativo, é uma reflexão sobre que significados podemos atribuir à palavra ação, quando tratamos da atividade linguística. Como sabemos, segundo Austin, quando praticamos um ato de linguagem, podemos, por um esforço de abstração, distinguir nesse ato três níveis que correspondem a três tipos de ação. Em primeiro lugar, dizendo alguma coisa numa situação real de fala e na presença de um ouvinte, praticamos uma ação que pode ser de prometer, de jurar, de afirmar, etc. A esse tipo de ato, o autor chama de ilocucional. Todo enunciado tem um valor ilocucional (explícito ou explicitável) convencionalmente associado ao seu significado. Dizendo "Eu prometo te encontrar", realizamos um ato de promessa, que decorre de uma ligação convencional do valor ilocucional do enunciado com essas palavras. Não podemos, entretanto, disfarçar o fato de que os enunciados são parte de um discurso e que, dependendo do contexto do discurso, o enunciado usado como exemplo poderá assumir o valor de uma ameaça, ou outro. Além disso, pensamos que há, na determinação de seu valor ilocucional, um aspecto interacional que interessa à nossa reflexão sobre o diálogo: o valor ilocucional de um enun-

ciado é uma atribuição conjunta dos interlocutores, na medida em que, para Austin, a realização de um ato ilocucional é a expressão de uma intenção que, para realizar-se, deve ser compreendida como tal pelo interlocutor. Voltaremos a esse aspecto a seguir.

Um ato ilocucional subentende um segundo tipo de ação, a de enunciar uma frase (ato locucional). Quando realizamos um ato ilocucional, o fazemos por meio de um enunciado, isto é, articulamos sons conforme as regras fonológicas e sintáticas da língua, atribuindo-lhes um significado, que é a atribuição de um sentido e de uma referência. É fácil ver que a consideração de um nível locucional aos atos de fala foi fundamental para superar a "artificialidade" da divisão **enunciados constativos**, cuja função era referencial, e **enunciados performativos**, com os quais se realizavam ações. A função referencial dos enunciados foi absorvida pela teoria ilocucional, sem prejuízo do caráter performativo dos enunciados, graças a um segundo conceito de ação que se realiza no nível locucional. A referência⁸ não é prerrogativa de um tipo de enunciado, o constativo, mas uma função que se realiza por qualquer enunciado, no nível da ação locucional.

Existe, ainda, um terceiro sentido em que enunciar uma frase é praticar uma ação. Esse sentido se configura naquele que Austin chama de nível perlocucional dos atos de fala. Pelo fato de dizer o que dizemos, podemos obter determinados efeitos. Com um ato ilocucional de promessa, podemos atingir o efeito de comover alguém. O ato perlocucional não é convencional, não sendo, desse ponto de vista, uma ato lingüístico, mas consequência de um.

A mudança ocorrida no contexto da enunciação de um ato de fala com a formulação do conceito de ilocucional e todas as conseqüências que apontamos acima certamente alteram as perspectivas de uma relação entre a teoria dos atos de fala com um possível conceito de diálogo. Muda o papel que locutor e ouvinte tinham no contexto típico da fase de descoberta dos performativos. Lá tanto o locutor quanto o ouvinte eram apenas elementos que, entre outros, contribuíam para a felicidade ou infelicidade de uma enunciação num contexto de alguma forma institucional. Na teoria ilocucional, o contexto no qual se realiza um ato de fala é, antes de tudo, um contexto semântico. Por sua enunciação o locutor manifesta a intenção de realizar determinado ato ilocucional que efetivamente se cumpre, se o ouvinte compreende essa intenção. Nesse sentido um ato ilocucional se efetiva num contexto semântico constituído pelos interlocutores. Fora desse contexto, não podemos dizer que o ato foi infeliz, mas, simplesmente, que não se realizou.

Essa coparticipação do locutor e ouvinte em relação à intencionalidade aproxima a teoria de uma visão dialógica da linguagem, pois dá aos interlocutores uma função que não tinham antes na realização de um ato de fala: eles não exercem apenas um papel mais ou menos pré-determinado num contexto de caráter social e institucional, mas são constituidores do próprio contexto que, pela questão da intencionalidade⁹, passa a ser predominantemente semântico. Essa tendência para o diálogo fica, entretanto, a meio caminho. Ela permanece nos limites do significado como conjuntamente constituído pelo reconhecimento da intenção, mas essa intenção está marcada no ato de fala por uma relação convencional, objetiva, entre valor ilocucional e enunciado. Desse modo os interlocutores continuam separados de seu

dizer, sendo a subjetividade anterior e independente dele. Não há um sujeito constituído lingüisticamente. Além disso, para Austin, um ato de fala continua interessando enquanto ação, não sendo investigado numa perspectiva interacional. A reciprocidade não é considerada em qualquer aspecto, nem como uma possível resposta do ouvinte, nem como marcas dos interlocutores no enunciado.

De qualquer forma, com Austin, os interlocutores estão definitivamente instalados num contexto que é semântico e, além disso, constituído de forma partilhada, se é que o ato ilocucional, como o explica o autor, se realiza pela compreensão do ouvinte da intenção de realizá-lo, expressa pelo locutor. Como essa questão da intencionalidade tem-se mantido mais ou menos inalterada no desenvolvimento da teoria dos atos de fala, a natureza do contexto e a relação entre os interlocutores não se tem modificado substancialmente. O conceito de linguagem como ação está solidamente formulado na Teoria dos Atos de Fala, ação que, no que diz respeito à intencionalidade e suas relações com o significado ilocucional de uma enunciação, se realiza num contexto semântico constituído por um locutor e pelo menos um ouvinte. É o que se confirma na leitura de Searle (1972), por exemplo.

Também Ducrot se insere nessa tradição, embora construa sua teoria percorrendo veredas dissidentes em relação à pragmática construída no âmbito da Filosofia da Linguagem: reinterpreta, por exemplo, o conceito de pressuposição de Frege (1978), utilizando-o como elemento de sua teoria do significado implícito, e distancia-se de Austin no que diz respeito ao centro de interesse da investigação: ele centraliza reflexão

no tema do significado, enquanto Austin, que faz de sua análise o momento crucial do confronto ação-referência, privilegia o tema da ação.

Ducrot entende o sentido dos enunciados como pragmaticamente constituído a partir da enunciação. As circunstâncias do uso das palavras estão inscritas no enunciado, constituindo seu sentido. No que diz respeito ao significado, então, Ducrot se afasta de Austin, porque, para este autor, embora o centro da pesquisa seja ocupado pela ação lingüística, o significado é em parte descrito ainda dentro da fórmula da semântica lógica : tal como nos enunciados constativos, se reestabelece uma correspondência entre as sentenças e os eventos a que estão relacionados¹⁰.

O que ele entende por valor ilocucional dos enunciados é interacional, na medida em que é uma atribuição conjunta do locutor e ouvinte pela compreensão da intenção de um ato de fala. Mas a relação significado-intenção é um tema que Austin não desenvolve. Quem o faz é Searle em "Speech-acts", a partir de uma crítica ao conceito de significado de Grice.

Em Ducrot, mesmo no nível abstrato da frase, no nível semântico do que ele chama de significação, não se coloca jamais, ao contrário do que ocorre com Austin, a questão da referência. A significação da frase é um conjunto de indicações do uso que se pode fazer dela num ato de enunciação.

Colocadas essas diferenças de enfoque entre a pesquisa de Austin e Ducrot, a nós cabe investigar se essas diferenças permitem a Ducrot avançar em direção a um conceito da atividade lingüística como dialógica, e em que sentido isso se daria. No que se refere à definição de ato ilocucional, Ducrot man

têm o conceito de que se trata de uma ação que se realiza pela linguagem, dizendo-se o que se diz (mas também o que não se diz). Dizer "Prometo", é prometer. Ele atribui a tal ação, entretanto, uma especificidade que em Austin não havia: qualificação de jurídica, isto é, uma ação com a propriedade de modificar as relações entre os interlocutores, criando entre eles obrigações: *"O ato ilocucional aparece, então, como um caso particular de ato jurídico, como um ato jurídico realizado pela fala"* (Ducrot, 1977:88). A pergunta exemplifica com clareza o tipo de obrigações que se criam por uma ação ilocucional. Uma questão coloca aquele a quem ela é dirigida na obrigação de respondê-la, mesmo que seja para declarar-se impossibilitado de o fazer.

Além do caráter jurídico do ato ilocucional, Ducrot atribui-lhe o desdobramento semântico dos pressupostos *"(... tentaremos definir o ato de pressuposição como um ato ilocucional, que transforma imediatamente a situação jurídica dos interlocutores"* (Ducrot, 1977:101). Não só perguntamos ou afirmamos, como o fazemos a partir de pressupostos que estabelecem o quadro semântico dentro do qual o interlocutor deve movimentar-se em sua resposta ou em sua réplica. Quando perguntamos "Por que os melhores candidatos à prefeitura foram derrotados?", além do ato ilocucional de pergunta, realizamos o ato de pressupor que havia candidatos melhores que outros. A resposta de nosso interlocutor deve respeitar esse pressuposto sob pena de romper com o "design" semântico estabelecido para o "diálogo", o que poderia transformá-lo em polêmica ou até mesmo ocasionar uma ruptura na relação.

O que mencionamos da teoria de Ducrot nos dá pelo menos dois indicadores de sua aproximação de um conceito dialógi-

co da atividade lingüística. Primeiramente, a definição do ato ilocucional como sendo um ato de fala de natureza jurídica reforça o caráter interacional da linguagem, já que um ato de natureza jurídica cria comprometimentos lingüísticos que afastam a possibilidade do monólogo. Com o conceito de ato de fala jurídico, é superada a perspectiva de uma ação lingüística unilateral que tinha até então a TAF. Caminha-se de um conceito de ação para o de interação. Isso, como veremos a seguir, está ligado ao interesse de Ducrot em provar que o sentido de um enunciado é a representação de sua enunciação. Em segundo lugar, a consideração do ato de pressupor como sendo parte do sentido dos enunciados também reforça o caráter interacional da linguagem, na medida em que ela contém, não só os recursos pragmáticos da interação, mas também o poder de orientar e dirigir essa interação: no próprio enunciado ficam estabelecidos, pelos pressupostos, os parâmetros semânticos da interação.

Esperamos que tenham ficado claros alguns aspectos da teoria de Ducrot que julgamos importantes para sua relação com uma teoria dialógica. Vamos, entretanto, insistir nesse ponto. Dissemos que o núcleo de sua reflexão é o sentido dos enunciados pragmaticamente constituídos na enunciação. E o sentido do enunciado expressa seu valor de uso, os propósitos da enunciação, as obrigações que um ato ilocucional cria. Mas todo esse "drama" lingüístico a que a enunciação dá origem tem suas possibilidades marcadas, como uma espécie de roteiro na significação da frase, elemento que, segundo Ducrot, pertence à língua enquanto criação teórica do lingüista.

Essa centralidade do estudo semântico do enunciado e da frase, que se reforça ao longo do trabalho do autor, tem um

efeito crucial que está no foco de interesse de nossa investigação: desloca a possibilidade do estudo do diálogo como interação entre interlocutores para o estudo de um desdobramento enunciativo dentro do próprio enunciado. É a tendência sempre crescente em Ducrot de passar do plano do ilocucional na perspectiva original de Austin, que é a da ação no cumprimento de um papel institucional ou na realização de um ato unidirecional junto a um ouvinte, para uma perspectiva semântica da enunciação. Ele procura determinar, no nível do enunciado, as vozes que se cruzam na enunciação e que estão na origem do sentido do enunciado.

As origens da transferência do estudo do diálogo de uma perspectiva de interação entre interlocutores para a de uma dialogia no interior de cada enunciado está no estudo da pressuposição. Ali se divide a ação do sujeito, que realiza um ato ilocucional de afirmar, perguntar, etc. e um ato ilocucional de pressupor. O enunciado tem um sentido afirmado e um sentido implicado. Com o estudo da negação, que examinaremos a seguir, a divisão semântica se aprofunda e passa a corresponder a uma divisão do próprio sujeito da enunciação. Um enunciado negativo é visto como tendo origem em vozes diversas e, com isso, Ducrot começa a construir sua teoria polifônica da linguagem.

No artigo "Texto e Enunciação" (1980:50), ele afirma que todo enunciado não-p é a realização de dois atos ilocucionais: *"um é a afirmação de p por um enunciador E_1 , dirigindo-se a um destinatário D_1 , o outro é a rejeição dessa afirmação atribuída ao enunciador E_2 , que se dirige a D_2 ".* E_1 e E_2 são personagens que não se identificam com a mesma pessoa. E_2 , que nega, se identifica em geral com o locutor; D_2 (o destinatário da negação) geralmente é identificado com o alocutário, da mesma forma que

E_1 (autor da asserção rejeitada) pode ser identificado também como o alocutário, o que dá à negação um aspecto agressivo. Desse modo, pelo sentido de um enunciado negativo se expressa um drama enunciativo, onde se confrontam pelo menos dois enunciadores.

Essa interpretação dos enunciados negativos é modificada em alguns aspectos no artigo que examinaremos a seguir. Mas o que apresentamos aqui é o fundamental e bastante para nossa argumentação.

O exemplo da negação já seria suficiente para mostrar que a ênfase que Ducrot dá ao sentido faz com que ele coloque a dialogia no interior do enunciado. Contudo, é interessante observar que essa tendência se completa no artigo intitulado "Polifonia" (Ducrot, 1984). Nesse artigo, ele declara que seu objetivo é contestar a unicidade do sujeito, contestação que considera relevante na medida em que a noção de sujeito é um dos pré-requisitos da "lingüística moderna", da qual decorrem alguns de seus princípios básicos. A postulação de um sujeito único na origem dos enunciados teve a consequência lógica de manter uma concepção referencial do significado, que se conserva, como vimos, até na pragmática de Austin, no nível dos atos locucionais. O conceito de sentido dos enunciados, como sendo a descrição de sua enunciação, defendido por Ducrot torna irrelevante a questão da referência no sentido tradicional do termo, decorrente da idéia de um produtor único da palavra. A propósito, é importante lembrar também a diferença entre Bakhtin e Ducrot, no que se refere à polifonia. A originalidade de Ducrot está no fato de que ele reconstrói formalmente o diálogo que se desenvolve no interior do enunciado.

A ironia tem sido um fenômeno produtivo na sustentação empírica de propostas interacionais, em teorias sobre a linguagem. Foi assim em Grice, e a estratégia se repete em Ducrot. Com apoio em seu exemplo de ironia, vamos mostrar como este autor prossegue no desenvolvimento de uma teoria polifônica.

No desenvolvimento de seu exemplo, Ducrot lembra que a ironia é geralmente interpretada como uma forma de antífrase: diz-se A para deixar entender não-A. É como a interpreta Grice, explicando a inversão do efeito pela ação de uma implicatura conversacional. Ducrot diverge dessa interpretação, sendo a unicidade do sujeito, implícita em Grice, o ponto central da divergência. Na ironia, explica Ducrot, o locutor faz ouvir um discurso absurdo que atribui a outro. O locutor L apresenta um enunciado, cuja responsabilidade não assume por ser absurda e o apresenta como exprimindo a posição de um enunciador E. Apesar de ser responsável pela enunciação, L não se identifica com E: as palavras são da responsabilidade de L, mas o ponto de vista é o de E. A condição da ironia, entretanto, é que E não apareça como outro enunciador. Vejamos um caso apresentado por Ducrot. Suponhamos que eu afirme que Pedro me visitará amanhã, mas que João não concorde com isso e negue a possibilidade de esse fato ocorrer. No dia seguinte, durante a visita de Pedro, digo a João: "Veja só, Pedro não veio me visitar". Isso evidentemente seria uma ironia, cujo mecanismo é o seguinte: assumo a responsabilidade enquanto locutor da enunciação irônica, mas apresento-a como expressão de um ponto de vista absurdo, cujo autor é João, ali presente. A assimilação do enunciado do locutor e do enunciador é que cria o tom agressivo da ironia (Ducrot, 1984:211).

A complexidade polifônica de um enunciado, conforme

o apresenta Ducrot, é maior do que a que nossa discussão deixa perceber, mas com base no que apresentamos da teoria e seu desenvolvimento já é possível refletir sobre uma possível concepção de diálogo do autor. Pensamos que o ponto fundamental é a centralidade que o significado ocupa na pesquisa de Ducrot. Seu trabalho é de semântica pragmática, afirma ele. Esse enfoque determina a nosso ver os rumos de sua pesquisa e as mudanças de curso, que, sem dúvida, ocorrem. Em "Dire et ne pas dire" (1977), definindo o ato de fala como um ato jurídico, o autor permite entrever uma passagem do estudo dos atos ilocucionais numa perspectiva de ação, como em Austin, para a de interação. No mesmo livro, entretanto, ele inicia o estudo da pressuposição, com o qual muda o centro de interesse para o interior do enunciado, através do estudo de sua divisão semântica entre posto e pressuposto. O significado interacional dos atos de fala jurídicos se mantém e até se reforça com o estudo do pressuposto, mas a pesquisa se interioriza cada vez mais no enunciado. A perspectiva interacional da enunciação cede lugar a uma perspectiva semântico pragmática com a definição do sentido como sendo as marcas da enunciação no enunciado. A partir daí, o autor privilegia temas que permitem encarar o diálogo no universo do enunciado, passando do enfoque da ação ou da interação para o da polifonia. O conceito de polifonia conduz a pesquisa para além da divisão semântica do enunciado. O que era simplesmente divisão semântica passa a ser multiplicidade de vozes.

Resumindo, Ducrot passa de uma perspectiva dos atos de fala como ação para uma perspectiva de interação, com o conceito de ato ilocucional jurídico. Mas nesse trajeto se fixa nas divisões semânticas do enunciado, o que o conduz à descoberta de uma multiplicidade de vozes marcadas no enunciado e constitu

tivas de seu sentido. Passa, desse modo, do que poderia ser um estudo do diálogo, pelo confronto entre enunciados em cuja origem estariam um **eu** e um **tu**, sujeitos da enunciação, para o estudo da polifonia — divisão do **eu** e do **tu** — no interior de um mesmo enunciado.

Em virtude disso, podemos afirmar que a pesquisa de Ducrot não se tem direcionado para o estudo do diálogo no sentido que lhe atribuí o senso comum. Não coincide também com a perspectiva de abordagem da conversação¹¹ que interpretamos como uma réplica do conceito de diálogo. Finalmente, seu enfoque não é o do diálogo como o entendia Bakhtin: relação lingüística constituidora da intersubjetividade, visto que Ducrot não está interessado na existência de um sujeito da enunciação, e muito menos na relação entre tal sujeito e a constituição semântica do enunciado.

1.4 — Conclusão

Encarando retrospectivamente este capítulo, constatamos a reunião de algumas abordagens sistemáticas da atividade lingüística. No que diz respeito a nosso objetivo, encontramos duas definições de diálogo e, a partir delas, avaliamos a existência de noções de diálogo subjacentes a teorias discursivas da linguagem, ou da ação e interação lingüísticas, sendo que, em algumas, o enfoque era predominantemente semântico, como na teoria de Ducrot, principalmente.

Os dois conceitos explicitamente formulados e que

serviram de ponto de referência para a avaliação de possíveis noções de diálogo, depreensíveis dos textos examinados, foram o do dicionário, que é senso comum, e o da teoria do dialogismo de Bakhtin. Contudo, embora esses dois conceitos tenham servido de ponto de apoio para o estudo dos textos, não parecem adequados para sustentar o prosseguimento deste trabalho. Ficou claro, no decorrer das análises, que os autores que se enquadravam numa ou noutra dessas perspectivas, ou com elas de algum modo se relacionavam, não incluíram na pesquisa aspectos que considerávamos pertinentes para o estudo do diálogo. Entretanto, a inadvertência com que, do nosso ponto de vista, os representantes de cada corrente passaram por tais questões permitiu que elas aparecessem com mais consistência, tornando-se útil para o prosseguimento de nossa própria reflexão.

Sobre o conceito que as pessoas em geral têm de diálogo, pesa o problema da consideração dos interlocutores como seres imunes aos incidentes da própria relação lingüística. O mesmo se viu nos textos que tratam da conversação. Também eles mantêm o pressuposto de um equilíbrio interacional: o sujeito se constitui previamente no contexto universal de relações humanas padronizadas racionalmente (Grice), ou no contexto da sistematicidade das trocas sociais (SSJ).

Sobre o conceito de Bakhtin, ficou evidente que, ao contrário, os interlocutores se constituem numa relação de intersubjetividade lingüística. Entretanto, embora o autor defenda o ponto de vista de que o **eu** se constitui como sujeito pela tomada de consciência frente ao outro e que essa consciência é de natureza discursiva, sendo o discurso ideológico e social, não se detém nos efeitos dessas circunstâncias históricas sobre

a subjetividade. O efeito dessa historicidade é, porém, radicalizado por Pêcheux, quando assume o conceito de assujeitamento, para definir a constituição de "sujeito", como vinculada a uma formação discursiva específica.

Concluindo, não obtivemos o conceito de diálogo que procurávamos, com o estudo que acabamos de realizar, mas, a partir dele, podemos formular pelo menos duas questões, que deverão orientar a continuidade deste trabalho e ser consideradas no momento da formulação de nosso conceito de diálogo.

1) Como fugir à idéia ingênua de que qualquer relação lingüística ou pelo menos as bem intencionadas constituem um diálogo, tendo ele o sentido de uma relação igualitária e perfeitamente equilibrada?

2) Como escapar a dois extremos da noção de subjetividade: o de que basta o locutor colocar-se lingüisticamente frente ao outro para tornar-se sujeito e o de que a subjetividade de lingüística é pura ilusão ideológica?

N O T A S

1. Nossa investigação sobre o pensamento de Bakhtin teve a extensão e a profundidade que exige o objetivo de entender o que é o diálogo para ele. Se tocamos em questões como a da teoria do conhecimento ou da estrutura do romance de Dostoiévski, foi para atingir tal objetivo, pois essas questões enquanto tais, não nos dizem respeito diretamente. A essas limitações decorrentes do centro de interesse de nosso trabalho corresponderam os limites da pesquisa sobre a bibliografia do autor. Examinamos dois textos traduzidos, "Problemas da Poética de Dostoiévski" (1981a) e "Marxismo e Filosofia da Linguagem" (1981b). Para suprir possíveis lacunas, criadas pela ausência de outros textos do autor, nem sempre acessíveis, consultamos também o livro "Mikhaïl Bakhtine; le principe dialogique" de Tzevetan Todorov (1981), espécie de roteiro das idéias de Bakhtin, que contém, ainda, uma coletânea de "escritos do círculo de Bakhtine". Não nos detivemos no estudo do livro "L'Oeuvre de François Rablais et la Culture Populaire au Moyen Âge et sous la Renaissance", porque seu conteúdo, como o próprio título indica, está predominantemente voltado para a cultura popular, que, segundo o autor, tem sua representação mais autêntica no carnaval. Nesse livro, ele não trata especialmente do nosso tema, mas do carnaval como modo de vida e cultura populares, em oposição aos ritos e cerimônias oficiais da igreja e do estado feudal, expressões do poder e da cultura da classe dominante.
2. Na apresentação do pensamento de Bakhtin, não seguimos a cronologia das obras consultadas. Quisemos organizar uma exposição conforme a lógica interna de seu pensamento, que, do nosso ponto de vista, não está submetida à ordem de publicação de seus trabalhos. Outra decisão que se impôs, para o exame dos textos de Bakhtin, foi a da autoria. Muitos textos que,

pelo tema e tipo de abordagem, devem ser atribuídos a ele, em razão da censura e repressão na Rússia, foram publicados com o nome de amigos e participantes do mesmo círculo de estudos. É o caso, por exemplo, de "Marxismo e Filosofia da Linguagem", que foi publicado sob o nome V.N. Volochinov. Adotamos o critério de referir no corpo de trabalho apenas "Bakhtin" e na bibliografia, entre parêntesis, também a autoria assumida na publicação.

3. Bakhtin formulou uma teoria do dialogismo muito geral: toda comunicação é intersubjetiva e dialógica. Entretanto considera Dostoiévski como o criador do romance dialógico (polifônico), contrapondo a obra desse autor a tudo mais no mundo da ficção, que qualifica como monológico. É possível que a empatia e a admiração (justificáveis) pelo romance de Dostoiévski o tenham levado a esta restrição, contraditória em relação a sua própria teoria, do dialogismo a um só autor. Em todo caso, a hipótese de romances monológicos é inexpressiva na obra de Bakhtin, que tem extraordinária relevância pela interpretação dialógica da linguagem em todas suas manifestações.

4. Bakhtin faz a crítica das idéias de Saussure com a finalidade de, por oposição, formular suas próprias idéias. Como é natural nessas circunstâncias, ele simplifica alguns aspectos da teoria contida no "Curso de Linguística Geral", não considerando o rigor e a coerência das idéias que critica, quando vistas no sistema a que pertencem. Bakhtin não leva em conta, por exemplo, o sentido e a importância do conceito de generalidade em Saussure e as consequências adversas que esse princípio acarreta para a diacronia e todo referencial histórico na investigação linguística. Para Saussure, os fatos diacrônicos se impõem à língua, mas nada têm de geral (Saussure, 1945:168). É preciso lembrar também que diacronia e historicidade, como as entendem respectivamente Saussure e Bakhtin, não são dois conceitos equivalentes.

5. Transcrição do quadro pelo qual Pêcheux representa as formações imaginárias.

Expressão que designa as formações imaginárias.		Significação da expressão	Questão implícita cuja 'resposta' subentende a formação imaginária correspondente.
A	$I_A(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A.	"Quem sou eu para lhe falar assim?"
	$I_A(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A.	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
B	$I_B(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B.	"Quem sou eu para que ele me fale assim?"
	$I_B(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B.	"Quem é ele para que me fale assim?"
A	$I_A(R)$	"Ponto de Vista" de A sobre R.	"De que lhe falo assim?"
B	$I_B(R)$	"Ponto de Vista" de B sobre R.	"De que me fala ele assim?"

6. As máximas a que nos referimos se dividem em quatro categorias:

I. Categoria de quantidade:

- a) faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto requerida;
- b) não faça sua contribuição mais informativa do que é requerida.

II. Categoria de qualidade:

Nessa categoria, há uma super máxima: "trate de fazer uma contribuição que seja verdadeira", e duas máximas:

- a) não diga o que você acredita ser falso;
- b) não diga senão aquilo para que você possa fornecer evidência adequada.

III. Categoria de relevância:

Sob essa categoria, há uma única máxima: "Seja relevante".

IV. Categoria de modo:

Relacionada não ao que é dito, mas "a como o que é dito deve ser dito". Nessa categoria se inclui a supermáxima: "Seja claro" e várias máximas;

- a) evite obscuridade de expressão;
- b) evite ambigüidades;
- c) seja breve;
- d) seja ordenado.

7. Sobre esta forma de definir a implicatura, consultar Lewin - son (1983).

8. Se Austin resolve o problema da artificialidade da divisão constativo/performativo com a proposta de um nível de ação chamado locucional, através do qual é possível estabelecer a relação de referência de todo enunciado, Searle, em "Speech Acts", atribui um papel central a essa função. Isso porque atribui aos enunciados dois níveis fundamentais em cada ato de fala: o proposicional e o ilocucional, o que ele expressa com toda clareza, representando cada ato de fala pela fórmula $F(p)$, onde F é a força ilocucional e p uma proposição. A ênfase no estudo da proposição com sua constituição clássica de uma referência e uma predicação coloca de novo em pauta os aspectos referenciais da linguagem, significando a teoria de Searle uma tentativa de equilíbrio entre o caráter referencial e de ação a ela sucessivamente atribuídos, bem como uma conciliação teórica entre as descobertas de Austin e possíveis compromissos do próprio Searle com a filosofia da linguagem mais tradicional. É claro que Searle coloca todos os elementos de sua pesquisa sob a perspectiva da ação ("*falar uma língua é adotar uma forma de comportamento regido por regras*") (Searle, 1972:59), E, sendo assim, o estudo da proposição é desenvolvido sob o título de ato proposicional, mas a ênfase que ele dá a esse estudo atesta o que dissemos acima. Enquanto Austin inclui todos os elementos relacionados com a emissão do enunciado num nível locucional, colocando aí o

sentido e a referência, e aborda a todos de maneira rápida e igualitária, Searle separa os atos de enunciar palavras dos de referir e predicar, desenvolvendo de maneira exaustiva apenas o estudo destes. O que corresponde ao que Austin chama de ato locucional é dividido em duas categorias que são enumeradas junto com os atos ilocucionais, dando-se, portanto, o mesmo destaque aos três tipos de ação, embora, segundo Searle, o ilocucional inclua as outras duas. Um ato de fala consiste então, para o autor em

- a) enunciar palavras (morfemas e frases) - atos de enunciação;
- b) referir e predicar - atos proposicionais;
- c) afirmar, colocar uma questão, etc. - atos ilocucionais.

9. Sobre a relação significado-intenção é fundamental a teoria de Grice (1971), desenvolvida em "Meaning". A esse trabalho vamos nos referir mais tarde, quando tratarmos especificamente do significado.
10. O comentário que Austin faz na 11ª Conferência (1970) de que os enunciados constativos na verdade são uma abstração que corresponde ao nível locucional da enunciação reforça nosso ponto de vista de que, no nível locucional, o significado se constitui, segundo a versão clássica, em termos de sentido e referência.
11. No artigo "As Leis do Discurso", Ducrot trata das máximas conversacionais. Mas esse é um trabalho que se distancia da abordagem de outros autores sobre o tema. Ele é mais uma reflexão sobre o significado e sobre o papel do que, na época, Ducrot entendia por componente retórico, que uma teoria ou uma análise conversacional.

2 — POR UM CONCEITO DE DIÁLOGO

No capítulo anterior, afirmamos que o propósito deste trabalho era desenvolver uma investigação sobre o diálogo, sua natureza e possibilidades de ocorrência, e começamos fazendo uma revisão crítica de alguns textos, na tentativa de encontrar um conceito de diálogo que fosse adequado para sustentar nossa investigação. Pode chamar a atenção a disparidade no tipo de apreciação que fizemos sobre as idéias dos autores: transitamos de uma leitura entusiasmada, como no caso de Bakhtin, a uma certa aspereza crítica, como no caso das teorias conversacionais, passando para uma objetividade maior em nossa relação com os outros textos. Essa desigualdade de apreciação aponta para o fato de que examinamos pré-conceituosamente todos os textos, quer dizer, tínhamos um "pré-conceito" de diálogo que orientou a crítica.

A partir dessa constatação, dois esclarecimentos tornam-se necessários. O primeiro é o de que (é preciso admitir) não estávamos procurando neutramente um conceito de diálogo que pudéssemos assumir no desenvolvimento deste trabalho, mas buscando conceitos que, pela concordância ou confronto com nosso pré-conceito, ajudassem a progressivamente elaborá-lo até sua expressão na forma de uma definição própria. O segundo esclarecimento necessário é o de explicitar em que consiste tal pré-conceito. Em primeiro lugar, para fazer justiça aos textos vistos, pois aí ficará claro que os parâmetros dentro dos quais fo

ram examinados não coincidiam com os parâmetros dentro dos quais foram concebidos, sobretudo se levarmos em conta que a maioria não tratava do diálogo, mas que esse era um conceito que inferíamos a partir da análise do texto. Em segundo lugar, porque essa explicitação ajudará também a discernir os elementos daqueles textos que podem ser resgatados no decorrer deste trabalho.

Vamos considerar, então, a existência de uma noção ainda que vaga de diálogo, concomitante ao propósito de investigá-lo, e que, em certa medida, orientou as interpretações críticas feitas no capítulo anterior. Podemos tentar explicitá-lo na seguinte formulação: o diálogo tem uma natureza específica, não identificável com toda e qualquer interação lingüística, ou mesmo com trocas lingüísticas cujo caráter particular seja o de visarem à obtenção de resultados positivos de entendimento. O diálogo é uma relação de intersubjetividade que tem suas possibilidades de ocorrência relativizadas pelo equilíbrio de poder da palavra, que se instaura no interior de cada interlocução, e que se inscreve no contexto lingüístico da relação. Podemos ver que o sentido da expressão "poder da palavra" será crucial para o desenvolvimento de nosso conceito de diálogo. Sobre ela, adiantamos que a utilizaremos para caracterizar tanto as possibilidades do interlocutor de apropriar-se da palavra, quanto de optar por inseri-la num determinado enquadramento semântico, mantendo-a nele ou não, no decorrer da interlocução. Essas relações dos interlocutores com a palavra só vão aclarar-se, entretanto, na continuidade deste trabalho, já que, daqui por diante, ele se constituirá num esforço para explicitá-las.

Foi, então, pela existência do "pré-conceito" a que

nos referimos que não adotamos a idéia de diálogo que tem o senso comum: troca lingüística que ocorre sempre que os interlocutores têm o objetivo de entendimento, ou que buscam uma relação harmoniosa para conflitos de interesses, afetivos, políticos, ideológicos, etc. Pensamos que o diálogo ocorre ou não, dependendo das peculiaridades das relações internas à enunciação e não como decorrência dos objetivos que a mobilizaram, embora eles possam contribuir para isso.

Nas teorias conversacionais, encontramos uma concepção das relações lingüísticas cotidianas semelhante ao que geralmente se entende por diálogo, só que ligada a pressupostos ideológicos de equilíbrio numa realidade lógica universal (como queria Grice) ou na generalidade dos sistemas de trocas sociais (como pretendiam Sacks, Schegloff e Jefferson). Tanto a racionalidade que comandaria a conversação, quanto a sistematicidade das trocas de turno na conversa encobrem, com pressupostos de uma harmonia ou estabilidade das relações interpessoais, as desigualdades do convívio social, que se materializam nas relações lingüísticas. Contudo, das teorias conversacionais e do sentido comum de diálogo não ficaram apenas falácias ideológicas, consideradas como tais a partir do ângulo sob o qual foram avaliadas. Permaneceram também elementos importantes que incliremos em nossa concepção de diálogo, elementos de que trataremos aqui. Queremos trabalhar com o diálogo tal como o entendem o senso comum e as teorias conversacionais, como uma relação entre enunciados, cuja origem enunciativa se atribui a sujeitos distintos, tendo por enquanto esse termo a significação ingênua e não problemática de indivíduos cujo estatuto de enunciadore é anterior aos enunciados e independente deles. As questões da realidade do sujeito e da viabilidade do diálogo serão coloca-

das no decorrer de nossa investigação e se resolverão pela relativização de padrões absolutos de constituição do eu e do tu.

Vimos que o paradigma de relação lingüística cotidiana, forjado pelas teorias conversacionais, está ligado a pressupostos ideológicos de harmonia e equidade interpessoal. É natural, em consequência, que não se tenha colocado no interior das relações lingüísticas a possibilidade de desequilíbrios e desigualdades na relação interpessoal, procedimento que pretendemos refutar. Já o conceito de diálogo de Bakhtin e o conceito de produção do discurso de Pêcheux têm suas raízes no reconhecimento da natureza ideológica do terreno no qual a relação lingüística se desenvolve: no caso de Bakhtin, condições sociais específicas; no caso de Pêcheux, condições de produção do discurso determináveis. Pelo potencial de luta e dominação existente na ideologia, e reconhecido pelos próprios autores, seria de esperar que encontrássemos nos conceitos de ambos os elementos de desequilíbrio que queremos propor como ligados à relativização das possibilidades de ocorrência do diálogo. Esse é, entretanto, um aspecto que devemos observar com mais cuidado nos dois autores.

Em Bakhtin, encontramos justificativa para estudar o diálogo com uma relação lingüística intersubjetiva. Entretanto, embora a constituição dos sujeitos se dê no plano ideológico dos discursos, onde ocorrem os embates pela disputa do poder em todos os níveis, esses sujeitos parecem dotados de uma equidade que contradiz sua própria origem. O que vemos são sujeitos constituindo-se plenamente em suas relações enunciativas, não importando a extensão do recorte em que as consideremos: nas relações de intertextualidade, no discurso polifônico do romance, na

atribuição conjunta de sentidos na atividade lingüística cotidiana. Ficamos, então, com a sugestão de Bakhtin de uma concepção intersubjetiva de diálogo (constituidora de sujeitos), mas esperamos ainda a sugestão de uma relativização da subjetividade ali constituída.

Em Pêcheux, o eu e o tu se constituem como imagens recíprocas de lugares sociais, formadas em condições especiais de produção do discurso. Esses lugares que, por sua natureza social, incorporam as desigualdades existentes na sociedade, refletidas no jogo de imagens que dá origem aos discursos, problematizam a idéia de equilíbrio das partes na relação lingüística. Assim, encontramos em Pêcheux não só um questionamento sobre a noção de sujeito, como o entende Bakhtin, mas também um questionamento da simetria constitutiva da relação eu-tu, que para Pêcheux é sem dúvida problemática no que diz respeito a uma possível igualdade de poder da palavra. As questões do tipo "Quem sou eu para lhe falar assim?" trazem esse aspecto à tona.

Pela leitura de Austin, confirmamos a previsão de que não havia, na Teoria dos Atos de Fala, um conceito explícito ou subjacente de diálogo, embora tenha ficado claro que o autor, na segunda fase de sua reflexão, aquele em que constrói o conceito de ilocucional, inseriu os interlocutores no contexto semântico da enunciação, através do conceito de intenção. Isso pelo menos diminuiu a distância entre a teoria dos atos de fala e um conceito dialógico da linguagem. De toda maneira, não podemos tirar dessa teoria elementos que nos ajudem a construir um conceito de intersubjetividade que sustente nossa pesquisa sobre o diálogo. Podemos, entretanto, levantar a hipótese de que os conceitos de ação ilocucional e perlocucional poderão nos ajudar na

descoberta de uma dinâmica interna à interação lingüística, mobilizadora das relações de poder da palavra e que essa dinâmica possa interferir na relação lingüística intersubjetiva, relativizando-a e ao diálogo. A esta hipótese voltaremos mais adiante.

Ducrot, de dentro mesmo da Teoria dos Atos de Fala, a firma o caráter interacional da linguagem através do conceito de ato de fala jurídico - transformador das relações interpessoais. O ato de fala jurídico, como toda ação dessa natureza, não só joga com as relações interpessoais, como faz isso a partir do estabelecimento de posições de poder. O conceito de ato de fala jurídico reforça, portanto, nossas expectativas na possibilidade de provar uma relatividade na constituição do sujeito, pelas assimetrias de poder da palavra, e a imprevisibilidade na ocorrência do diálogo, mesmo que se procure numa conversa ou numa discussão a harmonia e o entendimento. Ducrot tem, entretanto, caminhado mais na direção de uma semântica da enunciação que em direção ao desenvolvimento de uma teoria da ação lingüística, e o conceito de polifonia parece ter sido um alvo bem sucedido dessa tendência. Essa perspectiva dominante na pesquisa do autor tem suas conseqüências para nós. Por um lado, com o conceito de polifonia, ele problematiza o conceito de subjetividade e põe em cheque a possibilidade de estudar-se o diálogo como uma relação lingüística intersubjetiva, como pretendemos. Por outro lado, ele coloca de maneira metodologicamente convincente a possibilidade de estudar relações dialógicas no interior de um mesmo enunciado, e isso poderá ser uma sugestão importante para nós.

Na incursão que fizemos por conceitos de diálogo, ação e interação lingüística, encontramos elementos suficientes

para justificar uma pesquisa sobre o diálogo enquanto relação lingüística intersubjetiva, bem como tivemos advertências contundentes para precaver-nos contra a crença no poder que a enun-
 ciação de um eu teria como instauradora da subjetividade. Acei-
 tamos com igual respeito as duas sugestões. Mas, diante do dile-
 ma entre a existência de uma intersubjetividade dialógica e a
 ilusão de um sujeito constituído na relação lingüística eu-tu,
 pensamos que, do ponto de vista da linguagem, seja possível pen-
 sar a questão de outro ângulo. Por não negar os pressupostos
 psicanalíticos da ilusão e divisões da subjetividade, nem a re-
 flexão marxista do assujeitamento ideológico, vamos investigar
 as conseqüências de uma simplificação na estrutura do diálogo,
 estrutura essa que tem sido entendida como uma relação de dois
 termos. Talvez seja possível avançar no entendimento da nature-
 za do diálogo, se substituirmos a reflexão sobre a realidade ou
 ilusão do sujeito por uma reflexão sobre sua relatividade.

Nessa perspectiva, levantamos a hipótese de que a bi-
 polaridade da relação eu-tu coloca seus termos num plano de abs-
 tração incompatível com a dimensão humana e social da relação
 lingüística. Em vista disso, propomos para o diálogo uma estru-
 tura de três elementos, numa dupla relação: à oposição eu-tu se
 acrescentaria uma segunda, eu-tu/ele. Essa proposta, entretanto,
 já é um ponto de chegada, e, para que ela mereça alguma credibi-
 lidade, temos que mapear um caminho para chegar lá, e sobretudo
 esclarecer o que estará representando o ele em nosso esquema. Va-
 mos começar pela análise de um conceito de enunciação, o de Ben-
 veniste, que tem implicações evidentes com uma proposta pecu-
 liar de oposições formais e semânticas dentro do sistema prono-
 minal.

2.1 — Eu-tu ou eu-tu/ele

Sempre que alguém se manifesta lingüisticamente, assume o papel de eu numa relação interpessoal e, conseqüentemente, instaura, pelo ato mesmo da enunciação, o tu que o pressupõe nessa relação. Basicamente, esse é o conceito de enunciação desde que se tem pensado de maneira sistemática no assunto. Desde Benveniste e também desde Bakhtin¹, como vimos. O pensamento desses autores coincide na preocupação antropológica de expliciar o processo de construção do sujeito, definindo-o como um evento social que se realiza pela linguagem, e nisso concordamos com eles. Mas Bakhtin e Benveniste se distanciam um do outro em decorrência dos caminhos que tomam para desenvolver seu projeto teórico, e, neste ponto, seguimos o caminho de Benveniste, que é onde se encontram sistematizados os elementos a partir dos quais construiremos nossa proposta sobre a enunciação, da qual derivaremos um conceito de diálogo. Bakhtin aborda a questão do diálogo e da enunciação numa amplitude que ultrapassa nossos limites de investigação: teoria do conhecimento, teoria literária, abordagem marxista da linguagem, etc.

O primeiro elemento que tomamos de Benveniste é a definição da perspectiva semântica na qual ele desenvolve sua teoria do discurso e da enunciação, visto que também nós estudaremos a enunciação e o diálogo como relações semânticas. Tanto Bakhtin quanto Benveniste admitem dois modos de significação: um próprio da língua, outro do exercício da linguagem. Mas é Benveniste quem sistematiza esses dois modos de forma teoricamente mais articulada e também mais adequada aos nossos propósitos. Por isso nos deteremos agora no que ele propõe, guardando para

momento mais oportuno deste trabalho a discussão da proposta de Bakhtin sobre a significação.

Pela oposição entre os níveis semiótico e semântico da linguagem, Benveniste (1967) caracteriza os dois modos de significação a que nos referimos. O nível semiótico diz respeito à língua, onde cada signo é dotado de uma significação, que intrinsecamente lhe pertence, e por ela se distingue dos outros signos, pois também no plano da significação a língua é um sistema de oposições. Assim, do ponto de vista semiótico não se cuida da relação das unidades lingüísticas com as coisas, nem da própria linguagem com o mundo. Das investigações de caráter semiótico, está ausente, portanto, a questão da referência.

Já no campo da semântica, que, segundo Benveniste, é o domínio da língua em ação, o sujeito expressa idéias que são particulares e que estão relacionadas com os objetos e os fatos de seu universo contextual. Ao manifestar-se lingüisticamente, o locutor se apropria da língua, através das formas com que ela o instrumentaliza para a enunciação, e constrói seu discurso. Só a partir do ato de enunciação podemos falar de sentido que, nessa perspectiva, é um conceito indissociável do conceito de referência. Isso fica estabelecido na própria concepção do processo enunciativo: o locutor, ao construir seu discurso, institui o outro, estabelecendo uma relação que se dá no mundo, em determinado contexto, ao qual referem suas palavras, e que só se efetiva na medida em que o outro refere identicamente, sendo, pois, a referência, co-referência. É em virtude do caráter semântico das relações enunciativas que a língua se torna "*mediadora entre o homem e o homem, entre o espírito e as coisas (...)*" (Benveniste, 1966:224), e que, bem mais que para comunicar, a linguagem

serve para "viver".

Benveniste nos dá, assim, o enquadramento semântico para desenvolver um modelo de enunciação: os significados são constituídos a cada relação enunciativa pela referenciação aos interlocutores e ao contexto da enunciação. Um ato de enunciação é um ato de co-referência, de atribuição conjunta de sentido às palavras. Todavia, a inserção nesse enquadramento semântico não impede que realizemos desvios ou inversões em relação à perspectiva do autor. A maneira como encaramos a relação interpessoal — segundo elemento que Benveniste nos oferece à reflexão — aponta para essa direção, como veremos a seguir.

Em Benveniste, o estudo da enunciação está imbricado com uma proposta sobre a estrutura do sistema pronominal. As peças essenciais para a descrição do processo de enunciação foram construídas na reflexão sobre a natureza dos pronomes, tema central do autor na série de artigos intitulada "O Homem na Língua" (Benveniste, 1976). Com efeito, a interpretação do ato de enunciação é indissociável de uma cisão no sistema pronominal, feita com base no conceito de pessoa: **eu** e **tu** inserem-se na categoria de pessoa; **ele**, na categoria de não-pessoa. Essa subcategorização pôs na ordem do dia um nível pragmático da linguagem em oposição ao seu nível sintagmático. A forma **ele** é um substituto de elementos que remetem a uma situação objetiva, representa a não-pessoa, o modo de enunciação de instâncias de discurso *"que predicam o processo de não importa quem ou não importa o que, exceto a própria instância"* (Benveniste, 1956:282).

A divisão do sistema pronominal conforme a categoria de pessoa tem conseqüências plenamente perceptíveis para o en-

tendimento da natureza e funcionamento da linguagem, na descrição do processo de constituição da subjetividade. Deprendemos da leitura de Benveniste que **eu** e **tu** não só pertencem ao nível pragmático da linguagem, como a viabilizam. Essas formas permitem que o locutor se aproprie da língua e que, por um jogo de espelhamento, numa interação lingüística, se constitua como sujeito. **Ego** é quem diz eu e nesse ato instaura sua negação (pela qual se afirma) que é o **tu**. O sujeito se constitui, pois, no exercício da linguagem, mas nem por isso ela lhe é anterior. **Eu** e **tu** são elementos constitutivos da linguagem, na medida em que é na relação de intersubjetividade que ela se concretiza como tal. Fora disso, a linguagem é pura virtualidade. Por outro lado, o caráter existencial dessa relação faz de cada ato de enunciação um evento único, qualidade que se transmite ao **eu** e **tu**, tornando-os elementos de referência sempre nova, interpretáveis a partir daquela instância de discurso que as contém. Quanto à chamada 3ª pessoa, Benveniste lhe atribui um estatuto bem diferente: **ele** está no nível representativo e simbólico da linguagem, mais precisamente, é um substituto de unidades semânticas que referem fora do circuito da enunciação, ao mundo dos objetos, das idéias, das ações². Na condição de substituto dessas unidades, **ele** pertence ao nível sintático da linguagem, onde se dão as operações anafóricas, e, como esta não é função essencial e constitutiva da linguagem, a existência ou não de um pronome **ele** é uma questão de economia interna de cada língua³.

As diferenças referenciais que acompanham as categorias de pessoa e não-pessoa têm, segundo Benveniste, uma consequência sobre os enunciados que é importante para nossa argumentação, embora seja pouco considerada pelos críticos do autor.

Falamos da tipologia dos discursos de que trataremos a seguir.

A divisão interna do sistema pronominal a partir da categoria de pessoa teve, como vimos, o mérito de distinguir os elementos pertinentes para a elaboração de um conceito de enunciação, que proporcionou o desenvolvimento do estudo da linguagem de um ponto de vista pragmático. A divisão mesma abriu, porém, espaço teórico para uma abordagem dos discursos que bloqueia o avanço para uma definição intersubjetiva de qualquer enunciado, pelo menos nos artigos a que estamos nos referindo. Trata-se do fato de que, a partir da divisão **eu-tu/ele**, Benveniste estruturou um esquema de categorias relacionadas com a pessoa (as de tempo principalmente), que o levou a propor uma tipologia das enunciações, expressa na oposição discurso-história. O **discurso** seria o domínio da subjetividade, engendrada, como vimos, no diálogo. Sua marca distintiva seria a presença do **eu** (e do **tu**) no enunciado. O **ele** (enquanto representação da não-pessoa) estaria presente como elemento que refere objetivamente numa enunciação, sem ter nela papel constitutivo. A **história** seria o domínio da objetividade, a narração de fatos sem a interferência do sujeito narrador. Em termos da divisão das formas pronominais, seria o domínio do **ele**, da não-pessoa, de onde estariam confiscadas as marcas da subjetividade.

A bem da verdade, Benveniste não aposta com muita convicção nessa tipologia, pelo menos no que diz respeito à **história**, pois afirma que ela se restringe à língua escrita. E, em artigo posterior, "L'appareil formel de l'énonciation" (Benveniste, 1970:80), a tipologia praticamente se dissolve na afirmação de que *"A enunciação é esta colocação em funcionamento da língua por um ato individual de utilização"*. Todavia, as conse -

quências dissociativas da oposição pessoa/não-pessoa e das diferenças referenciais ligadas a essa oposição não são superadas. Com a oposição expressa em tipos de enunciados diferentes, vamos ter sempre isolados o mundo da interpessoalidade (e da intersubjetividade que se realiza por ela) e o mundo da não-pessoa, da objetividade lingüística, do **ele**.

Falamos da separação pessoa/não-pessoa e de suas consequências dissociativas relativamente à enunciação, mas não tratamos ainda da motivação teórica mais geral disso. A nosso ver, tudo está ligado a um posicionamento teórico fundamental: Benveniste insere a enunciação dentro do enunciado e a estuda a través de suas marcas formais. Não é possível, desse ponto de vista, separar o enunciado da enunciação. Ela está no interior do enunciado, o que não permite opor ao **eu** e ao **tu** um terceiro elemento lingüístico que interfira na relação, que, dessa forma, se fecha, portanto, nela mesma.

Só o enunciado poderia dar uma dimensão histórica e concreta à intersubjetividade e ao diálogo. Mas se a interpretação que estamos fazendo das propostas de Benveniste têm algum fundamento, em sua perspectiva, isso é impossível. Quando o autor afirma, ainda no artigo citado acima, que a relação do locutor com a língua determina os caracteres lingüísticos da enunciação, não temos como imaginar um movimento contrário, em que o enunciado também fosse determinante da relação interpessoal estabelecida na enunciação. Isso porque a enunciação está dentro dos enunciados, quando se trata do **discurso**, e ausente, quando se trata da **história**. O discurso e a história nessa perspectiva estão separados como estão separados a pessoa e a não-pessoa, a intersubjetividade e qualquer realidade lingüística fora dela.

Vamos retomar o que foi dito até agora sobre Benveniste, para, a partir desses dados, desenvolver nosso próprio ponto de vista. Em sua perspectiva teórica, ele insere a enunciação dentro do enunciado, o que abre a possibilidade da classificação dos enunciados, em virtude de suas peculiaridades referenciais, em **discurso** e **história**. Os enunciados que contêm a forma **eu** só podem ser compreendidos por referência a eles mesmos. **Eu** é quem diz **eu** na presente instância de discurso. Os enunciados que não contêm o **eu** referem objetivamente e devem ser compreendidos por referência ao mundo das coisas e dos fatos. Em virtude disso, podemos afirmar que a perspectiva teórica de Benveniste acarreta duas conseqüências:

a) ao tomar a palavra, o locutor se constitui como sujeito, independentemente da qualidade de seu discurso, no qual ele se faz presente pela forma **eu**;

b) os enunciados históricos, que não têm as marcas da subjetividade, são autônomos em relação às condições pragmáticas da enunciação.

Interpretando esses fatos do ponto de vista da oposição **eu-tu/ele**, podemos dizer que decorrem da oposição entre o universo da pessoa e da não-pessoa, que pela maneira como é proposta por Benveniste não pode ser entendida como uma oposição reciprocamente constitutiva. Trata-se de uma dissociação que corta a possibilidade de a relação interpessoal ser afetada por um elemento lingüístico que se oporia a ela na enunciação. Desse modo, a intersubjetividade (e o diálogo) se realiza de forma absoluta, porque num circuito fechado.

"É 'ego' que diz ego", a subjetividade é determinada pelo "status" lingüístico da pessoa (Benveniste, 1958:286). Não há nesse conceito uma interferência externa à relação interpessoal que acene com alguma relativização do sujeito. A enunciação, entendida a partir da gênese da intersubjetividade, por uma relação eu-tu, biunívoca, inevitavelmente se cristaliza na reciprocidade e no equilíbrio. Senão, vejamos: o eu se constitui como sujeito pelo reconhecimento do não-eu, do tu, e pelo fato de constituí-lo como interlocutor, isto é, como aquele que assumirá (ou poderá assumir) a palavra no próximo turno e que, refazendo, na direção inversa, o percurso do turno anterior, se afirmará como sujeito através também da enunciação do eu. A atividade lingüística se torna, então, um corredor de duas mãos, onde não se criam desequilíbrios e desigualdades. Essa reciprocidade não perturbada por elementos lingüísticos exteriores ao eu e tu vale por uma afirmação de completude e simetria, embora Benveniste não o faça. Mas o que impediria isso numa relação entre entidades igualitárias por definição?

Até aqui fizemos uma reflexão sobre o que interpretamos como uma visão abstrata da intersubjetividade e do diálogo, que os apresenta como realidades absolutas. Localizamos a gênese dessa visão em dois pressupostos teóricos: o de que a enunciação está inserida nos enunciados e o de que tais enunciados têm características referenciais diversas, decorrentes da presença ou ausência das marcas da subjetividade.

Partimos, agora, para a formulação de uma proposta teórica sobre a enunciação que permita pesquisar a relatividade do sujeito e o diálogo. Localizamos a gênese dessa possibilidade de relativização também num pressuposto teórico, só que con-

trário à perspectiva de Benveniste: o de que é possível inserir o enunciado na enunciação, concebendo-se a relação enunciativa como um processo em que entram em jogo duas oposições **eu-tu** e **eu-tu/ele**. Com isso, estaremos retirando a enunciação de dentro do enunciado e opondo à relação interpessoal um **ele** representativo da não-pessoa, num sentido diferente do que lhe atribui Benveniste. Consideraremos o enunciado como sendo o universo da não-pessoa, do **ele**, independentemente de suas peculiaridades referenciais. Assim, à interpessoalidade continuaremos opondo a não-pessoa, só que faremos dela elemento constitutivo da relação interpessoal.

O ponto de partida para isso é a afirmação de que não pode haver uma relação **eu-tu** (e, como decorrência, não existirá nem o **eu** nem o **tu**) fora do universo discursivo em que essa relação se estabelece, universo esse instaurado na própria relação lingüística por aquilo que é objetivado, pelo enunciado. Isso parece óbvio e não podemos negar que seja uma idéia presente em alguns autores, como Bakhtin, por exemplo. O que pretendemos, entretanto, é ultrapassar o nível da simples afirmação disso: queremos introduzir o universo da não-pessoa na estrutura da enunciação e fazer disso, que representamos pelo **ele**, elemento constitutivo da relação interpessoal.

Propomos para a enunciação uma estrutura triangular, atribuindo ao enunciado um papel diverso do que ele tem tido até agora: nem o de ponte semântica entre o **eu** e o **tu** somente, nem o de apenas sustentar as marcas formais da enunciação. Para isso, reinterpretemos o sentido da oposição **eu-tu/ele**. Tal oposição é incontestável da mesma forma que a oposição **eu/tu**, mas, como essa última, não resulta em dois termos acabados, no senti

do de que incomunicáveis em seu processo de constituição. A nos so ver, as pessoas **eu** e **tu** e a não-pessoa, **ele**, definem-se mutuamente pelas relações opositivas que mantêm. Procurando uma forma mais concreta para explicitar essa idéia, podemos dizer que o **eu** produz um enunciado pelo ato mesmo da enunciação em que se constitui como locutor e, nesse ato, institui o **tu**, seu interlocutor, ao qual se opõe pelo traço de subjetividade. A relação eu-tu, entretanto, não é independente do conteúdo lingüístico da enunciação. Essa relação é definida pelo conteúdo semântico do enunciado.

Dito de outra forma, **eu** e **tu** instauram, com o que enunciam, o conteúdo objetivo de sua relação, que entendemos como o universo da não-pessoa, e é o conteúdo semântico desse universo que vai decidir o caráter da relação interpessoal. O sujeito não se define como tal por tomar a palavra e dizer **eu** diante de um **tu**, mas pelo tipo de relação lingüística que o contexto semântico determina.

É só pelo enunciado que a enunciação se materializa e pode ser abordada na concretude e historicidade de seus elementos. Para abordá-la nessa perspectiva, e assim fugir a uma visão que julgamos abstrata da intersubjetividade, é que tentamos caracterizar sua dinâmica por uma associação com oposições existentes dentro do sistema pronominal, como o entendeu Benveniste. Dessa forma, representamos as conexões que queremos estabelecer pelo esquema que segue, com o qual pretendemos simbolizar uma estrutura de enunciação apta a sustentar o estudo adequado das possibilidades de diálogo, geradas pela dinâmica dos elementos ali apresentados

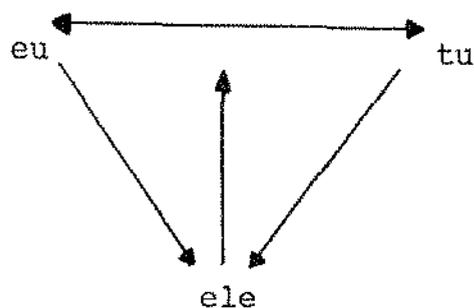


Figura 1 — Relação enunciativa básica

Pela crítica ao que julgamos um enfoque abstracionista do estudo da interessoalidade, quando vista como uma relação de vai-e-vem regular entre dois pontos apenas ($\begin{matrix} \text{eu} & \longrightarrow & \text{tu} \\ \text{tu} & \longleftarrow & \text{eu} \end{matrix}$) propomos o esquema acima, com o qual buscamos recuperar o traço material e concreto que caracteriza a enunciação enquanto evento historicamente determinado. A partir desse esquema, pretendemos encontrar elementos para elaborar um conceito de diálogo, teórica e empiricamente mais adequado do que o que se deduz das reflexões de Benveniste e de outros autores, sobre a linguagem. A condição para isso, a nosso ver, é dada pela introdução, no circuito da enunciação, do ele que, a partir da divisão interna do sistema pronominal, estabelecida pelo próprio Benveniste, pode simbolizar o conteúdo representativo da enunciação, o enunciado, independentemente de suas características referenciais. Mas não pretendemos que o enunciado entre aí apenas como **corpus** para análise, a partir do qual se poderia chegar, pela pesquisa das marcas formais, à enunciação como um dado pré-existente. Introduzimos o enunciado no esquema como elemento integrante e constituidor da dinâmica da enunciação, que é por onde se pode captar sua natureza. É por aí que acreditamos ser possível chegar à construção de instrumentos teóricos e metodológicos ade-

quados ao estudo da intersubjetividade e do diálogo.

2.2 — A estrutura da enunciação e o diálogo

O esquema apresentado na seção anterior é uma proposta sobre a estrutura e dinâmica do processo de enunciação, mas só contém, por enquanto, seus elementos básicos. A partir dele, vamos desenvolver um esquema mais complexo, adequado para sustentar uma definição de diálogo e capaz de fornecer recursos de análise para avaliar sua ocorrência. Apesar de sua incompletude, esse primeiro esquema tem a consequência de tornar mais clara nossa intenção de fugir ao estudo da intersubjetividade e do diálogo na perspectiva de uma relação **eu-tu**, independente do conteúdo lingüístico pelo qual ela se estabelece. A inclusão de um **ele** como elemento constitutivo dessa relação pretende negar uma dissociação entre os planos pragmático e representativo da linguagem, que julgamos explicitada por Benveniste no estudo dos pronomes e na divisão discurso/história, e que colocava a relação enunciativa no plano da abstração. Isso porque, naquela perspectiva, se descrevia o processo de enunciação como uma relação dialógica, mas num circuito fechado, onde os dois termos, **eu** e **tu**, se constituíam mutuamente sem a interferência dos conteúdos lingüísticos objetivados. E, mesmo quando esses conteúdos lingüísticos eram considerados, em teorias do discurso como a de Bakhtin, por exemplo, não se formulava, para a dinâmica da enunciação, um esquema em que ficasse claro o papel do enunciado na constituição da subjetividade: é sempre no reconhecimento do outro, diferente do **eu**, mas que o reflete, que os indivíduos

se constituem em sujeitos. O problema que vemos em definições desse tipo é a falta de algo exterior a essa reflexividade interpessoal, pelo menos formalmente expresso, que determine sua qualidade em termos de intersubjetividade.

Na tentativa de superar propostas de estudo da enunciação que julgamos não integrarem de maneira explícita todos seus elementos constitutivos, como a de Benveniste, buscamos recursos em suas próprias idéias, já que, segundo nosso ponto de vista, a solução adequada não viria pela negação da oposição **eu-tu** e **ele**, mas pela consideração das relações que a própria oposição permite estabelecer, quando reinterpretada. Assim, partindo de uma reflexão sobre a oposição pessoa/não-pessoa como este autor a apresenta, propusemos um esquema da enunciação em que, ao universo pragmático da interessoalidade, se integra o do simbólico e discursivo, como constituidor da própria relação em termos de intersubjetividade. Adotando esse ponto de vista, esperamos evitar generalizações do tipo "O sujeito se constitui lingüísticamente pela enunciação do eu", que são formuladas com propósitos diferentes dos nossos, mas que, de qualquer forma, ignoram todo parâmetro de relativização da subjetividade. Queremos substituir essa generalização por outra: acreditamos em generalidade só a propósito do processo a partir do qual se dão as relações enunciativas. É pressupondo a existência e regularidade de um processo de enunciação que podemos determinar a ocorrência (ou não) de uma intersubjetividade lingüística e do diálogo.

Por esse motivo, nosso esforço pela construção de uma base teórica e metodológica de pesquisa toma uma direção contrária à que geralmente se verifica nos estudos lingüísticos: não

nos orientamos para a determinação de um sistema, mas para a recuperação de um processo que se perde (ou legitimamente se deixa de lado), quando se reconstrói teoricamente uma estrutura fonológica, gramatical ou mesmo textual, quando o objetivo é, portanto, isolar partes e abstraí-las de suas relações com outras partes, para uma análise específica. Ao contrário, tentamos com nosso esquema conectar elementos que teoricamente têm sido isolados, na esperança de reproduzir a faísca que desencadeia o fenômeno que nos interessa estudar.

Proposto um esquema de representação da estrutura e dinâmica da enunciação, que afirmamos ser o núcleo a partir do qual é possível construir um conceito de diálogo, podemos nos empenhar neste empreendimento.

Para começar, temos que esclarecer a diferença entre enunciação e diálogo que se vem mostrando há algum tempo e que, afinal, é a hipótese que justifica este trabalho. Não pretendemos, entretanto, com essa diversidade de nomes caracterizar uma diferença de objetos lingüísticos: concebemos o diálogo como uma qualidade da enunciação. Dito de forma muito simples, e até repetindo Benveniste, toda enunciação cria uma relação lingüística interpessoal, mas, segundo nos parece, essa relação pode ser qualitativamente mais próxima ou distante de um diálogo, dependendo do equilíbrio, interno à enunciação, das relações de poder da palavra. É a qualidade dessa economia de poder que vai dar o caráter intersubjetivo ou não da relação interpessoal, e, para nós como foi para Bakhtin, o diálogo continua sendo uma relação de intersubjetividade. A diferença é que, na concepção desse autor, a relação eu-tu é sempre dialógica, enquanto que, para nós, o diálogo é uma qualidade avaliável a partir da relação

enunciativa. Decorre dessa concepção que nosso objetivo será de de terminar as circunstâncias em que a relação enunciativa tem a qualidade de um diálogo. Mas, para isso, precisamos ter determi nados todos os elementos que constituem a estrutura e dinâmica da enunciação, até agora representada por seus elementos funda- mentais.

Nosso ponto de partida para o desdobramento do esque- ma inicial é conceber o eu e o tu, que se constituem no proces- so de enunciação, como papéis que se desdobram em níveis pragmá- ticos diversos de interação lingüística e que, em cada nível, constituem um contexto semântico, no qual, reciprocamente, se constitui sua própria relação (eu-tu). É pelo conteúdo semânti- co do contexto, determinado pelo eu e pelo tu, ou por um deles, em cada nível pragmático, que ambos constituem o tipo de rela- ção que os liga em termos de intersubjetividade: a qualidade das relações eu-tu se constituem, se confirmam ou transformam a par tir do ele, instaurado a cada nível pragmático de interação, e é pelo resultado dessa dinâmica em cada nível e entre os níveis, que podemos chegar a conclusões sobre a ocorrência ou não de um diálogo, embora estejamos sempre frente a uma relação enunciati va.

Concebemos, pois, o desdobramento da estrutura da e- nunciação como um novo esquema, mais complexo que o anterior, e dotado de uma dinâmica interna capaz de fornecer os elementos para julgar as possibilidades ou impedimentos de ocorrência de um diálogo.

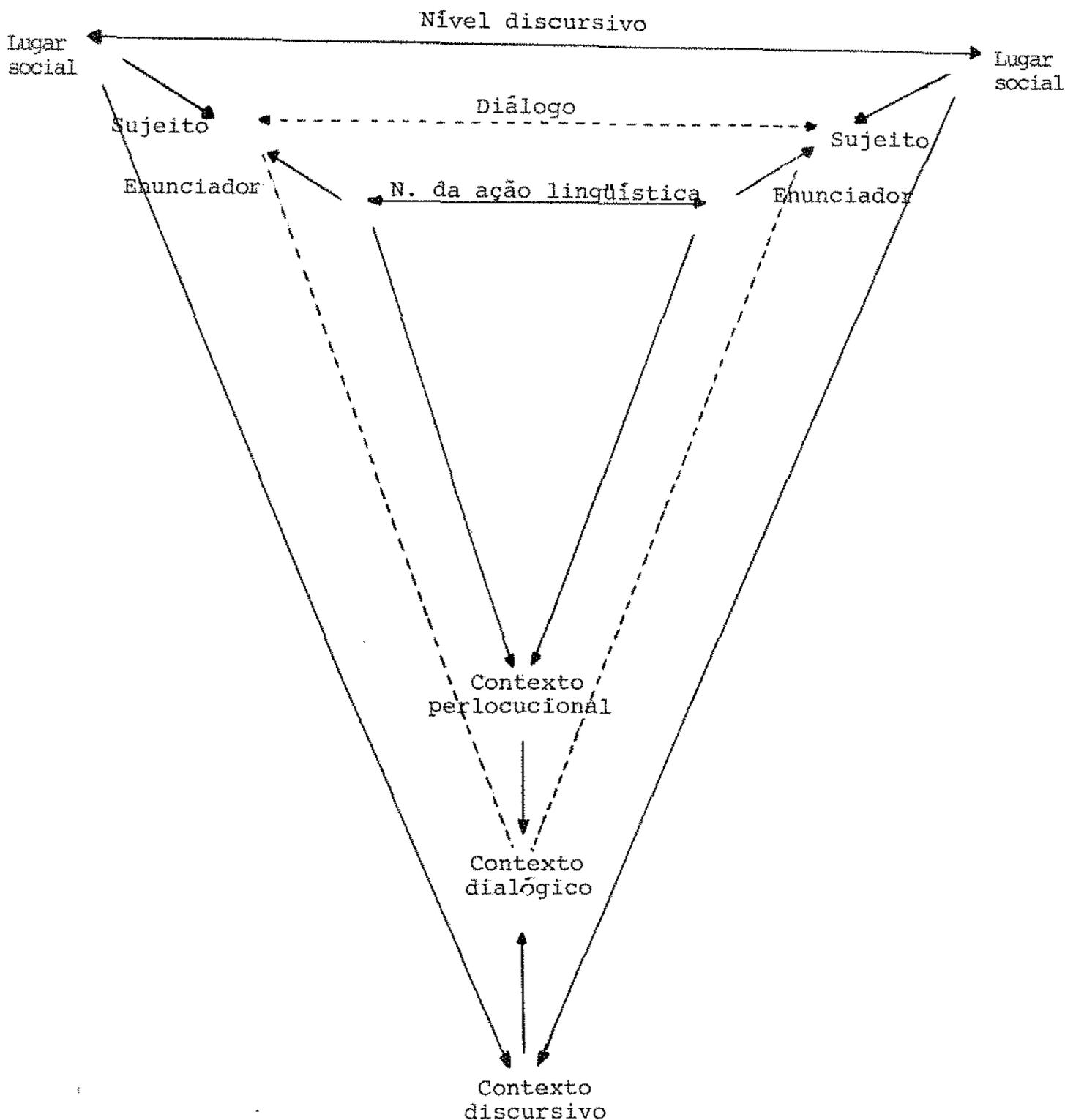


Figura 2 — Estrutura e dinâmica da enunciação

Como se vê, desdobramos a relação triangular **eu-tu/ele**, que constitui o processo de enunciação, em três triângulos. Os triângulos formados com linhas contínuas representam os dois níveis pragmáticos da enunciação: o nível discursivo e o nível

da ação lingüística. Apresentamos de forma diferenciada o triângulo central, porque com ele representamos o diálogo, que, segundo nossa proposta, é uma qualidade da enunciação. Com o desdobramento do triângulo inicial, obtivemos o desdobramento do eu e do tu em três papéis (lugar social, sujeito e enunciador) e do ele em três contextos (discursivo, dialógico e perlocucional). Com as setas maiores representamos as relações eu-tu / ele em cada nível pragmático da enunciação e no dialógico; com as setas menores, indicamos as relações entre os níveis pragmáticos da enunciação das quais depende, em última análise, sua qualidade dialógica.

Afirmamos que, para estudar o diálogo, era preciso desdobrar o esquema básico da enunciação. Isso, de acordo com nossa hipótese de que o diálogo resulta de relações lingüísticas internas a cada interação e de que é necessário ter os elementos para explicitar tais relações. Já de posse desse esquema desdobrado, podemos, a partir dele, resumir nossas tomadas de posição sobre a natureza do diálogo, na formulação do conceito que orientará o prosseguimento de nossa investigação: o diálogo é uma possibilidade qualitativa da enunciação que os falantes realizam ou não (ou da qual se aproximam ou distanciam) dependendo das relações de equilíbrio da palavra que se estabelecem em cada nível pragmático que a constitui, e de como, em virtude dessas relações, interagem os dois níveis.

Vemos as relações mencionadas acima como um jogo de poder da palavra e o diálogo como um lugar de equilíbrio dessas relações. Desse ponto de vista, não podemos associar o diálogo com qualquer relação interpessoal, mas avaliar sua ocorrência ou não através da descrição das estratégias e dos lances que se

dão no jogo lingüístico da enunciação.

Essa é a hipótese com base na qual buscaremos procedimentos de análise que forneçam alguma comprovação empírica para nossa concepção de diálogo. Todavia, a obtenção dos recursos para isso só será possível na medida em que definirmos o significado dos elementos e relações contidas em nosso último esquema. Começaremos explicando o que entendemos pelos níveis pragmáticos da enunciação e, com essa explicação, pretendemos cumprir o objetivo de apresentar a dinâmica de uma relação enunciativa, descrever em linhas gerais o processo que representamos graficamente na página anterior. Naturalmente vamos nos referir aqui a todos os elementos e relações que constituem cada nível e com isso já delinear-mos seu significado, mas só poderemos defini-los no capítulo seguinte, quando realizaremos todo um percurso que julgamos adequado para isso.

2.2.1 — Nível discursivo

Chamamos o primeiro nível pragmático representado no esquema da enunciação de **nível discursivo**. Ali propusemos o **eu** e o **tu** como dois lugares sociais que instauram um **contexto discursivo** e, a partir dele, constroem sua própria relação, que não decidirá a qualidade dialógica da enunciação, visto que isso depende também do segundo nível, mas constituirá ou não um fator de favorecimento ao diálogo. Voltaremos a tratar mais efetivamente do que entendemos por **contexto discursivo**, **lugar social**, e do modo como se relacionam esses elementos. Aqui faremos apenas uma alusão breve a essas categorias, pois, por ora,

o importante é que fique claro que a questão do favorecimento ou não do diálogo, neste nível, depende da forma como se estabelecem nele as relações eu-tu/ele.

Os contextos discursivos se constituem a cada evento de enunciação, mas são suscetíveis de uma classificação, ou pelo menos de uma qualificação semântica, na medida em que, pelo significado do que é dito, remetem a discursos possíveis ou em circulação numa sociedade. O conteúdo semântico desses discursos configura cultural e ideologicamente uma classe, um grupo étnico ou etário, uma categoria profissional, uma instituição jurídica, religiosa, política, etc., que se atualizam pelo contexto discursivo como lugares sociais: o operário, o empresário, o economista de determinada escola, o padre progressista, o cidadão classe média, etc. Entretanto, como veremos mais tarde, isso não quer dizer que os discursos sejam campos semânticos perfeitamente delimitáveis, nem que haja uma correspondência unívoca entre discurso e lugar social. Um discurso pode ser a expressão de um grupo etário, mas estar ligado também a determinada classe social, por exemplo. O contexto discursivo no qual se relacionam dois garotos de zona urbana, numa conversa, certamente não remeterá semanticamente ao mesmo discurso que remete o contexto discursivo no qual se relacionam dois garotos camponeses, embora pertençam ambos ao mesmo grupo etário. Também por um recorte discursivo seria difícil separar o lugar social do empresário e do cidadão classe média. Diversos papéis subsistem e se cruzam em cada discurso. Só num contexto discursivo específico de uma relação enunciativa determinada é que se pode identificá-los como sendo este ou aquele o lugar social predominante. Os discursos se interpenetram ou se opõem e, da mesma forma,

os lugares sociais se confundem ou se confrontam. De qualquer maneira, as relações entre os discursos são permeadas por projeções de prestígio, restrições, critérios de aceitabilidade, etc. e, por essas relações, se colocam as disputas, as proibições, se exercem os poderes, sobretudo se exercem poderes no conjunto de uma sociedade.

Os lugares sociais se configuram, como vimos, a partir do contexto discursivo constituído pelos interlocutores. O poder e o prestígio desses lugares estão inscritos na palavra dos interlocutores, a partir dos discursos aos quais remetem semanticamente os contextos. Porém, do ponto de vista das relações enunciativas, não é só pela qualidade dos discursos que se decide o equilíbrio da relação eu-tu neste nível. É também pela maneira autoritária ou democrática pela qual se instauram os contextos discursivos que se decide tal equilíbrio. Se falo a partir de um discurso científico de prestígio, mas a partir dele também fala meu interlocutor, certamente nos mantemos em equilíbrio no nível discursivo; o contrário vai ocorrer, entretanto, se com minha fala o emudeço, quer dizer, se o contexto discursivo é unilateralmente constituído, e imposto.

Foucault afirma a certa altura de "A Ordem do Discurso" que "...o discurso não é simplesmente o que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, o poder do qual se procura apoderar-se" (Foucault, 1971:12).

O discurso é "o poder do qual se procura apoderar-se". Apropriamo-nos dessa afirmação como a chave do tema que queremos investigar e damos a ela o significado que se adapta a esse propósito de investigação. Em nossa perspectiva, o poder está também na posse de um discurso na relação enunciativa, e não só

no poder que esse discurso possa conter, embora isto também influia no equilíbrio da relação.

No nível discursivo, pode estabelecer-se uma eqüidade de poder da palavra, mas também uma disputa ou jogo de dominação. Isso depende de como se constitui o contexto discursivo em cada evento de enunciação. A relação eu-tu, no nível de que estamos tratando, pode dar-se num contexto discursivo constituído de maneira partilhada e remeter a um discurso, a um campo semântico de domínio e aceitação comum, estabelecendo-se, então, lugares sociais com igual poder da palavra. É o que ocorreria se alguém falasse a um colega sobre a importância da sintaxe no estudo das línguas, e este passasse, então, a narrar-lhe, com entusiasmo, as últimas conquistas nesse campo de investigação.

A relação eu-tu pode, ainda, constituir-se em contextos que remetem a discursos diversos, mas, se for respeitada a autonomia semântica de cada um dos participantes da relação, também aí se formarão lugares sociais com igual poder da palavra. Exemplo disso seria uma discussão acadêmica em que um professor falasse da importância dos trabalhos sobre as relações linguagem-ideologia, para o progresso dos estudos lingüísticos, e um colega contestasse tal ponto de vista, argumentando que Saussure, com uma única obra, fundou a ciência da linguagem. Nesse caso, os interlocutores estariam falando a partir de discursos científicos diversos, mas instaurando contextos discursivos a partir dos quais se constituiriam como lugares sociais com igual poder da palavra. Nada indica o contrário nesse exemplo.

Finalmente, pode ocorrer que um contexto discursivo seja unilateralmente imposto, não sendo da aceitação e/ou domi-

nio de um dos implicados na relação. Nesse caso, o interlocutor desfavorecido perderá o poder da palavra pela perda do direito de instaurar seu próprio contexto, sendo-lhe usurpada, em consequência, a prerrogativa de constituir-se como lugar social, pois será constituído como tal, a partir do universo semântico do outro. O episódio de Fabiano com "o soldado amarelo", em "Vidas Secas", de Graciliano Ramos, é um exemplo extremo desse desequilíbrio de poder. Nesse episódio, o personagem é brutalizado e, segundo ele mesmo, pela incapacidade de articular-se linguisticamente frente a seu agressor. Falta-lhe o domínio de um discurso a partir do qual organizaria sua fala, para constituir-se socialmente frente ao outro, e, assim, enfrentá-lo em igualdade de condições: *"Fabiano também não sabia falar. Às vezes largava nomes arrevesados, por embromação. Via perfeitamente que tudo era besteira. Não podia arrumar o que tinha no interior. Se pudesse ... Ah! Se pudesse, atacaria os soldados amarelos que espancam as criaturas inofensivas"* (Graciliano Ramos, 1983:36).

A unilateralidade constitutiva de um contexto discursivo imposto tira da relação **eu-tu** sua possibilidade intersubjetiva: um dos interlocutores perde sua identificação semântica, perdendo-se, assim, a possibilidade de equilíbrio neste nível. É nesse sentido que tomamos a afirmação de Foucault de que o discurso é o poder pelo qual se luta. Sabemos que ele se referia ao poder de apropriar-se dos discursos de poder, mas nós queremos empregar sua afirmação, referindo-nos ao poder do interlocutor de, no ato de enunciação, constituir um contexto discursivo que remeta ideologicamente a um discurso que ele domine semanticamente, e no qual possa constituir-se como lugar social, aliado ou em confronto com outro lugar social, mas sempre cons-

tituir-se a partir de seu próprio universo discursivo.

2.2.2 — Nível da ação lingüística

O segundo nível pragmático da enunciação é o que propusemos como sendo o da ação lingüística. Neste nível, **eu** e **tu** assumem o papel de **enunciadores** que instauram um contexto, que chamamos de **perlocucional**, e no qual agem ou interagem lingüisticamente, constituindo uma relação, de cujo equilíbrio vai depender também a qualidade dialógica da enunciação. É aqui que se manobra pela posse e retenção da palavra. No caso apresentado anteriormente, dos dois professores que falavam de sintaxe, o equilíbrio da relação discursiva poderia ser quebrado, se o fato de um deles narrar as últimas conquistas na área fosse uma manobra fácil de retenção da palavra, já que essas conquistas são muito numerosas.

O que essencialmente diferencia este nível do anterior, entretanto, é o fato de que, nele, não se estabelece um contexto semântico no qual o **eu** e o **tu** vão constituir-se, visto que isso já terá ocorrido no nível anterior. Neste nível, os interlocutores instauram um contexto de ação e, na interação, vão realizar o que chamaremos de **trabalho semântico** sobre os contextos discursivos. Tal trabalho se realiza sobre os significados constituídos no nível anterior e visa a um deslocamento dos contextos discursivos em relação a suas fontes de constituição dos significados, os discursos, o que afetará as relações estabelecidas no nível anterior, ratificando ou modificando as perspectivas de diálogo ali estabelecidas. Para ilustrar o que estamos

afirmando, retomemos o exemplo em que um professor comentava a contribuição dos inúmeros autores que relacionam linguagem e ideologia para o progresso do conhecimento lingüístico. A contra-argumentação de um colega, afirmando que Saussure, com uma só obra criara a lingüística, poderá se dar de modo a ter como conseqüência deslocar o contexto discursivo do professor, do âmbito de um discurso ligado provavelmente a teorias de análise do discurso, para o âmbito de um discurso da lingüística em sentido estrito, onde suas palavras perdem o sentido original. Nesse caso, há uma tentativa de desqualificação das palavras do outro, já que, no contexto da lingüística estrutural, não tem sentido falar na relação língua-ideologia. Assim se estaria trabalhando semanticamente o contexto discursivo do interlocutor para alterar o equilíbrio da relação **eu-tu**, que no nível do discurso se instaura a partir de dois contextos discursivos filiados a discursos equivalentes, embora em conflito.

Para nosso uso, tomamos da Teoria dos Atos de Fala a categoria de ação perlocucional com seu caráter dinamizador de relações e o potencial revelador de hierarquias que ele encerra. Só que não vemos essa dinâmica como produzindo efeitos comportamentais exteriores ao âmbito da relação enunciativa. Caracterizamos o contexto perlocucional como aquele a partir do qual se dinamizam relações semânticas já estabelecidas no nível discursivo. Isso pode expressar-se, por exemplo, pela hegemonia das afirmações assumidas por um dos interlocutores, ou por sua repartição de forma mais ou menos equilibrada entre ambos, pois esse tipo de ação, se unilateral ou dividida, incide de maneira diversa sobre o conteúdo semântico de um contexto, ratificando ou amenizando relações de poder já estabelecidas. A dinamização das relações pode expressar-se também pelos questionamentos fei

tos ou não pelos dois lados: perguntas de certa natureza e em certas circunstâncias de interação podem ser um estímulo ao interlocutor para construir seu próprio contexto discursivo; ordens, por outro lado, podem bloquear essas possibilidades. Comparações, ironias e todos os recursos estilísticos e retóricos obviamente incidem de maneira direta sobre o contexto semântico e expressam um domínio sobre a linguagem que pode ser compartilhado pelos interlocutores, ou representar uma força unilateral de trabalho com os significados. De qualquer forma, constituem ações eficazes na dinâmica dos deslizamentos semânticos dos contextos discursivos de suas fontes de significação, tendo como resultado alterações das relações estabelecidas no primeiro nível.

Enfim, o caráter das relações que a ação lingüística determina só pode ser avaliado em cada evento de enunciação, bem como as modificações semânticas e as alterações pragmáticas decorrentes daquela ação no nível que chamamos de discursivo. É, portanto, na análise de cada nível, e dos efeitos de um sobre o outro, que se pode chegar a uma avaliação final da qualidade dialógica de um evento de enunciação.

2.2.3 — O diálogo

Definidos em linhas gerais os níveis do discurso e da ação lingüística, resta tratarmos do diálogo que, na estrutura da enunciação, se situa na confluência desses dois níveis. Nosso esquema sugere que ali o **eu** e o **tu** constituem um contexto dialógico e, nele, estabelecem uma relação de intersubjetivida-

de. Duas coisas distinguem o diálogo dos níveis de enunciação na representação gráfica de sua estrutura e dinâmica: ele é representado como se fosse um terceiro nível, só que com linhas pontilhadas, e como sendo a convergência, indicada por setas, dos dois outros níveis. O que essas convenções representam a esta altura já deve estar mais ou menos claro, mas neste estágio de explicações é delas sobretudo que iremos tratar, porque sustentam a perspectiva na qual estamos abordando nosso tema.

Representamos o "nível" do diálogo em linha pontilhada para diferenciá-lo dos outros dois, interpretando-o como uma possibilidade em cada ocorrência de enunciação, realizável (talvez) como uma qualidade que podemos atribuir-lhes. A realização disso depende das características que assumem as relações **eu-tu/ele** nos dois níveis pragmáticos que integram a enunciação e de como essas características se projetam naquele lugar que estabelecemos como sendo o do diálogo. Interpretada a representação do diálogo no esquema da enunciação, é preciso definir, a partir de sua localização, o papel do **eu** e do **tu** e do **ele**. É preciso definir, ainda que precariamente por enquanto, o sentido que atribuímos aos termos **sujeito** e **contexto dialógico**.

Consideramos o contexto dialógico como um contexto significativo comum no qual, havendo divergências semânticas, elas são respeitadas, e no qual os interlocutores interagem com igual direito à palavra. Num contexto desse tipo, cada participante de uma enunciação mantém em relação ao outro sua autonomia discursiva e igual poder da palavra, constituindo-se ambos como sujeitos numa relação de intersubjetividade lingüística. Desse ponto de vista, é sujeito aquele que diz **eu** diante de um **tu**, numa relação de equilíbrio de poder da palavra, a partir de um contex-

to que lhe permite o domínio e aceitação do que é dito, e dá a seu interlocutor igual direito. É assim que vamos entender a intersubjetividade desde o ponto de vista do diálogo, embora do ponto de vista de uma teoria do discurso, como a de Pêcheux, por exemplo, esse domínio e essa aceitação semântica possam significar "assujeitamento" ideológico de quem fala, no sentido althusseriano do termo.

Isso é o diálogo na perspectiva do nosso esquema: uma qualidade da enunciação que se avalia a partir das possibilidades de intersubjetividade lingüística, constituída num contexto semântico de domínio comum e que não é bloqueada a partir da correlação de forças estabelecida no nível da ação lingüística, nem por um trabalho de deslocamentos semânticos dos contextos discursivos.

Em nosso esquema da enunciação, vinculamos, pois, o diálogo à intersubjetividade, o que não é uma decisão inédita, mas nos coloca num terreno de grande complexidade, uma vez que, como vimos no capítulo anterior, as concepções de sujeito são problemáticas e, às vezes, conflitantes. Ao relacionarmos o diálogo com a intersubjetividade, seguimos o ponto de vista de Bakhtin, mas não esquecemos os obstáculos que Pêcheux mostrou haver no caminho para uma definição de sujeito. Nós mesmos iniciamos este capítulo criticando a noção de intersubjetividade lingüística de Benveniste como desvinculada do real, pelo menos em sua gênese. Procuramos contornar os impasses da vinculação do diálogo a um conceito problemático como o de intersubjetividade lingüística, considerando-os como aspectos qualitativos da relação enunciativa, dentro, portanto, de uma perspectiva de relatividade, decorrente das relações possíveis numa dinâmica da

enunciação. Para isso, introduzimos no circuito da enunciação, até então encarada a partir da relação interpessoal **eu-tu**, um terceiro elemento, representativo dos aspectos objetivos da própria relação enunciativa, o enunciado; e, a partir desse esquema básico, **eu-tu/ele**, elaboramos outro muito mais complexo, que julgamos expressar todas as relações implicadas na atividade lingüística.

Pela adoção dessa perspectiva na definição de diálogo e intersubjetividade, certamente não estaremos superando os impasses que esses conceitos carregam, mas enfrentando ainda outros, para os quais este trabalho deverá representar um esforço de superação.

NOTAS

1. Muito antes de Benveniste e de Bakhtin, Humboldt tratou da gênese do pensamento numa perspectiva que entenderíamos hoje como de uma relação enunciativa, definível pela mesma concepção de interpessoalidade: *"no homem, o pensamento está em parte essencialmente ligado à existência social e, sem que seja necessário referir-se a relações afetivas de base corporal, o homem requer, para o simples exercício do pensamento, um tu que faça réplica ao eu"* (Humboldt, In: Jacob, 1973:98).
2. Benveniste privilegia em seu artigo a função anafórica do pronome **ele**, pela qual fica melhor configurada sua natureza de não-pessoa. A nós também interessa neste momento tomá-lo nesta sua característica. Entretanto, em trabalhos anteriores (Martins, 1981, 1984), estudamos a complexidade referencial da 3ª pessoa, defendendo o ponto de vista de que, em certos empregos, o **ele** apresenta traços próprios de pessoa.
3. As oposições do sistema pronominal, sustentadas por Benveniste, com base nos traços de personalidade e subjetividade, já haviam sido colocadas também por Humboldt numa perspectiva filosófica em que o autor reflete "Sobre as Diferenças de Construção da Linguagem na Humanidade": *"Eu e ele são objetos claramente diferenciados, de tal forma que um deles exclui necessariamente o outro; eles esgotam por eles mesmos todo o campo do real, já que exprimem de outra maneira eu e não-eu. Mas tu é um ele oposto ao eu. Enquanto eu e ele põem em jogo a percepção interna e externa, o tu implica a espontaneidade da escolha"* (Humboldt, In: Jacob, 1973:99).

3 — OS ELEMENTOS INTEGRANTES DO ESQUEMA DA ENUNCIÇÃO E SUAS RELAÇÕES

No capítulo anterior, afirmamos que, neste, desenvolveríamos nossas hipóteses no sentido de explicitar os conceitos que, até então, haviam sido definidos de maneira mais ou menos vaga. Esses conceitos tiveram duas origens, que, pelo tipo de reflexão que desenvolvemos, estão muito próximas: foram tomados das teorias em que buscamos diferentes noções de diálogo, e tinham definições formuladas no seu interior, ou foram conceitos formulados no processo mesmo de desenvolvimento de nossa proposta, intimamente ligado à crítica às teorias examinadas. Em vista disso, esses elementos não estão ainda plenamente adequados a nossa proposta, ou não foram suficientemente definidos. De qualquer maneira, eram elementos necessários para a construção da estrutura e dinâmica da enunciação, num esquema que considerávamos adequado para o desenvolvimento do conceito de diálogo que assumiríamos neste trabalho. Foi assim que introduzimos no esquema da enunciação os elementos **nível discursivo**, **contexto discursivo** e **lugar social**, relacionados de maneira mais ou menos direta com teorias do discurso; **sujeito**, relacionado com os mais diversos campos das ciências humanas; **nível da ação linguística** e **contexto perlocucional**, ligados à teoria dos atos de fala; e, ainda, **contexto dialógico** e **trabalho semântico**, ligados apenas a nossa proposta de estrutura e dinâmica da enunciação.

Neste capítulo, trabalharemos no sentido de justificar a criação ou utilização desses conceitos, procurando dar-lhes maior precisão e, com isso, maior consistência a nossa interpretação do diálogo. Dessa forma, estaremos trabalhando também para obter, em dados lingüísticos, algum grau de sustentação para nossas hipóteses, pois a precisão de um conceito se deve também a sua capacidade de adequação empírica.

No desenvolvimento de conceitos, que empreenderemos neste capítulo, estaremos sempre fazendo referência a nossa proposta de estrutura da enunciação, já que trataremos dos elementos constitutivos do esquema com que a representamos, e é ali que tais conceitos adquirem seu sentido. No capítulo anterior, começamos a explicação da dinâmica da enunciação, definindo os níveis do discurso e da ação lingüística, já que é pela relação de ambos que se pode definir o diálogo. Desta vez, entretanto, nosso ponto de partida será o das relações estabelecidas no triângulo do diálogo, pois já o temos definido e ele é o tema de nossa investigação. Retomando esse tema, consideramos que há diálogo, do ponto de vista da dinâmica interna da enunciação, quando a relação interpessoal se realiza intersubjetivamente, isto é, quando as pessoas (no sentido que Benveniste dá ao termo) assumem alternadamente o papel do eu e do tu, instaurando um contexto significativo comum e, nele, podem representar-se e agir como sujeitos do significado de suas palavras.

Esse relacionamento do sujeito com o significado e sua colocação no centro da definição de diálogo poderia causar algum impacto, em virtude de tudo o que a psicanálise, a análise do discurso e a filosofia nos têm ensinado sobre a ilusão da integridade do sujeito, e em razão daquilo que a semântica já

nos ensinou sobre a constituição do significado. Não pretendemos ir contra nada disso, porque certamente não resistiríamos ao choque, nem haveria razão para provocá-lo. A concepção de sujeito como uma forma de os interlocutores se representarem e agirem numa relação enunciativa já indica uma abordagem da subjetividade não conflitante com o conhecimento de sua divisão ou de suas determinações ideológicas. O agir e representar-se, em algum nível, como sujeito, independentemente de determinações e divisões, é condição da própria relação lingüística. Pensamos que a ausência de um grau mínimo dessa condição equivaleria ao emudecimento.

De qualquer modo, no ponto em que estamos, a definição de sujeito e de contexto dialógico tornam-se inadiáveis. E a concepção de diálogo apresentada acima indica que é no contexto de uma reflexão sobre como entendemos a gênese do significado no processo de enunciação que devemos elaborar os conceitos de sujeito e contexto dialógico.

3.1 — Contexto dialógico e sujeito

Retomando o que dissemos acima, vamos inserir as definições de **contexto dialógico** e **sujeito** numa reflexão sobre o significado do ponto de vista do diálogo e, como o diálogo não é mais que o resultado de uma relação entre os níveis pragmáticos da enunciação, teremos que levá-los em conta nessa reflexão.

Para isso, não vamos nos inserir numa polêmica ampla sobre o significado, já que ela envolve concepções semânticas

variadas, algumas muito antigas, que, de um modo geral, têm pouco a ver com nossa perspectiva de investigação, especificada numa interpretação própria da enunciação. Mas talvez nos ajude, na tarefa de conceitualização a que nos propomos, refletir sobre como os autores que estudamos no primeiro capítulo colocam a questão do significado, ainda mais que, como se trata de teorias pragmáticas, seu ponto de vista deve estar, de uma maneira ou de outra, também ligado ao problema da enunciação e da intersubjetividade. Como decorrência disso, todos devem considerar um nível concreto e histórico de significação (tenha isso o sentido que possa ter para cada autor, dados seus compromissos epistemológicos ou ideológicos) contraposto ou não a um nível abstrato de significação de caráter geral. Essa questão dos dois níveis semânticos é importante para nós, na medida em que também consideramos mais de um, só que veremos a todos como histórica e concretamente constituídos. Não levaremos em conta níveis abstratos de significação, embora consideremos justo propô-los ou dar-lhes prioridade em investigações que tratam da linguagem do ponto de vista da língua ou das relações semânticas entre a linguagem e algum mundo considerado objetivamente.

Em "Marxismo e Filosofia da Linguagem", Bakhtin considera a existência de dois níveis de significação, dialeticamente relacionados: *"Além do tema, ou mais exatamente, no interior dele, a enunciação é igualmente dotada de uma significação"* (Bakhtin, 1981:129). O tema é único, individual e não reiterável, expressando a situação histórica que deu origem à enunciação. Só relativamente a ela, podemos falar de um tema. A significação de um enunciado, ao contrário, é idêntica em todas as instâncias históricas em que é pronunciado, e se constitui pela significação dos elementos que compõem a expressão: palavras, relações

morfológicas, sintáticas, etc.

Segundo o autor, a significação só pode ser investigada no sistema da língua, é a investigação da palavra dicionarizada; o tema não pode ser investigado na mesma perspectiva, porque é determinado não só pelas formas lingüísticas, mas também pelos elementos não verbais da enunciação. A significação é, portanto, abstrata e geral; o tema é concreto e particular na sua historicidade.

Essa distinção entre tema e significação, baseada, em parte, no caráter universal desta, não se configura com muita clareza para nós, quando confrontada com afirmações do autor no mesmo capítulo. Ele considera, por exemplo, que o significado como um todo, que inclui tanto a significação como o tema, tem um caráter pragmático: o significado pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, e é a isso que ele chama **compreensão**. Não existe significado ou compreensão fora da interação lingüística: a compreensão é ativa no sentido de que contém o germe de uma resposta. Nesses termos, o significado tem uma constituição dialógica, é inseparável da situação em que se realiza e indissociável da intersubjetividade lingüística, como Bakhtin a entende. *"O tema absorve, dissolve em si a significação, não deixando a possibilidade de estabilizar-se e consolidar-se"* (Bakhtin, 1981:130).

É perfeitamente harmônica com a concepção geral de linguagem apresentada por Bakhtin a relação dialética que ele estabelece entre significação e tema, embora não nos pareça adequado ao contexto global de sua proposta caracterizar a significação como *"elemento abstrato igual a si mesmo"*: *"É por isso que a significação, elemento abstrato igual a si mesmo, é absorvido*

pelo tema, e dilacerado por suas contradições vivas, para retornar enfim sob a forma de uma nova significação com uma estabilidade igualmente provisória" (Bakhtin, 1981:136).

De acordo com nossas idéias, não opinaríamos por desconsiderar a distinção tema-significação, desde que pudéssemos postular ambos como concretos e historicamente determinados, sem apelar, portanto, para um conceito como o de língua, que coloca qualquer investigação no plano do que o próprio Bakhtin qualifica como o do "objetivismo abstrato". É a continuidade desta revisão bibliográfica, entretanto, que nos ajudará a tornar mais clara essa idéia. Pêcheux, com certeza, contribuirá para isso.

Vimos, no primeiro capítulo deste trabalho, que Pêcheux desenvolve uma teoria lingüística, que, sendo discursiva, temos que supor dialógica. Isso, entretanto, é algo que se coloca tranqüilamente em nível de interpessoalidade, mas não de intersubjetividade, visto que o sujeito é exatamente aquela noção problemática em torno da qual se desenvolve o trabalho crítico do autor. Na "Análise Automática do Discurso", o eu era uma constituição ideológica prévia que se atualizava, pelo discurso, em cada relação enunciativa. Naquele texto, essa atualização se dava por identificações imaginárias recíprocas e do referente, operadas nas condições de produção do discurso, mas sempre a partir da existência de lugares sociais constituídos nas formações ideológicas do contexto de uma sociedade de classes. Dito de outra forma, o "sujeito" era interpretado como ideologicamente constituído a partir de formações discursivas correspondentes a formações ideológicas. O sujeito era "assujeitado", no sentido que Althusser dá ao termo, e imaginariamente atualizado a partir de condições específicas de produção do discurso. Isso já o

vimos; o que precisamos entender melhor, agora, é como se dá a relação entre o sujeito e o significado, porque é sobre isso que estamos refletindo nesta parte. Em a AAD não encontramos elementos suficientes para uma resposta a essa questão. Vamos procurá-la, pois, em outro texto, no capítulo 3 de "Les Verités de la Palice" (Pêcheux, 1975b). Não nos deteremos no comentário desse livro, que se desenvolve como uma reflexão importante sobre as motivações ideológicas da construção da semântica lógica, e por isso é muito complexo. Vamos só ao ponto que nos interessa, sabendo que assim incorremos em simplificação.

É fundamental, na interpretação de Pêcheux sobre o significado, o caráter de materialidade que ele lhe atribui e que, aliás, na sua posição teórica dentro do marxismo, é um traço comum a tudo que é ideológico. A materialidade do significado reside na sua dependência constitutiva em relação ao que o autor define como "*o todo complexo das formações ideológicas*".

Pêcheux explica a dependência do sentido às formações ideológicas por duas teses. A primeira é que o sentido de qualquer unidade da linguagem não existe em si "*mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo histórico-social onde as palavras, expressões e proposições são produzidas (quer dizer, reproduzidas)*" (Pêcheux, 1975b:144). Essas posições ideológicas são o que o autor chama de formações ideológicas, sendo as formações discursivas definidas como aquilo que é possível dizer dentro de dada formação ideológica. Do que foi dito, conclui-se que o sentido das unidades lingüísticas têm sua origem na formação discursiva a partir da qual são produzidas, e que a relação sentido-sujeito se apresenta numa linha nitidamente althusseriana, da seguinte maneira: "*os indivíduos são 'interpelados' em sujeitos falantes (em sujeitos de seu dis*

curso) pelas formações discursivas que representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhes correspondem" (Pêcheux, 1975b:145). A segunda tese a que nos referimos é a de que a dependência do sentido a determinada formação discursiva, seu caráter material, é dissimulada pela própria formação discursiva, através da crença que o sujeito tem na transparência semântica da linguagem, isto é, pela crença de que as palavras querem dizer o que elas dizem e que o sujeito, ele próprio, está na origem desse dizer. O sujeito não percebe sua identificação constitutiva com esse dizer e vive a ilusão de uma autonomia em relação a ele. Dessa forma, a ideologia "interpela" os indivíduos em sujeitos do seu discurso, através de formações ideológicas, construindo sua realidade a partir de um sistema de evidências e significações "preenchidas-aceitas-sofridas".

Encerrando essa tentativa de resumir a relação significado-sujeito em Pêcheux, achamos conveniente enfatizar, ainda, a diferença entre a acepção que o termo sujeito tem na teoria do autor, em decorrência da constituição ideológico-semântica de seu discurso, e a que tem no senso comum, ou em autores como Bakhtin ou Benveniste. Na verdade, o próprio Pêcheux marca a diferença por um recurso terminológico. Ele, realmente, não define o sujeito, pois essa entidade não se enquadra em sua perspectiva teórica. Ali se trata, em vez disso, da **forma-sujeito**. Para reforçar a diferença que a adoção do termo estabelece, transcrevemos o sentido que Althusser lhe atribui e que está na origem do sentido com que Pêcheux o emprega: "*todo indivíduo humano, quer dizer, social, não pode ser agente de uma prática a não ser que assuma a forma de sujeito. A forma-sujeito é com efeito a forma de existência histórica de todo indivíduo, agente de práticas sociais*" (Althusser, Apud Pêcheux, 1975b:148).

Acreditamos ter encontrado, no que dissemos acima sobre o pensamento de Pêcheux, resposta para nossa pergunta sobre a relação sujeito-sentido na teoria do autor. O sentido é produzido (reproduzido) em formações ideológicas (discursivas) concretas e assim é, porque o indivíduo, que se considera na sua origem, não se reconhece como ali também constituído na condição de "interpelado" pela formação discursiva a que está vinculado o sentido. Em virtude disso, não é sujeito do seu discurso, no sentido comum do termo, mas forma-sujeito, constituída na formação discursiva em que seu próprio discurso é constituído semanticamente. A relação discursiva, que se dá em condições de produção específicas, pressupõe a existência desse "sujeito" de natureza ideológico-semântica. O jogo de imagens, que se realiza em condições específicas de produção do discurso, apenas atualiza formas-sujeito previamente constituídas na realidade material e histórica de formações discursivas existentes numa sociedade de classes.

Como Pêcheux desenvolve uma teoria do discurso, obviamente não se detém na consideração de um nível abstrato e geral de significação, a não ser para criticá-lo no confronto aberto que estabelece com outros autores que tomam esse nível como base em suas investigações semânticas. Ele não considera o significado em qualquer forma independente do discurso e do sujeito, embora sua teoria não negue a existência do nível da língua (e da fala).

Outro aspecto sobre o qual chamamos a atenção é o de que, no texto que utilizamos nesta seção ("Les vérités de la Pa_llice"), o autor privilegiou duas das regiões nas quais se insere para o estudo ou crítica da noção de subjetividade, que são

a do materialismo histórico e a da teoria do discurso, como de terminação histórica dos processos semânticos¹. Optamos pelo enfoque desse trabalho, porque nos parece ser o predominante e mais esclarecedor sobre a concepção que o autor tem da relação sujeito-significado.

Entre os autores que lidam com a conversação e de que tratamos no primeiro capítulo, nos deteremos só em Grice, pois, entre eles, é quem desenvolve uma teoria do significado. De seu ponto de vista, numa relação lingüística disciplinada pela razão, conteúdos semanticamente inequívocos são comunicados: o significado é transparente em relação ao que é dito. Mesmo quando ocorre um desvio na relação semântica das palavras com aqueles conteúdos, como no caso da ironia, a refração é corrigida por um processo de dedução lógica, a implicatura conversacional. Não existe, para Grice, nenhum grau de materialidade no significado, nenhuma opacidade. Ele é translúcido, e essa transparência está relacionada com a autonomia do sujeito em relação ao significado. Por sua pré-existência em relação à linguagem, o sujeito está na origem de seu dizer, atribuindo, de maneira autônoma e racional, um significado ao que diz.

Em outro texto do autor, especificamente sobre o significado ("Meaning"), ele o define nos seguintes termos: afirmar que A quer dizer_{NN} algo, mediante x, equivale a "A *expressou x com a intenção de produzir uma crença mediante o reconhecimento desta intenção*" (Grice, 1971:57). O significado_{NN} (não-natural) se constitui em cada situação de interação pelo reconhecimento partilhado, entre locutor e ouvinte, da intenção que tem o locutor de produzir no ouvinte determinada crença pela enunciação de x.

Para chegar a essa definição de significado não-natural, Grice mostra em que ele se diferencia do significado natural. E é por dois aspectos que eles se distinguem: o primeiro corresponde ao que outros autores caracterizariam como sendo o da convencionalidade, mas que ele não qualifica assim, já que, segundo declara, algumas coisas que podem significar_{NN} algo não são signos e outras não são convencionais em nenhum sentido, como certos gestos; o outro aspecto é o da convencionalidade. Vejam-se os exemplos abaixo.

(1) Essas manchas significam sarampo.

(2) Esses três toques de campainha significam que "o ônibus está lotado".

No enunciado (1), temos um exemplo de significado natural, enquanto o enunciado (2) contém um exemplo de significado não-natural.

A diferença entre os dois empregos de "significa" está em que em (1) há uma relação entre fatos e em (2) uma relação constante entre uma expressão e aquilo que com ela podemos significar.

Relativamente a (1), não poderíamos dizer (1a) já que podemos afirmar (1b):

(1a) Estas manchas significam sarampo, mas ele não tem sarampo.

(1b) O fato de que ele tem manchas significa que tem sarampo.

Relativamente a (2), ao contrário, poderíamos dizer

(2a), mas não (2b).

(2a) Esses três toques de campainha significam que "o ônibus está lotado", mas de fato não está - o motorista comteu um erro.

(2b) O fato de que a campainha tenha tocado três vezes significa que o ônibus está lotado.

Segundo Grice, "significa", em seu sentido não-natural, integra frases do tipo "A significa algo mediante x".

Além da característica apontada acima, que distingue o significado não-natural do significado natural, ele se caracteriza também por sua natureza intencional. Dois exemplos fornecidos por Grice ilustram esses aspectos.

(3) Mostro ao Sr. X uma fotografia do Sr. Y, comportando-se excessivamente afetuoso com a Sra. X,

(4) Faço um desenho do Sr. Y, comportando-se dessa maneira e o mostro ao Sr. X.

Em (3) há um exemplo de significado natural, em (4) um exemplo de significado não-natural. A diferença é que, no caso (3), o reconhecimento do Sr. X da intenção de revelar-lhe uma relação extra-conjugal de sua mulher é mais ou menos irrelevante. O efeito seria o mesmo se o Sr. X encontrasse a fotografia por acaso em algum lugar; no caso (4), é fundamental a intenção de informar ao Sr. X as relações amorosas da esposa, bem como o reconhecimento do Sr. X dessa intenção.

A oposição que Grice analisa entre significado natural e não-natural e os critérios pelos quais caracteriza o significado não-natural (que é o que interessa em termos de lingua

gem) são importantes para o que investigamos neste momento: as relações sujeito-significado e níveis de significação. Ele descreve o significado como intersubjetivamente constituído, embora não constituidor do sujeito, apesar de estabelecer uma relação de comunicação entre o **eu** e o **tu**. A atribuição do significado é um processo a dois: uma intenção é expressa, mas só realmente expressa se o enunciado for entendido em seu conteúdo intencional. Além disso, o autor atribui ao sentido "não-natural" um caráter correspondente ao que geralmente se entende como convencional. "x" deve ser dotado de um significado geral, do domínio de todos. Existe, portanto, a pressuposição de um nível de "literalidade" nessa exigência (que já era evidente no texto comentado anteriormente), embora o autor faça a ressalva de que, quando há dúvida entre duas ou mais interpretações para uma comunicação, se apela para o contexto.

A concepção de significado de Grice apresenta semelhanças com a de Austin. Para este autor, no nível ilocucional, o significado também se constitui na forma intersubjetiva do reconhecimento partilhado de intenções. E também Austin não estabelece uma relação entre a constituição do sujeito e o significado. A constituição do sujeito precede a ação lingüística, na medida em que ela é a realização de suas intenções e em que o significado do ato ilocucional é o reconhecimento comum dessas intenções. Nessa perspectiva, a linguagem é transparente. Sujeitos realizam, por sua ação ilocucional, intenções, e assim constituem o significado de seus enunciados. Para Austin, essas intenções estão convencionalmente associadas aos enunciados, mas isso não muda a relação de independência do sujeito em relação ao significado. Ao contrário, reforça-a.

Em Austin, o significado interacionalmente constituído no nível ilocucional se contrapõe, de maneira nítida, a um significado do tipo literal. No nível locucional, o significado é definido em termos de sentido e referência, numa perspectiva tradicional de abstração e generalidade.

No conjunto dos escritos de Ducrot, desde "Dire et ne pas Dire" até "Le dire e le Dit", ele desenvolve uma teoria da ação lingüística, sempre orientada para uma interpretação semântica do fenômeno. Dessa forma, caminha, como já dissemos, de um conceito de ação lingüística na acepção austiniana do termo, ação realizada em função de um auditório, para uma teoria semântica da enunciação. A partir daí, ele define o sentido de um enunciado como sendo as marcas de sua enunciação. Houve momentos desse percurso em que Ducrot esteve efetivamente mais próximo de um enfoque interacional da linguagem, na acepção corrente do termo, quando se fixou no estudo da natureza jurídica do ato ilocucional, ou quando a ênfase de sua pesquisa era a argumentação. O enfoque eram as relações que se estabelecem com os recursos e as limitações que a língua oferece ou impõe. No desenvolvimento da teoria polifônica, que nos parece um ponto importante no percurso teórico de Ducrot (1984), suas especulações anteriores sobre a argumentação principalmente passaram a ser usadas como suporte empírico para suas afirmações de como se dá a relação sentido-significação. É a retirada da ênfase sobre a questão interacional e sua colocação no estudo semântico no interior do enunciado, como investigação das vozes que ali se cruzam. Quando afirmamos que a ênfase já não está no aspecto interacional da linguagem, queremos dizer que não se trata, prioritariamente, das relações eu-tu numa troca lingüística convencional, tipo de relação a que estamos dando prioridade em nossa pes

quisa sobre o diálogo. Para Ducrot, estudar o sentido de um enunciado é distinguir nele as marcas da enunciação, entre elas, as vozes que ali se fazem ouvir.

Vejam agora o que para nós é importante. Do ponto de vista da teoria polifônica de Ducrot, a constituição do sentido continua ligada ao "sujeito", visto que o sentido são as marcas da enunciação no enunciado. O autor nega, entretanto, e de forma cada vez mais positiva, a existência de uma entidade única na origem do sentido. Declara mesmo que sua intenção é superar a teoria que estabelece a relação "*um enunciado - um sujeito*" (Ducrot, 1984:189). A origem do sentido está em diversas vozes que convivem de forma dialógica, no próprio enunciado.

Essa é a base do conceito de polifonia de Ducrot e, dessa maneira, ele se afasta da idéia de Bakhtin sobre a realidade de um sujeito constituído na intersubjetividade linguística, embora saibamos que aquele autor é o criador do conceito de polifonia, como bem lembra o próprio Ducrot. A diferença está no fato de que, em Bakhtin, a polifonia era abordada dentro do universo enunciativo de um texto em que unidades enunciativas se contrapunham, tendo sujeitos falantes na origem de seu significado, embora eles próprios enquanto consciência fossem dialógica e discursivamente constituídos. De qualquer maneira, em Bakhtin, o diálogo pressupunha a intersubjetividade. Ducrot, ao contrário, estuda a polifonia em enunciados, na acepção estrita do termo: "*Mas esta teoria de Bakhtin, segundo meu conhecimento, sempre foi aplicada a textos, quer dizer, a segmentos de enunciados, jamais aos enunciados dos quais estes textos são constituídos*" (Ducrot, 1984:170).

Concluindo, Ducrot mostra como múltipla a constituição semântica do enunciado, que era entendida como originada num sujeito único. Mas, de qualquer maneira, liga sua teoria do significado a uma teoria do sujeito, como o que se viu também em Pêcheux. Só que a gênese do sujeito, na relação sentido-sujeito, é de natureza diversa em cada um dos autores.

Pêcheux defende a materialidade ideológica do sentido, constituído em formações discursivas e atribui ao sujeito a mesma determinação semântica: aquele que se julga na origem do significado de suas palavras é, ao contrário, ideologicamente constituído por esse significado. É a "forma-sujeito" sustentada pela ilusão da subjetividade. Para Ducrot, a subjetividade sofre uma determinação de natureza já não semântico-ideológica, mas semântico-lingüística. Não há um sujeito autônomo na origem do significado, por dois motivos. Primeiro, como já vimos, por sua multiplicidade polifônica. Em segundo lugar, pelas determinações lingüísticas que sofre: fazemos com a linguagem o que está nos limites de suas determinações, e esses limites são estabelecidos por indicações impressas na estrutura da língua, constituem o que o autor entende por significação: *"Prefiro representá-la (a significação) como um conjunto de instruções dadas às pessoas que devem interpretar os enunciados da frase, instruções precisando que manobras cumprir para associar um sentido a esses enunciados"* (Ducrot, 1984:181). Vemos, então, que Ducrot reconhece dois níveis de significação, ambos relacionados com a natureza do sujeito lingüístico. A concepção polifônica de sentido nos mostra que, na origem de cada enunciado, há uma multiplicidade de representação do sujeito, vozes que constituem marcas da enunciação e que, portanto, são expressas no sentido dos enunciados. A hipótese de um nível semântico abstra

to, que se traduz em instruções para o uso e interpretação dos enunciados, define aquele que se representa como fonte semântica do enunciado, como limitado em seu agir pelas determinações da significação inerente à estrutura da frase.

Da síntese que fizemos das interpretações sobre o significado que apresentam os autores que nos vêm ajudando a refletir sobre nosso tema, tiramos duas perspectivas de abordagem do sentido e do sujeito. Isso se encararmos a questão do ponto de vista das relações que se estabelecem na gênese do sentido e do sujeito.

Na primeira orientação, representa-se o significado como uma constituição intersubjetiva. É o caso da concepção de significado como **compreensão**, de Bakhtin, em que compreender o significado de uma palavra é um processo dialógico, pelo qual o interlocutor contrapõe a essa palavra sua própria palavra, dentro de um esquema de orientação ideológica mútua num contexto de enunciação. O sujeito, nessa perspectiva, é aquele que fala de um determinado lugar ideológico a que correspondem índices de valor semântico, já que se constitui no e pelo discurso, e que, atribuindo tais valores a suas palavras, marca um posicionamento ideológico-semântico na relação ou no confronto com o outro. Fora da compreensão ou da intersubjetividade lingüística, não há significado, nem sujeito. Na teoria de Grice sobre o significado, como na de Austin a nível ilocucional, também há uma relação de intersubjetividade na constituição do significado, na medida em que o significado não-natural e o valor ilocucional dos enunciados se efetivam pelo entendimento compartilhado de intenções. Entretanto, o sujeito pré-existe, independente e distanciado da significação, pois tem o domínio e a consciência das

intenções que expressa pela linguagem, de maneira objetiva e transparente, já que não se constitui por seu discurso. São duas concepções de significado constituído pragmaticamente, embora cada uma dessas correntes proponha também um nível geral e abstrato de significação, reiterável a cada evento de enunciação.

Na segunda orientação que encontramos, não há um sujeito na origem do significado. Ao contrário, o "sujeito" é semanticamente engendrado, ou se fragmenta numa multiplicidade de vozes que convivem no enunciado, fazendo parte das marcas de sua enunciação, de seu sentido, portanto. No caso de Pêcheux, a gênese do sentido está nas formações discursivas, nos limites semânticos dentro dos quais o próprio sujeito se constitui ideologicamente como forma-sujeito. Nas condições de produção de um discurso, o jogo de imagens que as constitui atualiza esse sujeito, que torna presente uma posição ideológico-semântica existente no quadro das formações sociais. No caso de Ducrot, o sentido do enunciado é a representação de sua enunciação, e ali não há um sujeito, mas uma multiplicidade de representações do "sujeito" que falamos, e suas vozes ficam registradas no sentido do enunciado, entendido como marcas da enunciação. Não há um sujeito na origem do enunciado, nem do seu sentido, e a intersubjetividade na constituição do significado (nos termos de Bakhtin) não é considerada, já que o autor se dedica ao estudo da polifonia no microcosmo dos enunciados, considerados independentemente ou como unidades enunciativas de um todo complexo, que pode ser chamado de texto. Além disso, o uso e a interpretação semântica dos enunciados são controlados pela significação, constituída no nível abstrato da frase, enquanto unidade da língua. A partir dali, está determinado o uso e a interpretação que os

indivíduos podem fazer de seus enunciados.

Vistos o significado e o sujeito sob esses dois ângulos, vamos abordar sua relação do nosso ponto de vista, que é do diálogo, tal como o definimos. Como a definição de diálogo foi feita a partir de um esquema complexo pelo qual representamos a enunciação, nosso conceito da relação significado-sujeito só se completará com o estudo das relações eu-tu/ele em todos os níveis pragmáticos da enunciação. Começaremos, contudo, pela perspectiva do diálogo.

Tendo restringido nosso estudo aos limites do esquema da enunciação, não iremos além do plano pragmático e histórico do significado. Contrariamente aos autores estudados, não nos ocuparemos com possíveis planos gerais e abstratos de significação, embora tenhamos, por exigência do nosso esquema, que nos ocupar com dois níveis semânticos, dinamicamente relacionados, o discursivo e o da ação lingüística.

No que se refere ao sujeito, não o abordaremos como pré-existente à enunciação, nem negaremos sua existência. Vamos encará-lo como uma qualidade do representar-se e agir do **eu** e do **tu**, decorrente de suas relações semânticas em cada nível da enunciação, qualidade que é condicionada e relativizada pelo caráter semântico dos contextos que eles constituem em cada um desses níveis.

Acreditamos ser possível desencadear, de maneira coerente com nossa proposta, uma reflexão sobre a relação significado-sujeito, interpretando o que, no esquema da enunciação, chamamos de **contexto dialógico** (ou contexto significativo comum) como um acordo semântico através do qual se instaura, pelo equilíbrio de poder da palavra, uma relação de intersubjetividade lin

güística. Temos dúvida, entretanto, como esperamos que tenha fi-
 cado claro, sobre a ocorrência plena desse acordo. Pelo menos
 não o temos constatado, e, nas cartas que vimos examinando, ne-
 nhuma pôde ser exemplo disso. Talvez esse acordo seja apenas um
 ponto fixado em nosso desejo de encontro, do qual ora nos apro-
 ximamos, ora nos afastamos, sempre presos ao fio extremamente
 escorregadio da convivência em todas suas formas, a lingüística
 inclusive. Desse modo, parece mais adequado começarmos nos refe-
 rindo ao **contexto significativo** apenas, considerando-o como um
 ponto que transita entre o acordo, a opressão e o conflito.

O acordo se dá, se é que chega a dar-se, quando os
 interlocutores se relacionam num contexto constituído por ambos
 (ou cada um de seu próprio contexto) e que, por isso, dominam
 e aceitam do ponto de vista de seu conteúdo semântico. E, assim
 sendo, não manobram a partir da ação lingüística, para deslocar
 o interlocutor dos limites do discurso no qual está localizado,
 nem impõem ao outro uma hegemonia em relação à posse da palavra.
 Numa situação como essa, teríamos o que entendemos como um con-
 texto dialógico pelo equilíbrio do poder da palavra.

O desacordo, que vai do conflito à dominação (consen-
 tida ou contestada), ocorre quando o contexto significativo é
 unilateralmente determinado ou quando, havendo dois contextos
 sustentando a relação, um dos interlocutores age lingüisticamen-
 te para deslocar o outro para um território semântico que não é
 o seu, que ele não domina e/ou não aceita, colocando-se numa si-
 tuação de hegemonia no que diz respeito ao trabalho semântico e
 à posse da palavra.

Na última situação só resta ao interlocutor menos fa-
 vorecido calar-se, ou, se falar, seu dizer será precário, porque

lhe escapará o poder de controlar semanticamente seus enuncia- dos e de lidar também semanticamente com os de seu interlocu - tor, não podendo reagir em termos de ação lingüística para alte- rar a situação. O território semântico alheio é o lugar do si- lêncio ou da não produtividade da palavra.

Essa é uma situação extrema no que se refere ao con- texto semântico. O mais comum é que a relação fique, por carac- terísticas do contexto discursivo e do contexto da ação lingüís- tica, no meio termo. Não podemos, entretanto, ignorar a ocorrên- cia de contextos do tipo descrito acima. A propósito, examina - mos, ainda que rapidamente, a carta que segue.

*"Caro amigo Reginaldo:
Saúde.*

Tenho encontrado algum retraimento, de uns por medo, de uns por comodismo e, ainda de ou- tros, por pequenas vaidades não satisfeitas. Nes- sas condições, espero que virá de ti a lição e o exemplo em contrário. Sei que tens dispensado muita gente. Convém trazer o maior número possí- vel, até 100 homens, embora depois aqui dispen- semos alguns, conforme a idade, família ou in- tesesses a atender.

*Espero-te, sem falta, até o dia 5.
23 de março de 1923*

(a) Getúlio"

(Krieger, 1976:23)

Esta carta apresenta um contexto discursivo, que, ao que tudo indica, compartilhado ou não, será o único, pois a a- ção lingüística do locutor bloqueia a constituição de um outro contexto, mesmo havendo inclinação do interlocutor para isso . Getúlio Vargas qualifica, a partir de um discurso "revolucioná- rio", as ações de quem não se engaja no movimento armado de 23 como medrosos, comodistas e vaidosos, e incita seu interlocutor a dar o exemplo contrário. Não admite, portanto, resposta a par- tir de uma postura ideológica contrária, pois nesse caso o in-

terlocutor incorreria nas "infâmias" enumeradas. Dessa forma, qualquer prosseguimento da relação enunciativa terá que realizar-se através de um só contexto discursivo, a partir do qual deverão constituir-se os lugares sociais do chefe revolucionário e seu comandado. Nessa situação, dificilmente teríamos uma relação de intersubjetividade lingüística e de diálogo. Só a continuidade da relação enunciativa, entretanto, nos daria a certeza disso.

Feitas essas considerações, podemos voltar a falar **em contexto significativo comum**, para reafirmar sua natureza de acordo, pelo qual um interlocutor não alija o outro do controle semântico de suas palavras. Compartilham ambos do mesmo território semântico, ou se situam em territórios próprios, e cada um deles não atua no jogo da ação lingüística, para conduzir o parceiro a lugares em que este não pode orientar-se, mantendo-o lá por manobras lingüísticas que ele não percebe, ou às quais não tem como reagir. Por esse equilíbrio de poder da palavra, a relação enunciativa atinge a qualidade do diálogo ou dela se aproxima; já pelo desacordo ou a arbitrariedade semântica, o que há é uma relação de desequilíbrio desse poder, a partir do qual se relativizam as possibilidades de diálogo, orientando-se a enunciação em direção favorável ou contrária a ele.

O sentido que atribuímos ao **sujeito lingüístico** pode ser inferido do que dissemos acima, visto que é a partir da instauração de um contexto significativo comum que o eu e o tu constituem uma relação de intersubjetividade como indica o triângulo que representa o "nível do diálogo". Contudo, julgamos necessário insistir na sua explicitação, em vista das controvérsias que qualquer definição de subjetividade suscita.

Vimos, em páginas anteriores, que os autores que definem o sujeito, o fazem no contexto de uma investigação semântica. Nossa perspectiva é a mesma, só que o definimos do ponto de vista do diálogo como uma qualidade semântica da enunciação e, como decorrência, a subjetividade se coloca, para nós, como uma qualidade das relações semânticas do **eu** e do **tu**, que determinam as relações de poder da palavra, estabelecidas nos níveis pragmáticos da enunciação. A diferença da nossa definição, em relação às de alguns autores que estudamos, reside principalmente no fato de que eles definem o sujeito a partir da enunciação, mas vista como constituída de um só nível pragmático: o do **discurso** (Bakhtin e Pêcheux) ou o dos enunciados como **atos de linguagem**, que integram um discurso ou texto (Ducrot). Desse modo, partem do conceito comum de sujeito identificado com o **eu**, uma entidade concreta, una, tanto para afirmar como para negar sua existência, ou apontar a ilusão de sua realidade.

A diferença fundamental da nossa concepção de sujeito, em relação às anteriores, está, pois, em que definimos a intersubjetividade como uma qualidade semântica das relações **eu-tu**, decorrente das relações **eu-tu/ele** que estabelecem no **nível do discurso** e da **ação lingüística**. Do ponto de vista do diálogo, como o definimos, é sujeito lingüístico quem fala de um contexto semântico que é o seu, no sentido de que com ele se identifica cultural e ideologicamente, e no qual é capaz de movimentar-se tanto para produzir como para compreender enunciados, não sendo afastado desse contexto por ações e estratégias de deslocamento semântico, realizadas por seu interlocutor, e dividindo com ele a posse da palavra. Desse ponto de vista, a relação de intersubjetividade lingüística é, então, uma forma de relação **eu-tu** plenamente democrática, pelo equilíbrio de poder e posse

da palavra.

Deve-se entender, contudo, que não colocamos essa de finição de intersubjetividade como um valor da linguagem, que ocorrendo lhe imprimiria uma qualidade superior. O diálogo é uma qualidade da enunciação, mas não um valor da linguagem. Algum valor poderia ser, talvez, considerado num estudo das relações humanas e sociais estabelecidas pela enunciação.

3.2 — Contexto discursivo e lugar social

Até agora, falamos das relações semânticas **eu-tu/ele** na perspectiva do lugar que representamos, em nosso esquema, co mo o da possibilidade do diálogo, isto é, o ponto de confluência dos dois níveis pragmáticos da enunciação. É o momento de falar do significado do ponto de vista de cada um desses níveis, para definir o papel que o **eu** e o **tu** assumem a partir da nature za semântica do contexto que instauram em cada um deles.

Referindo-nos ao esquema da enunciação, é no nível discursivo que se constituem os significados, não de maneira universal ou abstrata, nem de maneira particular a cada enunciação. Temos dito que os significados se constituem a partir de discursos existentes numa sociedade, sendo atualizados em cada relação enunciativa e constituindo os lugares sociais que o **eu** e o **tu** assumem nelas. Vemos, então, que a definição do que seja um contexto discursivo e um lugar social deve estar relacionada com o que entendemos por esses "discursos" e por sua re la ç ã o se m â n t i c a com o contexto lingüístico da enunciação.

Até agora, temos usado as expressões "discurso" ou "território semântico", quando queremos mencionar as fontes constitutivas do significado dos contextos discursivos, pelos quais os falantes se constituem como este ou aquele lugar social. Isso tem uma consequência e uma razão. A consequência é que, usando esses termos, nos comportamos de maneira mais ou menos vaga. Empregamos um termo, deslocando-o de um uso mais especificado, "discurso", e uma expressão metafórica, "território semântico", que, embora tenham, até agora, sido úteis para caracterizar a dinâmica da enunciação devem ter uma definição mais clara daqui por diante. A expressão "território semântico", principalmente, é oportuna, quando queremos caracterizar, de maneira concreta, quase visual, a dinâmica interna do esquema da enunciação. A razão do emprego desses termos é que não temos conceitos próprios para tratar do nível discursivo da enunciação, pois isso exigiria a elaboração de uma teoria do discurso, empreendimento que estaria fora de nossos objetivos e necessidades. Pensamos, então, que a única forma para resolver esse problema é adotar uma teoria do discurso já constituída, para definir os elementos do nível que estamos tratando. E, no caso, a mais adequada é a teoria de Pêcheux, já que estamos utilizando conceitos por ele elaborados como "lugar social", por exemplo. Também por sua inegável consistência teórica e por certas coincidências temáticas de nossa proposta com ela. Por exemplo, a ênfase nas questões do significado e do sujeito, ambas relacionadas.

Existem, entretanto, divergências sobre esses mesmos aspectos que devemos apontar com clareza, sob pena de perdermos toda coerência. É possível que possamos adotar de Pêcheux somente algumas idéias, mas a isso não podemos escapar.

A diferença fundamental está em que Pêcheux, ao tratar das condições de produção, o faz no interior de uma teoria do discurso. Apresenta a relação enunciativa em um só nível pragmático, ficando implícito que essa relação é um diálogo. Nós apresentamos uma hipótese em que propomos dois níveis pragmáticos para a enunciação, sendo o diálogo uma qualidade possível da enunciação, decorrente da relação desses dois níveis. Para Pêcheux, a relação discursiva é dialógica. Para nós, a relação discursiva constitui um nível da enunciação, do qual depende também a ocorrência do diálogo. Dessa diferença decorrem as outras que se tornarão explícitas na medida em que desenvolvermos o trabalho de conceitualização a que nos propomos neste capítulo.

Pêcheux define o que, intuitivamente, chamamos de "território semântico" como **formação discursiva**, estando tal entidade ligada às relações entre discurso e ideologia. No artigo, "Mises au point et Perspectives à Propos de l'Analyse Automatique du Discours", já referido, o autor afirma que *"as formações ideológicas (...) 'comportam necessariamente como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (...) a partir de uma posição dada numa conjuntura', quer dizer, numa certa relação de lugares interior a um aparelho ideológico e inscrito numa relação de classes"* (Pêcheux, 1975:111)²

Vamos, então, dar ao que temos designado por "discurso" e "território semântico", ou expressões semelhantes, o sentido de formação discursiva, segundo a definição de Pêcheux, mas tomando esse conceito em sua amplitude máxima. Pelo menos, com o alargamento que o próprio autor parece querer atribuir-lhe no texto citado, quando observa que as formações discursivas exis-

tem historicamente e que elas podem fornecer elementos para novas formações discursivas, "*constituindo-se no interior de novas relações ideológicas que põem em atuação novas formações ideológicas*" (Pêcheux, 1975:12).

Reforçando essa linha de alargamento do conceito, Pêcheux se interroga também sobre o número de formações ideológicas possíveis dentro de uma formação social e sobre quantas formações discursivas uma formação ideológica pode conter. Com isso, ele caracteriza a dificuldade de estabelecerem-se os limites empíricos de uma formação ideológica ou discursiva e o erro que seria aplicar ao correspondente empírico desses conceitos princípios rígidos de classificação.

Quanto ao termo "lugar social", o adotamos também por sugestão de Pêcheux e o empregamos como significando o papel que o **eu** e o **tu** assumem no nível do contexto discursivo, pelo fato de se inserirem, por seus enunciados, nesta ou naquela formação discursiva. Entretanto, como a relação interpessoal se define sempre a partir do enunciado, instaurado em cada relação enunciativa, não vamos considerar a constituição dos lugares sociais do ponto de vista de um jogo de imagens, que retira seus elementos constitutivos de uma formação discursiva. Vamos considerar os lugares sociais como constituídos por um contexto discursivo, que remete semanticamente a uma formação discursiva. Por essa filiação semântica do contexto à formação discursiva, atualizam-se, em cada relação enunciativa, lugares sociais lá configurados.

Isso posto, vamos apoiar-nos num dado empírico para melhor caracterizar a forma como interpretamos o conceito de formação discursiva, que designamos como fonte de constituição

semântica dos contextos discursivos e dos lugares sociais. Tomamos como conteúdo desta exemplificação alguns verbetes do dicionário de Aurélio Buarque de Holanda, que, confessamos, são exemplos que favorecem nossa argumentação: **democracia**, **pênis**, **filha**, **filho**. Deixamos para outra ocasião o enfrentamento com palavras que dificultam essa argumentação.

O dicionário apresenta uma ou várias significações para cada vocábulo, dependendo de sua natureza e das restrições que pesam sobre elas. Tentaremos indicar o lugar de constituição dos significados desses vocábulos, para apresentar uma evidência de que existem territórios semânticos, que formam os discursos em trânsito numa sociedade e que os contextos discursivos obtêm seus significados a partir deles, que também definem o lugar social de cada interlocutor. A tarefa oferece, entretanto, dificuldades a que já nos referimos antes. Primeiramente, não temos instrumentos para pôr a prova a existência de tais territórios, ou pelo menos não temos como provar que a classificação que lhe atribuímos é a correta e não outra. Em segundo lugar, os limites entre esses territórios semânticos não são bem demarcados. Em virtude disso, temos que qualificar como intuitiva as indicações das fontes constitutivas do significado das palavras, apresentado pelo dicionário. E por aí ficamos, por enquanto.

Começemos pelo exame dos significados da palavra **democracia**, como são apresentados pelo dicionário: (1) governo do povo, soberania popular; (2) doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder, ou seja, regime do governo que se caracteriza, em essência, pela liberdade do ato eleitoral, pela divisão dos po-

deres e pelo controle da autoridade, isto é, dos poderes de decisão e de execução; (3) Classes populares, proletariado.

O significado (1) pertence ao discurso político das classes dominantes, tendo-se constituído, talvez, nos primórdios da revolução burguesa. O emprego da palavra democracia com esse significado se repete naquele discurso, mesmo em momentos de total ausência de democracia, quando se transforma em puro elemento ideológico de manipulação. Quanto ouvimos essa palavra na última ditadura militar! O significado (2) está inserido em discursos teóricos ou "científicos" que sustentam e dão validade ao discurso político a que nos referimos acima. Para comprovar isso, é suficiente abrir qualquer manual de direito constitucional, pelo menos os mais tradicionais. O significado (3), apesar da economia de sua definição, pode ser situado num discurso relacionado com o marxismo. O fato de o dicionarista apresentar de forma tão sucinta este significado, apontando sua existência apenas por duas pistas, as palavras "classe" e "proletariado", se deve talvez a uma censura em relação ao que na época de publicação do dicionário talvez fosse considerado perigoso ou subversivo.

Vejamos, agora, como se define o sentido da palavra pênis: "O órgão copulador do macho; fallo, falus". A apresentação do significado desse vocábulo é feita a partir de um só discurso, "científico", que remete a uma anatomia ou certa biologia muito estreitas. Essa definição da palavra encerra seu significado no âmbito de um discurso neutro do ponto de vista moral. A força de tal assepsia é grande e se intensifica quando o dicionário remete a palavra para as alturas da erudição linguística do termo culto fallo, aludindo, nesse ponto, aos mistérios

da declinação, um processo sintático estranho ao português e só conhecido por raras pessoas: **falo, falus**. Concluindo, o sentido da palavra pênis é definido a partir de um único discurso, pseudo-científico, moralizante e repressor, "erudito", nada constando no dicionário do sentido que a palavra pode ter em discursos como o amoroso, o pornográfico, o psicanalítico, etc., relacionados com lugares sociais certamente menos interessados na repressão sexual, como o do artista, o da pessoa comum, o do psicanalista.

Os verbetes "filha" e "filho", pelo tratamento que o dicionário lhes dá, são um exemplo que confirma nosso ponto de vista de que o significado, pelo menos no nível que nos interessa, se constitui em determinado universo semântico, sendo que os lexicógrafos selecionam o significado de alguns discursos, aqueles que são dominantes ou permitidos na sociedade, e abandonam outros. Para começar, o verbete "filha", pela ordenação alfabética, antecede o verbete "filho", no entanto os significados da palavra "filho" são determinados exhaustivamente a partir de muitos discursos, enquanto o sentido da palavra "filha" é definido apenas como "pessoa do sexo feminino em relação a seus pais". Essa definição, como vemos, fica fechada no território semântico de um discurso que poderíamos chamar de discurso jurídico da família. O sentido de "filho", porém, é definido a partir de muitos territórios semânticos, sobretudo dos que se delimitam como discursos sobre a família, afetivo, popular, jurídico, religioso, como nos mostram os exemplos a seguir. (1) indivíduo do sexo masculino em relação aos pais; (2) homem em relação a Deus, ao estabelecimento onde foi educado, e a quem o educou; (3) rebento da planta; (4) expressão de carinho. **Filho adotivo:** filho de outrem que se toma como próprio sem qualquer formalida

de legal. **Filho de ervas:** filho de pai desconhecido. **Filho de Deus:** Jesus Cristo. **Filho pródigo:** aquele que, a exemplo do moço da parábola do Evangelho, retorna ao seio da família após longa ausência, em que levou vida dissipada.

Quem organiza o dicionário pretende, talvez, que se derive retrospectivamente dos sentidos de "filho", os sentidos de "filha", mas em alguns discursos, nem há significado para filha, correspondente ao de filho. Isso é mais evidente no discurso religioso. Aí temos "filho de Deus" e "filho pródigo", não poderíamos, porém, empregar com o mesmo conteúdo religioso ou a mesma força expressiva "filha de Deus" ou "filha pródiga".

Encerrada essa pequena amostra de como os lexicógrafos definem o sentido dos vocábulos, isto é, de onde retiram esse sentido, acreditamos possível utilizá-la como uma evidência de nosso ponto de vista de que os significados se constituem nos discursos, caracterizáveis por seu conteúdo ideológico, nas formações discursivas correspondentes a formações ideológicas identificáveis³.

Retomando o fio de nossa reflexão, os significados que se atualizam no nível discursivo da enunciação estão sedimentados em discursos que, falando de maneira menos teórica, sustentam os universos moral, filosófico, legal, etc. das diversas classes, grupos, instituições, etc. Nesse plano, os significados se forjam com os próprios discursos e têm a estabilidade, a duração e a nitidez que esses discursos possam ter. Mas em sua vigência, tais discursos devem ter bem delimitados seus campos semânticos, se é que são capazes de manter definidos os lugares sociais que os engendraram e que por eles se identificam no amplo espectro semântico da sociedade. Sem essa delimitação semân

tica clara, os lugares sociais também perdem sua nitidez e com ela seu poder de relacionamento ou de luta, através da linguagem. Em cada evento enunciativo, os significados se atualizam em contextos discursivos, pela interação lingüística de lugares sociais, que por sua vez também se atualizam em cada um desses eventos. Isso acontece, porque o significado das palavras, dos enunciados, relaciona cada contexto discursivo particular aos discursos, que medeiam as relações sociais em geral. Entretanto, as relações de poder pela linguagem, que se estabelecem em cada evento, não guardam necessariamente uma ligação direta com a correlação de poder lingüístico estabelecido pelos discursos que se defrontam na sociedade. Aquele que, num contexto discursivo particular, assume o lugar social de pai, professor, patrão, cientista não terá necessariamente, nessa ocasião, o domínio lingüístico. A correlação de forças será determinada em cada evento enunciativo, ressalvada evidentemente a existência de tendências dominantes, que podem, por outro lado, ser neutralizadas no nível dos atos de fala.

3.2.1 — Análise e caracterização semântica do contexto discursivo e dos lugares sociais

Depois de definirmos o que entendemos por contexto dialógico e sujeito e sua relação semântica, tratamos do significado do ponto de vista de um dos níveis pragmáticos da enunciação, o do discurso, definindo como entendemos contexto discursivo e lugar social. Nesse nível, nossos conceitos começaram a adquirir forma a partir da proposta de dois planos de signifi

cação: (1) o plano do contexto discursivo, que integra o esquema da enunciação e é constituído pelo enunciado ou enunciados emitidos pelos interlocutores; (2) o plano dos discursos, exterior àquele esquema, mas ao qual remetem os contextos discursivos. O plano dos discursos é pré-existente à enunciação e os entendemos como universos de significação aos quais atribuímos a natureza ideológico-semântica daquilo que Pêcheux denomina de formações discursivas. Nós, de maneira simplificada, dizemos que se trata dos discursos que coexistem e se confrontam na sociedade.

Isso foi uma primeira etapa de elaboração de conceitos relativos ao nível discursivo: fizemos opções fundamentais em relação às características que se podem atribuir ao significado, em função da origem que lhe demos. Precisamos desenvolver, agora, uma etapa em que devemos trabalhar com esses conceitos de forma a nos encaminharmos para a criação de instrumentos de análise. Uma análise deverá permitir dizer que um contexto discursivo está ligado a tal ou tal discurso e que, a partir dessa ligação, se constituem os significados, bem como os lugares sociais que os interlocutores assumem. No estágio de amadurecimento de idéias a que este trabalho corresponde, alguns desses instrumentos certamente não terão um grau máximo de precisão, mesmo assim, necessitamos deles para classificar os contextos discursivos. A partir dessa classificação, poderemos deduzir se os interlocutores falam de lugares sociais equivalentes em relação ao poder da palavra, ou se perdem esse poder e sua força enquanto lugares sociais, por atuarem linguisticamente a partir de um contexto que é do domínio de um só dos participantes da relação, e assim por diante. Todavia, sabemos de antemão que isso não é tarefa fácil, que uma classificação de tal natureza será sempre po-

lêmica, pois, como já dissemos antes, é difícil ou impossível fazer um levantamento dos discursos vigentes numa sociedade, mesmo porque eles não convivem de maneira estática, não sendo perene sua delimitação. Há entre eles relações de inclusão e matizes de toda espécie, embora haja também situações de luta e tensão pelas quais eles se contrapõem e radicalizam suas diferenças. Do ponto de vista político-partidário, podemos, hoje, distinguir um discurso do PT de um discurso do PMDB. Como delimitar, porém, um discurso político liberal conservador, tomado em sentido amplo, de um discurso religioso patriarcal, ambos fundados na idéia de justiça outorgada, da obediência às leis e ao poder constituído, do uso da liberdade para fins bem determinados? Em certas circunstâncias uma delimitação clara é possível, em outras, não.

Poderíamos concluir, então, que nossa tentativa de encontrar um parâmetro de classificação dos contextos discursivos fracassa. Preferimos, contudo, insistir na idéia de classificação e pensar que, se os discursos nem sempre são perfeitamente delimitáveis, podemos, para fins de análise, fazer recortes, e que, para esses recortes, temos que partir dos dados concretos dos próprios contextos discursivos, através de procedimentos que tentaremos desenvolver mais adiante.

Em suma, o importante, agora, é encontrar elementos para relacionar os contextos discursivos com os discursos dos quais emanam suas significações. Só com o estabelecimento dessa relação poderemos qualificar os contextos discursivos e identificar o lugar social que assume cada interlocutor a partir dos enunciados que emite. Iniciaremos essa tarefa, refletindo sobre conceitos que, embora pertençam a outra área de investigação se

mântica, apresentam características que se afinam com a maneira pela qual estamos encarando o significado neste nível de enunciação.

Acreditamos que os conceitos de sentido e referência podem fornecer-nos o caminho para encontrar meios de relacionar os dois planos de significação, que propusemos para o nível discursivo. Esperamos que isso se comprove no decorrer de nossa argumentação, mas, como justificativa inicial, ressaltamos a característica dicotômica que assume o significado, quando o consideramos do ponto de vista do sentido e da referência. Essa dicotomia coincide com a duplicidade de planos semânticos que propusemos para o nível da enunciação em estudo.

A instituição dos conceitos de sentido e referência foi uma conquista jamais negligenciável da semântica lógica, pela criatividade da invenção e pela produtividade polêmica de seu conteúdo. Sua natureza e utilização, entretanto, sempre estiveram condicionadas às motivações teóricas e ideológicas que lhe deram origem. Frege queria determinar o grau de confiabilidade lógica da linguagem: com que grau de certeza podemos dizer de uma afirmação sobre o mundo e sobre as coisas é verdadeira ou falsa.

Está claro que nossa perspectiva, no estudo da linguagem diverge da de Frege em 90 graus, mas isso não desqualifica as sugestões que nos parecem contidas nos conceitos de sentido e referência, decorrentes de alguns pontos de coincidência de nossa proposta de interpretação do significado, em nível discursivo, com a proposta semântica desse autor: (1) ele define o significado de um nome próprio em termos de sentido e referência, quer dizer, em dois planos de significação; (2) um dos planos, o do

sentido, está relacionado com um universo comum de idéias ("um tesouro comum de pensamentos"); o outro relaciona a linguagem com um contexto real, o do mundo dos objetos. Por enquanto não trataremos das diferenças que nos distinguem de Frege em relação a esses dois planos. Vamos examinar seus conceitos de sentido e referência, para tornar claro em que eles nos podem ser úteis.

Afirmava Frege que podemos atribuir a um sinal (nome, combinação de palavras, letras), além de sua referência, quer dizer, sua relação com o objeto que ele designa, também um sentido, onde está contido o modo de apreensão desse objeto. Segundo ele, ao sinal corresponde um sentido e ao sentido corresponde uma referência, enquanto que a um referente (a um objeto) não deve corresponder um único sinal. Há, portanto, uma constância na relação sinal-sentido e na relação sentido-referência, embora não haja essa mesma constância na relação objeto-sinal, já que o mesmo objeto pode ter diversas formas de apreensão: o planeta Vênus pode ser designado pelas expressões: "Estrela da Manhã" ou "Estrela da Tarde", ambas têm a mesma referência, mas sentidos diferentes, são formas diversas de apreender o objeto Vênus. Esta maneira constante pela qual se caracterizam as relações sinal-sentido e sentido-referência deriva da finalidade do estudo do sentido e referência, que é a do estabelecimento de critérios para julgamentos de verdade, a partir da crença que se tem nela como valor absoluto, que se opõe a outro valor também absoluto, a falsidade. Vejamos como há um raciocínio implícito à explicação daquelas relações que sustenta a crença na possibilidade de julgamentos de verdade.

Segundo Frege, o sentido está acima de implicações

com o verdadeiro e o falso, pois, em relação às expressões, ele constitui a maneira pela qual se apreende um objeto, e esta maneira ou este sentido está impresso de forma constante na expressão. A expressão "Estrela da manhã" é uma forma de apreender o objeto Vênus e a "Estrela da tarde" é outra. Cada uma tem seu sentido.

No que diz respeito às sentenças, o sentido expressa sua idéia e, como afirma o autor, *"difícilmente se poderá negar que a humanidade possui um tesouro comum de pensamentos, que é transmitido de uma geração a outra"* (Frege, 1978:69). E, para que assim seja, tudo que sai fora da homogeneidade do sentido é jogado por Frege na categoria das "representações". Tudo que for interior e particular em termos de apreensão dos objetos é definido como representação, cujo estatuto é puramente psicológico: são idiosincrasias que não abalam a universalidade dos sentidos das expressões, as idéias das sentenças, portanto. Tendo em vista essa universalidade, é preciso, como declara Frege, dirigir-se do estudo do sentido para o da referência, quando se pretende pesquisar as condições de verdade de uma sentença, que é o que realmente interessa à sua investigação sobre a linguagem, já que a referência é definida como sendo o valor de verdade delas.

Como vimos, a relação objeto-sinal não tem a mesma constância da relação sentido-sinal. Então é necessário investigar a relação entre objeto-sinal, a referência das expressões que compõem as sentenças, para avaliar seu valor de verdade. Entretanto a referência em si é uma relação efetiva com o real. Todo sinal que não se relacionar com um objeto do mundo real, como no caso de "Ulisses", não tem referência, não sendo, por is-

so, possível dizer das sentenças, que tal nome integrar como su jeito, se são verdadeiras ou falsas⁴.

Resumindo, Frege afirma a universalidade semântica das sentenças: elas obtêm seu sentido de um universo único de idéias, sendo possível, graças a isso, julgar a veracidade de uma afirmação por seu confronto com a realidade à qual ela refere. Para Frege, por uma linguagem inequívoca, quanto ao sentido, podem-se apreender os objetos de um mundo, em decorrência, racionalmente organizável, sendo oportuno, portanto, abordar a linguagem com o propósito de determinar as condições nas quais se podem julgar as proposições como verdadeiras ou falsas.

Nós, entretanto, não estamos enquadrados numa perspectiva de estudo da linguagem que nos permita a crença na universalidade dos sentidos, ou que nos conduza a ver a referência como uma relação transparente entre a linguagem e o mundo, a partir da qual sejam possíveis julgamentos de verdade, a não ser em situações restritas. Sô partimos do tema clássico sentido-referência, para a determinação dos elementos para nossa análise, porque a divisão em si é pertinente e serve àquela necessidade metodológica de determinação. Nossa investigação está longe da busca da verdade, pelo menos como a entendia Frege, pois investigamos o diálogo em sua relatividade e o próprio empreendimento já nos afasta das convicções sobre as relações linguagem-mundo que o moviam. Em vista disso, tomamos a divisão estabelecida por Frege, mas redefinimos seus termos, a fim de aproveitá-la para nossos propósitos.

Iniciamos, pois, com a consciência de que é impossível, para nós, trabalharmos com as noções de sentido e referência, tal como as definiu Frege, mas continuamos com a convicção

de que a dicotomia em si é pertinente e que ela poderá constituir a base para o desenvolvimento dos recursos metodológicos de que necessitamos. Efetivamente, não podemos trabalhar com a noção de sentido, entendendo a relação sinal-sentido como sendo de natureza tal que a um sinal corresponda um sentido único; conseqüentemente, não podemos trabalhar com a noção de referência como sendo primordialmente a relação entre uma expressão e um objeto dado, num universo físico, social, político, psicológico, etc., objeto esse que seria definível a partir de um sentido impresso de maneira constante na própria expressão.

Partimos da hipótese de que a referência é uma relação entre expressões e entidades do contexto discursivo, que não remetem, necessariamente, a contextos não discursivos, e cujo sentido não deriva de um universo semântico único, mas de múltiplos recortes semânticos que constituem os discursos vigentes numa sociedade. Tomemos como apoio para o início desta discussão os enunciados que seguem.

(1) A democracia começará com a revolução.

(2) O gato está em cima do tapete.

As palavras **democracia** e **revolução** têm sua feição semântica configurada em muitos discursos, a partir dos quais lhe são atribuídos sentidos igualmente numerosos. Seria muito difícil identificar um objeto no mundo político a que pudéssemos ligar uma dessas palavras por uma relação de referência, como a entende Frege, mesmo que o enunciado seja devidamente contextualizado, faça parte, por exemplo, dos enunciados de um militante político pró- ação armada, num país determinado. Conseqüentemente seria muito difícil definir a referência como uma relação expressão-objeto do mundo real ou de um mundo possível, sem enfra

quecer o conceito com muitas restrições. Para resolver o impasse, teríamos talvez que nos decidir, por exemplo, pela não referência no caso de certas palavras, como faz Frege em relação ao nome "Ulisses", mas aí certamente estaríamos criando novos impasses. Por isso preferimos uma solução contrária à de criar restrições à referência; optamos pela universalidade do fenômeno, mas com a reconsideração da natureza de um de seus elementos: a relação expressão-objeto (ou evento) se efetivaria sempre, a natureza do que se entende pelo objeto é que seria outra, ocasionando mudanças também na natureza da própria relação.

Os objetos a que referem as expressões não estão **dados a priori** no mundo real ou em qualquer mundo possível. Eles se constituem discursivamente, como entidades de um contexto discursivo e só secundariamente podem ser (ou não) entidades de contextos situacionais de qualquer natureza. As expressões referem a objetos cuja existência se funda, então, em contextos discursivos específicos e que são definíveis a partir do sentido também específico que elas assumem em tais contextos. As palavras **gato** e **tapete** poderão ter uma referência no mundo físico e freqüentemente a têm, mas não necessariamente. Se usarmos a palavra gato num enunciado em que informamos alguém sobre um determinado animal, isso acontecerá. Mas certamente sua relação de referência se fechará exclusivamente dentro de um contexto discursivo se usarmos tal enunciado como um exemplo, como geralmente tem acontecido. Resumindo, optamos pelo ponto de vista de que a relação sentido-expressão não é unívoca, correspondendo sua pluralidade à pluralidade de tipos de contextos discursivos possíveis, e, em cada tipo de contexto, a expressão terá como referente primordialmente uma entidade discursiva, cuja nature-

za se definirá a partir do sentido mesmo da expressão no contexto. Secundariamente as palavras podem remeter a objetos não discursivos, físicos, psicológicos, por exemplo, mas sempre e só a preensíveis a partir do sentido que a expressão tem no contexto em que aparece. A palavra "gato" pode se referir tanto a um ladrão, quanto a um rapaz considerado sensual.

Como resultado do que já afirmamos sobre a referência das expressões, isto é, que a relação de referência se dá entre uma expressão e um objeto prioritariamente discursivo, temos que afirmar que, também pelo menos prioritariamente, não está em jogo o valor de verdade dos enunciados, mas seu **valor de coerência**. Com isso queremos dizer que, em nossa perspectiva, não se coloca uma relação entre os enunciados e um estado de coisas no mundo, embora em certas circunstâncias de enunciação isso também possa ser relevante, mas uma relação entre os enunciados e os contextos discursivos nos quais eles aparecem, sendo essa relação de coerência e não de verdade⁵.

A afirmação "A democracia só virá com a revolução" não pode ser avaliada quanto ao seu valor de verdade, não importa em que contexto apareça; mas podemos dizer dela que é coerente ou incoerente, dependendo do contexto discursivo em que estiver inserida e a partir do qual se fará sua avaliação. Se fosse enunciada num contexto discursivo em que se defendesse a simples mudança de governo como requisito para a implantação da democracia, num contexto relacionado, portanto, com o discurso definidor de democracia no sentido liberal clássico, essa afirmação seria incoerente, pois, por seu sentido, faria parte de um conjunto de idéias estranhas ao contexto discursivo em que aparece, e, assim, não teria relação com qualquer realidade possí-

vel constituída naquele contexto. A afirmação (ou promessa) do General Figueiredo "Bato e rebento, mas faço deste país uma democracia" não encerrava nenhuma verdade ou falsidade, mas era de uma coerência irrepreensível em relação ao contexto discursivo em que foi enunciada. A pergunta "Como será possível chegar ao socialismo com democracia?" será coerente em certos contextos discursivos de natureza política, mas não em outros.

A esta altura, podemos afirmar a vantagem de uma noção de referência, baseada no conceito de coerência, sobre uma noção de referência, baseada no conceito de verdade, para o estudo da enunciação. Nossa interpretação do conceito de referência permite incluir o enunciado na enunciação, sem os percalços de pelo menos três tipos de discriminação entre os enunciados, determinadas pelo conceito tradicional de referência.

Não precisamos considerar uma divisão do tipo discurso-história, que decorria da diferenciação dos enunciados em termos de referência, interpretada a partir da própria instância do discurso, e a partir de um mundo objetivo qualquer. Evitamos a discriminação decorrente da eleição dos enunciados afirmativos como objeto de estudo semântico, sendo os outros entendidos como derivações deles. Nosso conceito dispensa, ainda, a necessidade de argumentar em favor da pertinência do estudo de outros tipos de enunciados, além dos afirmativos, por critérios de classificação do tipo performativo-constativo. Em resumo, a questão da referência, abordada do ponto de vista de seu valor de coerência em relação ao contexto lingüístico, coloca-se igualmente para todos os tipos de enunciados.

Insistimos na afirmação de nosso ponto de vista, procurando explicitá-lo melhor, e para isso retomamos ainda Frege.

Afirmava ele em seu antológico exemplo que a "Estrela da Manhã" e a "Estrela da Tarde" eram expressões que tinham a mesma referência, **Vênus**, e sentidos diferentes, isto é, eram maneiras diversas de apreender aquele objeto. Ele aludiu também à possibilidade de que, mudando de contexto, uma mesma expressão mudasse de sentido, mas não desenvolveu essa hipótese que se enfraqueceu ou se anulou pela afirmação da universalidade do pensamento, e, conseqüentemente, da unanimidade dos sentidos. Mais enfraquecida ainda ficou a hipótese da multiplicidade de sentidos com a criação do conceito de **representação**, para onde o autor jogou toda possibilidade de variação como *idíossincrasia*, dando-lhe um caráter puramente psicológico. Nós afirmamos uma multiplicidade de sentidos para cada expressão, que corresponde à multiplicidade de discursos possíveis, não sendo o sentido apenas uma forma de apreender um objeto, mas também de forjá-lo. A frase "A democracia é o objetivo maior de nossa ação política", certamente estará criando objetos diversos dependendo do discurso a partir do qual falamos. Será a democracia a implantação do direito de todos à cidadania ou será a democracia um regime político que se contrapõe a outros regimes, o monarquista, por exemplo? Sendo assim, a relação de referência é um valor de coerência e não de verdade. A palavra democracia terá como referente uma determinada entidade (discursiva) apenas se o enunciado que integra tiver um valor positivo de coerência, isto é, se seu sentido sustentar uma relação constante entre o contexto discursivo no qual está inserida a expressão e o discurso ao qual tal contexto estiver ligado.

A referência dos enunciados é seu valor de coerência e é o valor positivo de coerência dos enunciados que mantém a unidade semântica dos contextos discursivos, embora não caiba

julgá-la com os valores absolutos positivo e negativo, no padrão do julgamento de verdade, como veremos mais tarde. O sentido dos enunciados é a idéia que eles expressam em virtude da inserção do contexto discursivo a que pertencem no universo semântico de um dado discurso. E é isto que lhes dá o valor de coerência (referência) no contexto discursivo. Assim, se um certo enunciado é dito num certo contexto discursivo definido pela relação a um discurso, de modo a apresentar um valor de coerência negativo, ou o enunciado não tem sentido na situação, ou rompeu o contexto discursivo pela mobilização de outro discurso.

Concluindo, nada temos a opor à afirmação de Frege de que o uso de expressões diferentes para designar um mesmo objeto implica em formas diversas de apreender esse objeto. Apenas é mais importante para nossos propósitos a possibilidade (decorrente da redefinição da natureza do objeto) de que a mesma expressão apreende objetos diversos, quando aparece em contextos discursivos de diferentes tipos. E não só isso: essa redefinição do objeto como uma entidade, antes de tudo, discursiva nos permite afirmar que o referente é, em maior ou menor grau, forjado no próprio contexto discursivo, pelo sentido através do qual é apreendido e apresentado.

No início desta seção, dissemos que buscaríamos, nos conceitos de sentido e referência da teoria clássica, recursos para a análise e classificação dos contextos discursivos. Esperamos que tenha ficado claro, pelo que desenvolvemos nesta seção e na anterior, que, segundo nosso ponto de vista, o sentido dos enunciados não se constitui a partir de um conjunto homogêneo de idéias, como pensava Frege, mas a partir de discursos de limitáveis por seu conteúdo ideológico-semântico. E que é pelo

relacionamento dos contextos discursivos com os discursos dos quais emanam suas significações que podemos classificá-los semanticamente. Nossa segunda afirmação é a de que a referência dos enunciados é seu valor de coerência em relação ao contexto discursivo, considerando-se o sentido que elas expressam.

Formuladas essas duas hipóteses, vemo-nos diante do problema de encontrar critérios para determinar, num contexto discursivo, os elementos pertinentes para estabelecer a relação semântica entre esse contexto e determinado discurso. Para isso, vamos utilizar conceitos relacionados com o de textualidade, tema já trabalhado com grande eficácia por Halliday e Hasan (1976) e outros autores. Tomaremos como apoio para nossa argumentação também um artigo relacionado com a questão da textualidade, da autoria de Eduardo Guimarães e Eni Orlandi (1986). Para a apresentação dos conceitos que continuaremos a desenvolver, nos apoiaremos, ainda, numa carta que será transcrita mais adiante.

Halliday e Hasan definem o texto como sendo uma unidade semântica e não uma unidade estrutural, querendo isso dizer que o texto não se caracteriza, como as sentenças, pela relação sintática de seus termos. Deixar bem clara a natureza semântica da textura é uma preocupação que leva os autores a uma exaustiva argumentação, na parte introdutória de seu trabalho, para caracterizar a unidade semântica do texto. Seu tema é a coesão, mas, para definir o caráter semântico da unidade do texto, lançam mão de um conceito mais abrangente que é o de coerência. De acordo com Halliday e Hasan, o texto é uma passagem de discurso coerente em duas perspectivas: primeiro, em relação a si mesmo, e isso significa **ser coesivo**; segundo, em relação ao contexto de situação, o que, para os autores, significa **ser con**

sistente em registro. Então, um texto, para ser "coerente", deve não só ser coesivo como ter também consistência de registro, isto é, ter continuidade de sentido em relação à situação. Insistindo sobre o conceito de registro, fazemos a citação que se segue: "*O registro é um conjunto de configurações semânticas típicas associadas com uma classe particular de contextos e define a substância do texto: qual é o seu sentido social, expressivo, comunicativo e assim por diante*" (Halliday & Hasan, 1976:23).

O conceito de **coesão**, relacionado com o modo pelo qual "o texto é construído como um edifício semântico" não nos ajuda na configuração da unidade semântica de um contexto discursivo, pelo fato de que esse conceito apresenta o texto como uma unidade semântica fechada em seus próprios limites (coerente consigo mesma), e o que buscamos é definir essa unidade, referindo o contexto ao conjunto dos discursos possíveis. Evidentemente não negamos a existência de uma coesão textual e é, sem dúvida, legítimo investigar seus recursos lingüísticos, como fazem Halliday e Hasan, mas não é esse nosso objetivo. Também a categoria de registro, relacionada com o contexto de situação, não nos dá recursos para resolver a questão da unidade semântica do contexto discursivo. Mas, associando o desenvolvimento dos conceitos de coesão e registro com os conceitos de sentido e referência na formulação que lhes demos, encontramos boas sugestões para a definição da unidade semântica do contexto discursivo, o que permitirá relacioná-lo com suas fontes de significação.

Para nossos propósitos de configuração da unidade semântica do contexto discursivo, associaremos o conceito de sentido não só com as sentenças, como fazia Frege, mas também

com essa unidade maior que tem sido chamada de texto. Diremos que o sentido do texto é o conteúdo ideológico-semântico que ele expressa. Também, em função dos nossos propósitos, associaremos o conceito de registro de Halliday e Hasan ao de referência, como a entendemos. Desse modo, diremos que uma relação positiva de coerência dos enunciados com o contexto discursivo é o que garante a continuidade semântica do texto. Tomamos, pois, o conceito de registro como uma relação de coerência das unidades lingüísticas do texto com o próprio contexto discursivo e não como uma relação de adequação formal dessas unidades a um padrão semântico correspondente a determinado contexto situacional.

Sintetizando os resultados que obtivemos a partir das redefinições e associações que fizemos há pouco, como recurso para estabelecer meios de classificar um contexto discursivo quanto a seu conteúdo ideológico-semântico, formulamos as duas hipóteses que seguem, fazendo uma substituição, que explicaremos logo abaixo, e que é a do termo **texto** pelo termo **co-texto**.

1) Um contexto discursivo, enquanto entidade empírica de análise, apresenta-se como uma unidade semântica; sua materialidade lingüística é um co-texto. O sentido do co-texto, seu conteúdo ideológico-semântico, pode ser expresso por um tópico, cuja formulação pode variar, desde que com ele se estabeleça a ligação adequada entre aquele contexto discursivo e o discurso do qual emanam suas significações. A esse tópico chamaremos de **tópico discursivo**.

2) O co-texto, enquanto unidade semântica, desenvolve-se pela continuidade de sentido de seus enunciados em relação ao contexto discursivo. A referência dos enunciados é, portanto, seu valor de coerência em relação ao próprio contexto dis

cursivo.

Esperamos que a formulação dos itens acima tenha sido clara, embora contenha aspectos a serem explicados. O primeiro deles é a substituição do termo **texto** por **co-texto**. Essa troca foi imposta pelo fato de que, para uma análise como a que pretendemos, não é suficiente contarmos apenas com a unidade semântica correspondente ao contexto discursivo. Precisamos, ainda, de uma unidade correspondente à totalidade da relação enunciativa, que pode conter mais de um contexto discursivo. Isso porque os interlocutores podem falar de contextos diversos, e, a partir do contexto perlocucional, conduzir a relação enunciativa de um contexto discursivo para outro. Julgamos, então, que era intuitivamente mais adequado reservar para essa unidade mais abrangente, que corresponde à totalidade da relação enunciativa, o termo **texto**, e para a unidade semântica correspondente a cada contexto discursivo o termo **co-texto**. Com a partícula que precede o vocábulo texto, queremos expressar a idéia de que se trata de um "texto" no sentido que lhe dão Halliday e Hasan, só que coexistindo com outros "textos", numa unidade maior que corresponde à relação enunciativa, à qual, como já dissemos, chamaremos de **texto**.

Vamos analisar a carta, transcrita a seguir, para precisar a funcionalidade dos conceitos que estamos construindo para a classificação dos contextos discursivos — seu relacionamento com os discursos aos quais remetem semanticamente. Em vista desse propósito restrito, não entraremos numa análise da relação enunciativa em seu todo, isto é, numa análise que vise à avaliação de sua qualidade dialógica. Por enquanto, estamos na busca de recursos para classificar os contextos discursivos e

avaliar as relações que ali se estabelecem, apenas, e ainda as sím de maneira precária, pois voltaremos a tratar de alguns conceitos ainda no decorrer deste capítulo.

Minha idolatrada noiva:

Acredita que não estou hoje contigo porque me foi impossível, inteiramente impossível, realizar a viagem domingo. Isto por aqui está em festa, mas, como podes imaginar, eu trocaria de boa vontade todas as festas do mundo pelo prazer de me encontrar junto de ti.

Tenho observado nestes últimos tempos um fenómeno estranho: as mulheres morreram. Creio que houve epidemia entre elas. Depois de dezembro foram desaparecendo, desaparecendo, e agora não há nenhuma. Vejo, é verdade, pessoas vestidas de saia pelas ruas, mas tenho a certeza de que não são mulheres. Esta observação vai como resposta à censura que me fazes de viver a "pensar meninices". Quero ver se ainda me vai acusar depois de uma declaração tão importante. Morreram todas. E aí está explicada a razão porque tenho tanto apego à única sobrevivente.

A angústia acabou-se depois de tua penúltima carta. Sinto-me quase tranquilo. E se a tranquilidade não é completa, devo isto à desgraçada lembrança que tiveram de prender-me exatamente na véspera do dia em que ia abraçar minha adorada noiva. Achas que uma pequena demora possa trazer-me a hostilidade de tua família? Julgo que não traz, especialmente sabendo que me defenderás e que "nada te fará retroceder".

O que me não agrada é confessares que te custou a resolução que tomaste. Santo Deus! Então declaras que procedeste friamente, pesando tudo, e que para manter a palavra dada não retrocedes? Não fales assim. Ou fala, meu amor, se quiseres. Não tens culpa. A culpa é minha, que sou um sujeito de sensibilidade exagerada: coisas ditas inocentemente às vezes magoam-me. Amo-te tanto ...

Felizmente, para afastar a impressão desagradável que recebi, há linhas deliciosas em tua carta. "Nada de desconfianças!" ordenas. E eu te acho encantadora assim. Estou a ver-te de rosto carregado, o dedinho erguido, a ameaçar-me. E recordo a manhã em que me vieste dizer: — "Quero que vá!" Aliás nesse dia a ordem foi dada em voz trêmula, tinhas as mãos frias, a fortaleza dos nervos traiu-te desastrosamente. Logo vi que eras autoritária, e isto me seduz, porque não gosto dos indivíduos servis.

Provavelmente segunda-feira não recebeste a carta que esperavas, e isto por uma razão muito simples: é que não escrevi nenhuma. Ainda achas criança uma descoberta que revela tanta sagacidade? Às vezes aparecem-me idéias assim luminosas.

Para que desejas saber o dia de minha viagem? Não vais sair de Maceió, não é verdade? Teinho, pois, a certeza de encontrar-te quando chegar aí. Deve ser logo.

Consideras-te rival da prefeitura, minha filha? Que lembrança! Há apenas entre mim e ela uma ligação precária, por três anos, mas se achas a ligação indecente, desmancho tudo e mando-a pentear macacos.

Adeus, minha noivinha amada. Estou a repetir-te as palavras. Até que enfim, pela primeira vez, foste humana, foste mulher. Decididamente as tuas últimas cartas, com exceção de duas linhas detestáveis, vieram do céu.

Adeus, minha santa.

Lembranças a todos, especialmente à Dindinha. Como vão os cabelos dela?

Teu Graciliano.

(Quarta-feira, 8.2.1928)

(Ramos, 1981:99)

Do ponto de vista geral, diremos apenas que a carta transcrita se desenvolve através de dois contextos discursivos, o do **eu** e o do **tu**, e que um dos contextos, o do remetente, é o dominante, sendo que essa dominação ocorre pela forma como ele trabalha, desde o contexto perlocucional, o contexto discursivo da destinatária. A partir do contexto dominante, constituem-se os lugares sociais do amante e da mulher amada. Nessa situação de predomínio de um dos contextos discursivos sobre o outro, há, na relação enunciativa, um desequilíbrio do poder da palavra, que determina a assimetria dos lugares sociais noivo-noiva.

Relativamente às unidades semânticas que estabelecemos, essa carta constitui um texto, já que definimos esse termo como correspondendo a uma relação enunciativa (se tivéssemos a resposta, a incluiríamos no texto, mas ignoramos sua existência). Nesse texto, temos dois co-textos, relativos aos dois contextos discursivos, constituídos pelos dois interlocutores, como duas unidades semânticas (não contínuas).

Segundo nossa proposta, a unidade semântica correspondente ao contexto discursivo, o co-texto, se configura como tal pelo fato de ter um sentido, que é seu conteúdo ideológico-semântico, relacionado com um discurso determinado. E é a partir da formulação do tópico discursivo, que expressa esse sentido, que podemos estabelecer a relação entre os dois planos de significação, o do discurso e o do contexto discursivo, e assim classificar este último. Nesta tentativa de pôr em funcionamento nossos conceitos, trabalharemos com um contexto discursivo a

penas, o do remetente.

Para o co-texto que expressa a unidade semântica do contexto discursivo em estudo, formulamos o seguinte tópico, através do qual expressamos seu sentido, querendo dizer, com isso, que o filiaremos semanticamente a determinado discurso: "O amor é arrebatado, exclusivista, não suporta recusas e a mulher amada é única e perfeita".

Com a formulação desse tópico, ligamos o contexto discursivo ao que podemos chamar de um discurso amoroso masculino, muito em voga em nossa cultura, embora um tanto ultrapassado em nossos dias. Podemos captar esse discurso sustentando grande parte da poesia romântica e até parnasiana. Num contexto discursivo ligado a tal discurso é de se esperar que aconteça, como efetivamente aconteceu, uma relação lingüística de dominação. A figura (lugar social) da mulher amada é constituída a partir de um contexto discursivo que não é o seu, como um estereótipo feminino. Quem se relaciona com ela em tal contexto, relaciona-se com esse estereótipo, pois a mulher, enquanto tal, perde o poder da palavra e de constituir-se como lugar social, transformando-se em criatura de um contexto discursivo alheio. Sua palavra é trabalhada no sentido de não penetrar nesse contexto ou nele não ter voz. O melhor mesmo seria que não falasse, para não pôr em risco a relação lingüística amorosa, que se baseia no predomínio do contexto que sustenta o estereótipo.

Formulado o tópico discursivo, localizada, portanto, a origem semântica do contexto discursivo, podemos defini-lo como um co-texto, uma unidade semântica, cujos enunciados devem manter, por sua referência, um valor positivo de coerência com o contexto discursivo. Voltaremos a tratar dos enunciados que

integram um co-texto. Por enquanto, apresentaremos a título de exemplificação, alguns enunciados, procurando tornar evidente seu valor positivo de coerência.

(1) Eu trocaria de boa vontade todas as festas do mundo pelo prazer de me encontrar junto de ti.

(2) Tenho observado nestes últimos tempos um fenômeno estranho: as mulheres morreram.

(3) Estou a ver-te o rosto carregado, o dedinho erigido a ameaçar-me.

(4) Logo vi que eras autoritária e isso me agrada, porque não gosto dos indivíduos servis.

(5) Até que enfim foste mulher, foste humana.

(6) Adeus minha santa.

Esses enunciados, como veremos a seguir, ligam-se, pelas idéias que expressam, e de maneira mais ou menos evidente, ao tópico discursivo que expressa o conteúdo semântico do co-texto. E todos, em maior ou menor grau, têm uma referência positiva quanto ao seu valor de coerência com o contexto discursivo, garantindo, assim, a continuidade semântica do co-texto.

No que diz respeito a sua referência, esses tópicos, uns mais que os outros, não poderiam ser avaliados quanto a seu valor de verdade, pois não remetem a uma realidade objetiva em qualquer sentido. "Todas as mulheres morreram" (enunciado 2), por exemplo, não é uma afirmação que, feita no contexto discursivo em que é enunciada, remeta a qualquer realidade objetiva ou a qualquer mundo possível, mas remete a uma realidade discursiva,

no sentido de que pode ser avaliada por seu valor de coerência em relação ao contexto em que aparece, graças à relação que guarda com o universo semântico a partir do qual se desenvolve o contexto. Vejamos como é assim que acontece.

Os enunciados (1) e (2) expressam a idéia da mulher amada como ser único e, portanto, objeto exclusivo de interesse e alegria. O enunciado (5) expressa a idéia de que esse ser único, que é a mulher amada, não tem um caráter próprio, mais ou menos arbitrário como qualquer mulher. Em seu comportamento em relação ao amante, ela deve enquadrar-se em determinado modelo, ser enfim aquilo que ele entende como ser mulher e ser humana : ser santa como ele mesmo a caracteriza no enunciado (6). O enunciado (4), a primeira vista, parece incoerente, pois contém a idéia de autoritarismo, que não costuma ser uma qualidade que possa integrar-se no elenco de virtudes que constituem a imagem da mulher amada. Entretanto se relacionarmos esse enunciado com o enunciado anterior, o de número (3), em que a forma de autoritarismo se define por um "dedinho erguido", vemos que tal autoritarismo se caracteriza mais por uma graciosa rebeldia infantil, compatível com a imagem da mulher amada, que por uma autoafirmação adulta que ameaçaria o estereótipo criado, pelo qual Graciliano representa, nessa carta, aquela mulher.

Esperamos que essa demonstração, ainda que incipiente, de como podem funcionar os conceitos de texto, co-texto, tópico discursivo e valor de coerência dos enunciados, tenha tornado mais concreta nossa proposta de classificação semântica dos contextos discursivos e de avaliação das relações **eu-tu/ele** nesse nível. Contudo, pensamos que é necessários insistir ainda na definição desses conceitos. Em vista disso, encerraremos esta

seção ratificando seus aspectos fundamentais e reforçando , com explicações ainda necessárias, os conceitos formulados.

Eduardo Guimarães e Eni Orlandi, no artigo "Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito" (1986), também propõem dois tipos de unidades semânticas, embora a natureza de seu objeto de análise, bem como suas finalidades sejam diferentes dos nossos. Acreditamos, entretanto, que a proposta de uma unidade semântica, o texto, na qual se dispersam e contrapõem outras unidades, pode apoiar nossa própria argumentação, em prol também de duas unidades semânticas, o **texto** e o **co-texto**.

Nesse artigo, os autores consideram que, em um mesmo texto, podemos encontrar enunciados que derivam de várias formações discursivas, que correspondem a diversas posições ideológicas do sujeito, apesar de que há na gênese de todo discurso um "projeto totalizante" do próprio sujeito, que o transforma em autor. É no papel de autor que o sujeito constrói sua unidade e a unidade do texto. Isso posto, Guimarães e Orlandi realizam uma análise pela qual procuram mostrar a evidência da dispersão e da unidade como movimentos constituidores da textualidade. Para isso utilizam figuras da semântica da enunciação: identificam um locutor que é aquele que se representa como **eu** no discurso; um enunciador que é a perspectiva que o **eu** assume; e o autor que é a função que esse **eu** assume enquanto produtor da linguagem. É pelo jogo dessas três figuras da enunciação que o texto se dispersa em discursos de origem significativa e ideológica diversas e que, ao mesmo tempo, encontra sua unidade pela ligação com uma formulação ideológica dominante.

O que resumimos é utilizado para a análise de um artigo de revista, de conteúdo político, análise realizada na

perspectiva da análise do discurso e com recursos da semântica da enunciação num enfoque polifônico⁷. Os autores mostram, por essa análise, como, apesar de um texto ser semanticamente composto a partir de várias formações discursivas, conserva sua unidade, graças à formulação de uma ideologia dominante, totalizadora, por parte da figura do autor que o **eu** assume.

Como já dissemos, citamos esse trabalho, porque a proposta da existência de uma unidade, que se representa como sobreposta à dispersão de outras unidades, constitui um apoio para nossa própria proposta da existência de duas unidades semânticas, o **co-texto** e o **texto**, cuja natureza evidentemente definimos de acordo com nosso objeto de estudo, que é a relação enunciativa do ponto de vista de sua qualidade dialógica. Nessa perspectiva, não vamos abordar a unidade do texto como constituída por uma formação discursiva dominante, que seria a do autor, visto que essa figura não está incluída em nosso esquema da enunciação. Entendemos a unidade semântica de uma relação enunciativa, que se apresenta como um **texto**, como constituída pela rede de estratégias semânticas que, desde o contexto perlocucional, os interlocutores realizam, seja para permanecerem no contexto ou contextos instaurados, seja para deslocarem-se de um contexto para outro.

Para retomar a linha de nosso raciocínio, vamos rememorar a concepção das duas unidades semânticas que consideramos necessárias para a criação de recursos de análise. Primeiramente, tomamos o conceito de texto de Halliday e Hasan, para representar a unidade semântica do contexto discursivo e a partir dela formular um tópico que expressasse seu sentido. Foi assim que propusemos os conceitos de **co-texto** e **tópico discursivo**, e,

com eles, podemos configurar a unidade semântica de um contexto discursivo e relacioná-lo com o discurso do qual emanam seus significados. A partir do pressuposto da existência de um co-texto que representa a unidade semântica do contexto discursivo, podemos, ainda, afirmar que os enunciados que integram um co-texto apresentam um valor positivo de coerência com o contexto discursivo, e apresentar sua referência, assim entendida, como evidência da continuidade de sentido do co-texto.

Logo a seguir, propusemos outra unidade semântica mais abrangente que a do co-texto e que corresponderia à totalidade da relação enunciativa, na medida em que fosse possível de terminá-la. Passamos a chamar essa unidade mais abrangente que a anterior, e constituída de maneira diversa, de **texto**. Pareceu-nos adequada essa solução terminológica, porque a unidade mais ampla que propusemos está mais próxima daquilo que, intuitivamente, ou por tradição, já chamamos de texto. A transcrição de um diálogo, no sentido comum do termo, por exemplo, corresponde ao que normalmente entendemos como um texto.

Isso posto, pensamos que é necessário recolocar, agora com mais objetividade, o que entendemos por **unidade semântica**. Em relação ao co-texto, quando falamos de unidade semântica, referimo-nos a uma unidade de sentido pela qual se configura a relação ideológico-semântica de um contexto discursivo, com determinado discurso, sendo que é pelo tópico discursivo que se pode estabelecer essa relação. Não tomaremos, em qualquer momento, essa unidade semântica como referindo-se a aspectos relativos ao conteúdo temático, nem a uma unanimidade de ponto de vista ou de idéias. Em nossa perspectiva, o co-texto é uma unidade significativa que configura os limites semânticos de um contex-

to discursivo de caráter político, científico, religioso, literário, etc., cuja continuidade de sentido é mantida pelo valor positivo de coerência dos enunciados.

Em relação ao texto, quando falamos de unidade semântica, (tal como Guimarães e Orlandi) não nos referimos a um conteúdo temático. Também não nos referimos a um conteúdo ideológico, unificador das "dispersões" contextuais. Do nosso ponto de vista, o do diálogo, a unidade semântica de uma relação enunciativa se configura pela rede de estratégias que se realizam no contexto perlocucional, e pela qual se dinamizam, no interior da enunciação, as relações **eu-tu/ele**. É pela explicitação desse trabalho que podemos demonstrar a unidade semântica do texto. A isso, entretanto, só nos dedicaremos na próxima seção, quando tratarmos da análise do ponto de vista da ação linguística.

Feitos os últimos esclarecimentos sobre as noções de texto e co-texto, que julgamos adequadas a uma classificação dos contextos discursivos, é preciso tratar da formulação do **tópico discursivo**, que é o recurso que criamos, para, numa análise, associar semanticamente um contexto ao discurso ao qual, pelos seus significados, ele se filia. Neste ponto dois aspectos devem ser levados em conta.

O primeiro é que não podemos exigir que a formulação de um tópico discursivo seja uma possibilidade única. Para o contexto que tomamos como exemplo (página 165), formulamos o seguinte tópico: "O amor é arrebatado, exclusivista, não suporta recusas e a mulher amada é única e perfeita". Se outra pessoa estivesse estudando, na mesma perspectiva, o mesmo contexto, certamente formularia diferentemente esse tópico. Todavia, o importante, se nossas hipóteses são corretas, é que o tópico diferen

temente formulado também permitisse estabelecer a ligação necessária contexto discursivo-discurso. O segundo aspecto a levar em consideração é que os limites entre os territórios semânticos que coexistem numa sociedade nem sempre são nítidos e que, por isso, a classificação a que nos referimos poderá, com muita frequência, ser polêmica. Ainda em relação ao exemplo referido, pela formulação do tópico discursivo, dissemos que o contexto discursivo se filiava a um "discurso amoroso masculino". Numa perspectiva mais sociológica, não poderíamos dizer que se tratava de um "discurso amoroso da classe média culta do início do século"? "Em que medida a primeira classificação inclui esta?" são perguntas que poderíamos fazer.

Assim sendo, a classificação dos contextos discursivos em relação a suas origens semânticas frequentemente é polêmica, e nem é possível almejar algo diferente, considerando-se o estágio atual das pesquisas na área e a natureza de seu objeto, pois, *"a operacionalização de conceitos na análise de discurso não poderá ter a rigidez de outros domínios na linguística, isto é, dadas as propriedades de seu objeto — em que entram em consideração fatores como o contexto, as condições de produção, etc. — deverá haver uma maior flexibilidade na forma como se opera com os conceitos"* (Orlandi, 1983:166).

Vemos a possibilidade de formulação de um tópico discursivo como ligada a uma competência de natureza discursiva. A partir do que já temos falado sobre o equilíbrio das relações enunciativas, podemos ter, como um princípio deste trabalho, que não é em todos os territórios semânticos que os falantes podem atuar, e pensamos que essas restrições que os interlocutores sofrem atingiriam também aqueles que assumem o papel de analistas

de um contexto discursivo, na perspectiva de análise que propomos. A maioria dos professores de linguagem, por exemplo, não transitaria facilmente pelas diversas áreas em que epistemologicamente se distribuem os estudos da linguagem, o que os impossibilitaria a uma análise, se o enfoque de classificação de um contexto fosse esse.

À capacidade (relativa) de movimentar-se lingüística-mente num contexto discursivo ou de classificá-lo em relação às formações discursivas, num trabalho de análise, chamamos, pois, de competência discursiva. Que fique claro, entretanto, que aquilo que estamos chamando de competência discursiva tem natureza diversa daquilo que os gerativistas chamam de competência lingüística. A competência de produzir e identificar as sentenças possíveis numa língua é uma capacidade inata (segundo os criadores do conceito) de realizar operações abstratas, que constitui a gramática, que é de domínio universal, isto é, compartilhada por todos os falantes de uma língua. A competência a que estamos nos referindo, e à qual estaria ligada a capacidade de formular um tópico discursivo, é uma aptidão adquirida a partir de vivências ideológico-discursivas num contexto sócio-cultural. Essa competência⁸ é de caráter particular, mas só na medida em que o indivíduo se insere numa formação social, com todo o poder e restrições culturais que caracterizam qualquer formação social. *"Não se pode distinguir entre condições de produção e condições de recepção de um discurso"* (Orlandi, 1983:167). Há, pois, não só condições específicas de produção de um texto em sentido amplo, como condições de produção de sua leitura e análise.

Nas últimas páginas, tratamos da formulação do tópi-

co discursivo, que expressa a unidade semântica de um co-texto. Anteriormente, aludimos aos enunciados que integram esse co-texto e afirmamos que eles garantiam sua continuidade semântica, por uma relação positiva de coerência com o contexto discursivo em que eram enunciados.

Assim, em nossa perspectiva de investigação, a referência dos enunciados é seu valor de coerência em relação ao contexto discursivo. Isso não quer dizer, entretanto, que delimitaremos um co-texto pelo levantamento e avaliação da coerência de todos seus enunciados, pois, se agíssemos assim, teríamos algumas conseqüências conflitantes com nosso projeto.

Em primeiro lugar, estaríamos utilizando um procedimento de segmentação e distribuição, de caráter estrutural, que não se coaduna com nossa orientação. Em segundo lugar, estaríamos adotando o princípio de que todos os enunciados que compõem um contexto discursivo têm o mesmo valor de coerência, isto é, que todos são igualmente importantes para a unidade semântica do co-texto e para a análise das relações *eu-tu/ele*, num evento de enunciação. O enunciado da carta que transcrevemos há pouco "Eu trocaria de boa vontade todas as festas do mundo pelo prazer de me encontrar junto a ti", pela idéia que expressa, tem um valor alto de coerência em relação ao contexto em que foi emitido. O mesmo não parece acontecer em relação ao enunciado "Logo vi que era autoritária e isso me agrada, porque não gosto dos indivíduos servis". Este não parece estar de acordo com a idéia de mulher amada, sustentada pelos fundamentos ideológicos do contexto discursivo e, por isso, sua coerência com ele não é evidente.

Então, pode haver (e geralmente há), num contexto, enunciados cujo valor de coerência está negativamente afetado por um ou outro efeito semântico. E defendemos o ponto de vista de que são esses enunciados que interessam para a análise, do ponto de vista da ação lingüística. São eles que indicam que se realiza, a partir do contexto perlocucional, um trabalho semântico, visando a ratificar ou alterar as relações **eu-tu/ele**, estabelecidas no nível discursivo.

A esses enunciados, chamaremos de **tópicos textuais**, porque eles são os elementos que constituem a rede de estratégias pela qual se ratificam ou alteram as relações semânticas estabelecidas no nível discursivo, e é essa rede de estratégias que constitui a unidade de uma relação enunciativa, que chamamos de **texto**.

Dito de outra forma, o **texto** expressa a unidade semântica da totalidade de uma relação enunciativa. Tal unidade se constitui a partir do nível da ação lingüística, pois corresponde à rede de estratégias semânticas que constitui o contexto perlocucional. E é pela análise dos tópicos textuais que podemos reconstituir essa rede de estratégias.

Dessa forma, em nossa perspectiva de análise de um contexto discursivo, não se coloca a avaliação de referência dos enunciados em termos absolutos, como na avaliação de verdade, embora os valores absolutos se mantenham como pontos de referência. Há, na avaliação de coerência, o positivo e o negativo, mas entre esses dois pólos, um amplo espectro de variação. Num contexto discursivo em que todos os enunciados tivessem um valor positivo absoluto de coerência, teríamos os interlocutores serenamente instalados, sem qualquer conflito, ou tentativa de dese

quilíbrio das relações já estabelecidas. Em certos tipos de enunciação, isso pode acontecer, porém é muito comum que não seja assim. O mais comum é que o contexto seja dilacerado por enunciados com certo nível de incoerência, que expressam a tentativa de deslizamento desse contexto de suas fontes semânticas, com o objetivo de alterações e reequilíbrio das relações **eu-tu**. Já a constatação de um enunciado com valor negativo absoluto de coerência indicaria que nos enganamos na análise, que o contexto já é outro.

De acordo com nossa definição de **tópico textual**, eles são elementos que se trabalham no momento da análise do contexto perlocucional. Através deles podemos captar o trabalho semântico que se realiza sobre os significados constituídos no nível discursivo, com a finalidade de mobilizar relações interpessoais já estabelecidas. Por outro lado, é esse trabalho que faz com que a configuração semântica de uma relação enunciativa seja única. É ele que impede a cristalização dos significados a nível discursivo e a predeterminação do caráter intersubjetivo ou não das relações interpessoais.

A seguir, nos dedicaremos a encontrar recursos para demonstrar como se realiza o trabalho semântico do nível da ação lingüística sobre o nível discursivo, através de enunciados com "perturbações" de coerência, os **tópicos textuais**.

3.3 — O contexto perlocucional e o trabalho semântico

Com o que desenvolveremos nesta seção, esperamos completar nossa proposta de análise de uma relação enunciativa, com vistas a determinar sua qualidade dialógica. Nosso propósito é explicitar o funcionamento do esquema da enunciação em sua totalidade. Para isso, teremos que, na medida de nossas possibilidades, forjar ou adotar conceitos que nos instrumentalizem para demonstrar empiricamente nossa hipótese de que a qualidade dialógica da enunciação não se decide só pelo que se passa no nível discursivo em termos da relação **eu-tu/ele**. Precisamos demonstrar que a decisão final dessa qualidade se dá no nível da ação lingüística, pelas relações entre o **eu** e o **tu**, nele estabelecidas, e que têm a ver com suas relações de posse da palavra e com o trabalho semântico que realizam sobre o contexto discursivo.

Essa tarefa só terá sucesso, entretanto, se, como esperamos que tenha acontecido, conseguimos reunir, na seção anterior, evidências suficientes de que os significados se constituem no nível discursivo, a partir de fontes de significação, que chamamos de discursos, e que a partir dessa origem semântica o **eu** e o **tu** se constituem como lugares sociais, estabelecendo, nessa condição, determinado equilíbrio (ou não) de poder da palavra. Precisamos, a partir disso, demonstrar agora que, a partir do nível da ação lingüística, os significados, estabelecidos no nível anterior, são trabalhados com a intenção de produzir o **efeito** de ratificar ou alterar as relações ali estabelecidas.

Nossa hipótese é que, no nível da ação lingüística,

os interlocutores trabalham semanticamente com a intenção de manter ou deslocar os contextos discursivos em relação a suas fontes de significação, mantendo ou alterando, conseqüentemente, o nivelamento ou a hierarquização das relações interpessoais . Neste nível, se dão ordens, se fazem promessas, se implora ou impõe, se fazem ironias, se usam comparações, metáforas, todos os recursos estilísticos e retóricos, e, através dessa ação lingüística, se constroem, num contexto que chamamos de perlocucional, estratégias desde as mais evidentes até as mais sutis para lidar com a capacidade de resistência, protesto ou ataque do interlocutor, ou até para trazê-lo a um mesmo plano de convivência lingüística. É, pois, numa relação dialética entre os níveis da ação lingüística e discursivo que se evidenciam os resultados da relação enunciativa em termos de diálogo. Isso é uma conseqüência natural do que vimos afirmando. Todavia a forma como caracterizamos os atos que mobilizam os contextos discursivos em relação a suas fontes semânticas nos impõe uma conseqüência à qual ainda não nos referimos. É a de que nos apoiamos, para o estudo do segundo nível da enunciação, em conceitos que pertencem à teoria dos atos de fala, como o de ação perlocucional, intenção, efeito, etc. mas tomamos esses conceitos com um significado e uma abrangência que não correspondem aos limites conceituais que lhe são dados naquela teoria.

Isso posto, a tarefa fundamental com que nos deparamos neste momento é a de encontrar recursos para caracterizar o modo como os interlocutores atuam a partir do contexto perlocucional sobre o contexto discursivo, para apresentar alguma evidência empírica dessa atuação. Já afirmamos que se trata de um trabalho semântico, realizado com a intenção de produzir o efei

to de ratificar ou alterar relações estabelecidas no contexto discursivo. Em vista disso, tomamos como conceito básico neste momento o de trabalho semântico, ao qual outros conceitos deverão estar associados. Vamos começar, pois, pela explicitação do que entendemos por trabalho semântico, tomando como base uma de finição de trabalho, formulada numa área que não é a nossa, mas onde o conceito tem sido desenvolvido.

Marx, ao definir o processo de trabalho, afirma que a atividade que o homem realiza se distingue de qualquer atividade animal pelo fato de que *"no fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural. Realiza ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem que subordinar sua vontade"* (Marx, 1983:150).

Não podemos tomar diretamente essa definição para explicar o que entendemos por trabalho semântico, pois nosso tema é diverso do de Marx e, principalmente, porque o objeto sobre o qual incide o trabalho semântico de que estamos tratando é al go diferente: não se trata de "matéria natural", mas de algo — um contexto lingüístico — constituído pelo homem, no caso, os participantes de uma relação enunciativa. Todavia, como já foi afirmado acima, podemos tomar essa definição como base, empregando metaforicamente o termo trabalho para caracterizar o conjunto de ações que se realizam a partir do contexto perlocucional sobre o contexto discursivo. Primeiro, porque esse trabalho é interacional, e por isso tem também caráter histórico e social. Segundo, pelo elemento **finalidade**, que está presente na

definição de Marx, e tem seu correspondente, a **intenção**, no estudo do significado em teorias relacionadas com a ação lingüística.

Desse modo, empregamos a expressão **trabalho semântico**, para caracterizar a atividade mobilizadora de um contexto significativo pré-existente, em função das intenções que mobilizam a relação lingüística em termos de relações interpessoais. Note-se, contudo, que, com o termo "pré-existente", não pretendemos configurar precedência cronológica, mas níveis diversos de historicidade na constituição dos significados, a cada relação enunciativa. Precedência cronológica, se existe, é em relação ao desenvolvimento da análise.

Tendo em vista que nossa finalidade daqui em diante é demonstrar como se relacionam os dois níveis da enunciação, como um atua semanticamente sobre o outro, e como, a partir daí, se criam as possibilidades finais de uma avaliação da relação enunciativa em termos de sua qualidade dialógica, adotaremos daqui para frente os seguintes procedimentos:

1) Como estaremos estudando as relações entre dois níveis de enunciação, teremos que explicitar os elementos que consideramos pertinentes para estabelecer tais relações. Faremos, então, um levantamento das unidades semânticas com as quais trabalharemos e que já foram apresentadas no estudo do nível discursivo.

2) Como no final de um processo de trabalho, "obtem-se um resultado que já no início existiu na imaginação do trabalhador", vamos, por analogia, investigar as relações intenção significado, para ver a possibilidade de interpretar a realiza

ção de efeitos (que está na base dessa relação) como sendo de natureza perlocucional, realizando-se, então, além dos limites de um enunciado em sentido estrito, mas, segundo nosso ponto de vista, não além das relações lingüísticas.

3) Como no nível discursivo todas as unidades de análise foram definidas como de natureza semântica e como queremos encarar o efeito perlocucional como realizando-se além das fronteiras do enunciado, vamos investigar também os limites dentro dos quais se pode considerar o significado do ponto de vista de teorias que tratam da ação e comunicação lingüística. A natureza do efeito e os limites da unidade na qual se realiza é uma associação básica nesses estudos.

4) Vistos esses aspectos, a partir dos quais pretendemos nos instrumentalizar para uma análise, vamos demonstrar sua viabilidade através de uma tentativa de avaliação da qualidade dialógica de uma relação enunciativa, constituída por duas cartas.

Como resultado de nossa investigação sobre o nível discursivo, dispomos de três unidades semânticas: **o enunciado**, **o co-texto** e **o texto**, que, do ponto de vista empírico, correspondem respectivamente (1) aos limites do que se entende por um enunciado em sentido estrito, um ato ilocucional na perspectiva de teorias da ação lingüística; (2) aos limites de um contexto discursivo na perspectiva do esquema da enunciação apresentado no capítulo anterior e (3) à totalidade de uma relação enunciativa.

Como apoio para o que desenvolveremos daqui para diante, usaremos as duas cartas transcritas a seguir. Delas toma-

remos todos os elementos lingüísticos de que necessitamos para comprovar nossa proposta nesta etapa do trabalho. Neste capítulo, tomaremos das cartas alguns exemplos e, no próximo, procuraremos demonstrar, a partir delas, nossa hipótese inteira.

Brasília, 10 de outubro de 1968.

Meu caro Presidente:

Para melhor fixar o meu pensamento e expressar de maneira precisa a minha opinião sobre a iniciativa do Governo, pretendendo promover a responsabilidade de dois deputados, resolvi escrever-lhe esta carta.

Sendo advogado, creio meu dever iniciar a análise dessa medida sob o aspecto jurídico, para, afinal, abordar as suas conseqüências políticas.

O deputado é, nos termos do artigo 34 da Constituição, inviolável no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos. A inviolabilidade exclui o caráter delituoso da ação, desde que praticada na tribuna, pareceres e votos. Em face do texto claro da Constituição e do indiscutível conceito de inviolabilidade, não pode, portanto, o deputado ser responsabilizado, por discursos proferidos da tribuna da Câmara, votos e pareceres.

Na outra hipótese, artigos de jornais, não se beneficia seu autor da inviolabilidade, mas este fica resguardado pela imunidade. O processo depende de licença da Câmara.

A tradição, o espírito de classe e a natureza secreta do voto nos levam à convicção da negação da licença. Criada essa situação, dela decorreria uma crise institucional, pondo em antagonismo a Câmara e as Forças Armadas do País.

Será que essa situação favorecerá o seu Governo, que, constantemente, se tem manifestado pela manutenção do regime?

Não creia o meu querido amigo — não me dirijo ao Presidente — que o processo de lavar as mãos, como Pilatos, possa resolver a difícil situação que ulcera a vida do País.

Sabe o prezado amigo o desejo que me anima de servir-lhe e, principalmente, à Nação.

Não significa esta atitude nenhuma substancial divergência, mas advertência fraterna que a amizade sincera que nos liga autoriza.

Com a afeição de sempre, subscrevo-me, o amigo certo,

(a) Daniel Krieger.

Palácio das Laranjeiras

Rio de Janeiro - GB

Meu Prezado Senador a Amigo:

Recebendo sua carta, o seu teor não me causou surpresa, porque já conhecia a sua opinião. Li-a com a máxima atenção, como faço sempre com tudo quanto parte do Líder do Governo no Senado e Presidente do nosso Partido.

Respondendo-a, faço, inicialmente, ligeiro reparo: o processo que mandei iniciar com fundamento no artigo 151 da Constituição de 1967, visa apenas a um deputado.

Observado, assim, este pormenor, saliento desde logo que, após a análise de suas observações, não vi motivos para mudar a orientação por mim adotada e que foi fruto de longa reflexão.

Não sou advogado, como o prezado amigo, mas me sinto em condições de comparar os textos da nova Constituição. E vi, desde logo, que seu ponto de vista se apóia, exclusivamente, no que dispõe o artigo 34, pelo qual os deputados e senadores são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos. E não obstante o seu critério de dar a essa situação um caráter absoluto, a verdade é que, na própria Câmara, entre muitos dos que hoje nos combatem — nem sempre com lealdade — essa teoria encontrou opositores. Azares das circunstâncias ou caprichos do destino!

Confiando o estudo do problema, por parte do Poder Executivo, a quem competia fazê-lo, aceitei a proposta do meu Ministro da Justiça. E le também advogado, invocando o texto do artigo 151 e seu parágrafo único da Constituição, concluiu pela responsabilidade do parlamentar que, abusando do exercício de certos direitos indivi

duais e dos direitos políticos, "atenta contra a ordem democrática". É a defesa do Estado, da liberdade, do regime e que não pode encontrar exceções privilegiadas. Se assim o fosse estaríamos consentindo num delito maior do que o perpetrado pelo eventual infrator.

Agi com ponderação e cautela, mas decididamente, ao colher a Representação de meus Ministros das Pastas Militares, fundamentada pelo meu Ministro da Justiça e, posteriormente, adotada pelo Procurador-Geral da República, cuja Representação se baseou, exclusivamente, nas razões do Poder Executivo. É o que autoriza e impõe a Constituição.

Assim, sob o aspecto jurídico, tenho a certeza de que minha deliberação foi acertada e caberá aos demais Poderes da União — o Legislativo no exame do pedido de licença e o Judiciário na apreciação da denúncia — cumprirem com o seu dever constitucional.

Quanto às conseqüências políticas desse ato, que não põe em choque as relações existentes entre o Executivo e o Legislativo e nem pode criar embaraços à Arena, acredito que a solução eleita foi a melhor, porque não poderia faltar ao dever de Chefe do Governo na preservação do regime. Examinei o problema sob todos os ângulos, inclusive sobre possível crise institucional, e escolhi o caminho que considere certo. Não vou, portanto, adotar o processo de "lavar as mãos como Pilatos", o que jamais fiz em minha longa vida de soldado e homem público, sem pre assumindo a responsabilidade dos atos que pratiquei ou determinei, para bem servir à Nação.

Infelizmente, meu prezado e velho amigo, no caso em exame nos encontramos em situações distintas; contudo, tais atitudes sinceras são naturais entre homens que se prezam e têm um interesse comum: servir ao Brasil. É mesmo uma expressão do sistema político sob o qual me elegi e procuro manter. E para isto não tenho poupado esforços e sacrifícios como bem o sabe. Estou, mais uma vez, atendendo a meu dever de Chefe da Nação e Comandante Supremo das Forças Armadas — de onde com orgulho venho — e responsável, também, pela tranquilidade geral, defesa das instituições e respeito à lei e à ordem.

Com estas rápidas palavras, acima de tudo profundamente leais, espero haver respondido às suas preocupações, reafirmando o apreço e constante admiração do amigo certo.

(a) A. Costa e Silva.

(Krieger, 1976:330-33)

Essas duas cartas constituem um **texto**, na medida em que este configura a unidade semântica correspondente à totalidade de uma relação enunciativa. Definimos essa unidade semântica como correspondendo à trama de estratégias empregadas pelos interlocutores, a partir do nível da ação lingüística, para manter os contextos discursivos ligados às suas fontes de constituição dos significados, ou para mobilizá-los em relação a elas. A unidade do texto corresponde, enfim, ao imbricamento de estratégias que constituem o trabalho semântico realizado pelos interlocutores, com a intenção de alterar ou ratificar as relações **eu-tu**, estabelecidas como relação entre lugares sociais, constituídos em contextos discursivos, filiados semanticamente a discursos identificáveis.

Os elementos dessa trama de estratégias semânticas, que correspondem à totalidade do que chamamos de contexto perlocucional, não podem ser especificados "a priori". A cada caso devem ser identificados os tópicos textuais a partir dos quais se realiza o trabalho semântico a que nos temos referido. A uni

dade do texto, como a estamos considerando, não se constitui por remissão a algo pré-existente, como ocorre com a unidade que corresponde ao contexto discursivo. O contexto perlocucional deve ser avaliado a partir da totalidade de cada relação enunciativa. A constituição dos significados no nível discursivo tem a generalidade e constância do discurso ao qual remete o contexto discursivo. O trabalho semântico que se realiza a partir do nível da ação lingüística tem a singularidade de cada relação enunciativa.

Para termos uma idéia de como se constitui essa unidade semântica, que está acima da delimitação dos co-textos, apresentaremos um exemplo das relações que aí se criam. Entretanto, uma demonstração empírica mais efetiva de nossa proposta, só será feita no próximo capítulo, quando ensaiaremos uma análise global da relação enunciativa constituída pelas duas cartas transcritas nas páginas anteriores.

As duas afirmações que seguem, cada uma retirada de uma das cartas, são duas ações perlocucionais, realizadas com intenções diversas, mas ambas visando a causar efeitos sobre relações semânticas estabelecidas. E uma não realizaria seu efeito, se não estivesse em relação com a outra, embora cada uma pertença a um contexto discursivo diferente. Daí porque caracterizamos a unidade do texto como uma rede de estratégias semânticas.

1) Não creia o meu querido amigo — não me dirijo ao presidente ... (Daniel Krieger)

2) Li sua carta como faço sempre com tudo quanto parte do líder do Governo no Senado e Presidente do nosso Partido

(Costa e Silva).

Veremos, na análise do próximo capítulo, que a primeira afirmação visa a um deslocamento do contexto discursivo do discurso a que está semântica e ideologicamente ligado. Krieger procura sair do contexto político para o pessoal e da amizade e faz isso abertamente, tratando o presidente de amigo e dizendo-lhe que não o toma como presidente na situação. Por outro lado, a segunda afirmação visa a um efeito contrário, isto é, reconduzir o contexto discursivo para seu discurso de origem. Costa e Silva faz isso implicitamente, pelo simples fato de tomar como um pressuposto você é "líder do Governo no Senado e Presidente do nosso Partido".

Nas cartas transcritas, temos, ainda, material para exemplificar duas outras unidades semânticas a que já nos referimos na seção anterior: o **co-texto** e os enunciados que definimos como **tópicos textuais**.

Há, no texto de que estamos tratando, dois co-textos, cujos limites são os limites de cada carta. O primeiro corresponde ao contexto discursivo no qual se constitui o lugar social do parlamentar, senador da república. Para este, formulamos o seguinte tópico discursivo: "Em seus atos, o governo deve obedecer à constituição e levar em conta as decisões do parlamento". O segundo co-texto corresponde ao contexto discursivo no qual se constitui o lugar social do chefe do poder executivo, do qual fala o presidente da república. Para caracterizar semanticamente este co-texto, formulamos o tópico discursivo que segue: "As razões do executivo na preservação do regime estão acima da obediência estrita à constituição".

Os co-textos são constituídos por enunciados que mantêm uma relação positiva de coerência com o contexto discursivo. Consideramos, entretanto, que esse valor de coerência é relativo. Em alguns enunciados, ele é alto, podendo mesmo ser absoluto; em outros, é baixo. No primeiro co-texto, encontramos enunciados com alto valor de coerência, como o que segue:

3) "O deputado é, nos termos do artigo 34 da Constituição, inviolável no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos".

Mas encontramos também enunciados com baixo valor de coerência:

4) "Sabe o prezado amigo o desejo que me anima de servir-lhe e, principalmente, à nação".

Pretendemos demonstrar, pela análise do início do próximo capítulo, que o segundo enunciado não tem o mesmo valor de coerência que o primeiro em relação ao contexto discursivo do qual fala o presidente do senado, sobretudo pelo desejo de servidão que expressa e que isso tem um efeito que se projeta sobre o co-texto como um todo.

Já definimos os **tópicos textuais** como sendo aqueles enunciados que apresentam um valor mais baixo de coerência em relação ao contexto discursivo. É o caso do enunciado (4) acima. Em virtude disso, são eles que permitem a análise do ponto de vista do nível da ação lingüística, pois é a partir deles que se mobilizam os contextos discursivos, ou são eles que indicam que se realiza um trabalho semântico nesse sentido. Vamos demonstrar isso a seguir. Antes, porém, investigaremos o que alguns autores consideram como o **efeito**, em teorias que ligam o

significado à intenção de produzir efeitos. Isso porque entendemos o trabalho semântico como um processo pelo qual se realiza o efeito de reequilibrar relações interpessoais. Além disso, como consideramos a existência de três unidades semânticas de análise (texto, co-texto e enunciado) será importante conhecer os limites em que os autores consideram a constituição do significado, quando ligada à realização de efeitos, e qual a relação desses limites com a natureza do efeito. Nosso propósito será o de encontrar elementos para discutir a possibilidade de encarar a existência de efeitos de natureza perlocucional, realizando-se além dos limites do enunciado, mas, segundo pensamos, não fora dos limites lingüísticos de uma relação enunciativa.

3.3.1 — O efeito do trabalho semântico

Para Austin, tanto um ato ilocucional, quanto um ato perlocucional produzem efeitos. A distinção entre esses atos se faz, sobretudo, pelo traço **convencionalidade**, presente ou não na relação ato-efeito. Um ato perlocucional pode "*ser suscitado com ou sem premeditação por qualquer enunciação*" (Austin, 1970: 129). O efeito, nesse caso, pode realizar-se sem os requisitos de **intenção** e **convenção**. Já o efeito de um ato ilocucional consiste em provocar a compreensão da significação e da locução. Não podemos dizer que advertimos alguém, se ele não compreendeu nossas palavras, o enunciado de nossa advertência. Para obter-se um efeito de natureza ilocucional, é indispensável o caráter convencional dos meios lingüísticos ou não-lingüísticos. (Austin admite a possibilidade de ambos). Mas a fronteira entre per

locucional e ilocucional não é algo tranqüilamente demarcado. Como afirma o próprio autor, é difícil determinar onde exatamente começam e terminam as convenções. De um modo geral, entretanto, o efeito produzido por um ato perlocucional é exterior à línguagem, por não relacionar-se com as regras que constituíram o enunciado que lhe deu origem.

Para melhor entendermos a diversidade dos tipos de efeitos, vamos acompanhar a discussão que Searle (1972) faz da definição de significado de Grice (1976), em "Meaning", desenvolvida com base nos elementos que sustentam a distinção ilocucional-perlocucional: intenção, efeito, convencionalidade, etc. Nossa interferência nessa discussão terá o objetivo de encontrar elementos a partir dos quais examinar-se a possibilidade de que, numa relação enunciativa, haja um conjunto de ações a partir das quais se trabalham os significados constituídos no nível anterior, com a intenção de atingir o equilíbrio das relações interpessoais que ali se estabelecem. Nosso ponto de vista é que, num contexto perlocucional, não se constituem os significados, mas eles são trabalhados e que o efeito desse trabalho se expressa nas relações **eu-tu/ele**. Isso, evidentemente, se encaramos "contexto perlocucional" do ponto de vista de nosso esquema da enunciação.

Em Austin, a delimitação perlocucional-ilocucional é difícil, como difícil é distinguir o que é essa convencionalidade, que está na base do conceito de ilocucional, sendo por isso uma distinção longamente trabalhada por ele em algumas conferências. Em Searle (1972), porém, a questão simplifica-se, porque ele trata da ação ilocucional do ponto de vista estritamente lingüístico, resolvendo a questão da convencionalidade pelo concei

to de sentido literal. Desse modo, torna-se muito simples definir o significado do ponto de vista ilocucional, sobretudo se se contrapõe essa definição a uma outra que não toma como ponto de partida o conceito de sentido literal.

Tanto Searle quanto Grice ligam a possibilidade de significar à questão da intencionalidade. Basicamente, alguém logra significar algo, quando é bem sucedido na expressão de uma intenção comunicativa, isto é, tem sucesso no seu intento de vê-la reconhecida por seu interlocutor. Esse é seu ponto comum. A diferença entre o que Grice e Searle pensam do significado resulta de uma diversidade no que cada um entende por efeito da intenção comunicativa. Essa diferença pode ser interpretada, como já dissemos, como uma diferença no entendimento do que seja o convencional, que tem como consequência uma diferença dos limites formais para o estudo do significado.

Segundo Grice, como já vimos, afirmar que o locutor L quis significar alguma coisa por X, é dizer que L teve a intenção, enunciando X, de produzir um efeito sobre o ouvinte A, graças ao reconhecimento de A desta intenção. Assim, descontextualizada, essa formulação do processo de significação serviria também a Searle; mas, quando os elementos que a integram são definidos pelo contexto significativo de "Meaning", rompe-se a unanimidade, e Searle encontra dois motivos para criticar a fórmula, dois defeitos. O primeiro e fundamental seria que ela não diz em que medida o significado é convencional, depende de regras. Isso quer dizer que a definição não dá conta da relação entre o que se quer significar dizendo alguma coisa e o que tal coisa significa na língua. Cabe observar, entretanto, que o significado não-natural tem um caráter de convencionalidade, que

Grice nega-se a tratar como tal, o que é compreensível pelo fato de abordar o significado num âmbito mais geral que o do lingüístico, onde é difícil explicitar os critérios de convencionalidade. O segundo defeito, que se relaciona com o primeiro, é que a definição de efeito, tendo ele o sentido da comunicação de crenças que Grice lhe atribui, criaria uma confusão entre atos ilocucionais e perlocucionais.

Para Searle, a significação, definida por Grice como reconhecimento partilhado por locutor e ouvinte, da intenção de produzir um efeito, sendo esse efeito definido como uma idéia, uma atitude, etc., coloca o significado no âmbito do perlocucional, porque nesse caso não se limitaria o efeito ao reconhecimento do conteúdo semântico do dito, identificando-se, isso sim, com atitudes decorrentes do dizer. A realização do efeito estaria, pois, fora do âmbito do lingüístico, indicaria a ocorrência de uma ação perlocucional, mas não de um ato ilocucional, porque neste o significado tem natureza convencional. Segundo Searle, há uma relação semântica constante *"entre o que se quer significar pronunciando uma frase e o que essa frase significa na língua que se utiliza"* (Searle, 1972:86). Dito de outra forma, a relação que se estabelece é entre o que se quer significar e o significado literal que a frase expressa, e essa é uma relação restrita aos limites da frase, subentendida no conceito de língua. Fora dos limites da frase, sairíamos do terreno do lingüístico, aqui identificado pelo conjunto de regras e convenções que constituem a língua, e cairíamos no terreno do que poderíamos entender, talvez, como das relações psicológicas ou do comportamento em geral. De qualquer forma, abandonar os limites da frase no estudo do significado seria abandonar o ilocucional em favor do perlocucional e colocar o estudo fora dos limites

da língua, o que o tornaria inviável.

A crítica de Searle a Grice se origina, em última análise, no fato de que ambos colocam a natureza do efeito como elemento central na constituição do significado, mas a colocam com definições diversas, e isso nos interessa por dois motivos. Primeiro, como já dissemos, porque a peculiaridade do entendimento que Grice tem do efeito está ligada a um entendimento também peculiar da natureza e extensão das unidades em que se pode estudar o significado. Em segundo lugar, porque de algum modo, diferente com certeza, também lidaremos com os conceitos de intenção e efeito. Mas não é só por isso que nos interessa a discussão de Searle. As relações do efeito com o significado numa perspectiva de ação perlocucional é um tema de importância para nós. Retomemos, pois, os conceitos de Searle agora mais do ponto de vista de como vemos suas discordâncias.

Enquanto em Grice, como já vimos, o efeito de uma comunicação é uma mudança de comportamento em sentido amplo, pelo reconhecimento da intenção do locutor de produzi-lo, para Searle, o efeito é o próprio reconhecimento da intenção. O mais importante nessa diferença é que, se o reconhecimento da intenção se dá graças a uma relação convencional entre o que se quer comunicar e o sentido literal das sentenças, a questão do significado só se põe no nível do ilocucional. Isso porque os limites do ilocucional, como quer Searle, são os limites de uma proposição à qual se acrescenta uma força ilocucional que também entra no cálculo do significado. De qualquer forma, não há mais que uma proposição, que formalmente se expressa por uma sentença, onde atuam as regras e convenções da língua. Fora desses que são os limites do sentido literal, não há regras lingüísticas pelas

quais se associem as expressões com efeitos. O efeito deixa de ser convencionalmente controlado, e então saímos, segundo o autor, do ilocucional para o perlocucional, do conceito de significado, enquanto reconhecimento da intenção de produzir um efeito, para o significado enquanto efeitos (crenças ou atitudes) decorrentes do reconhecimento da intenção de produzi-los.

A opção de Searle pelos limites do conteúdo proposicional acrescido da força ilocucional, como espaço de constituição do significado, é explicitada por sua apresentação da fórmula dos atos ilocucionais: $F(p)$ ou $F(RP)$. Ficam delimitados, por essa fórmula, os atos ilocucionais, no que se refere ao seu conteúdo significativo, pela extensão de um enunciado em sentido estrito. Já na definição de Grice, a constituição do significado, enquanto relação entre o que se diz e a expressão, transcende os limites desse enunciado, logo escapa ao controle do convencional. Por isso, Searle atribui ao efeito da intenção, como Grice a define, a natureza de perlocucional e o "acusa" de conceber o significado fora do âmbito do lingüístico, no sentido de que seu estudo se situaria fora do conjunto de regras e convenções que constituem a língua. E assim é, se entendermos o estudo do significado do ponto de vista dessa entidade teórica definida como língua.

Grice, entretanto, não trata de atos ilocucionais nem perlocucionais e nem usa o critério do lingüístico ou não-lingüístico para estudar o significado. Ele assume sua identidade de filósofo e como tal estuda as formas de significar em geral e pela linguagem em particular. Constrói uma teoria do significado não-natural que é intencional e o define do ponto de vista da realização comunicativa dessa intenção, não levando em conta

os limites de unidades da língua, pois seu enfoque não é o do lingüista em qualquer acepção do termo. Suas unidades fogem a demarcações formais pré-estabelecidas, inclusive à fórmula $F(RP)$, que expressa uma aliança entre uma concepção lógico-semântica do significado e sua contrapartida pragmático-lingüística. Grice está interessado no significado enquanto possibilidade de comunicação e o aborda a partir de unidades mais amplas quanto ao conteúdo que um enunciado estruturalmente demarcado pela expressão de uma proposição, acrescida ou não de um marcador de força ilocucional. Com a expressão "mais ampla quanto ao conteúdo" , não queremos evidentemente dizer que ela deva, por uma opção teórica de Grice, ultrapassar os limites formais de um ato ilocucional; pode até enquadrar-se neles. O que queremos dizer, isso sim, é que as unidades de que trata Grice devem ser unidades inteiras no que se refere a seu conteúdo significativo comunicacional: na perspectiva do autor, devem ser aptas a produzir por seu significado o efeito desejado, isto é, realizar a intenção de suscitar atitudes ou comportamentos mentais, lingüísticos , etc. pelo reconhecimento de tal intenção. Esse efeito Searle caracteriza como perlocucional e, na verdade, ele apresenta todos os traços do que entendemos como tal. Só que não se realiza necessariamente a partir de um ato ilocucional.

A consequência disso é que, se aceitamos a atribuição de uma natureza perlocucional ao efeito como é definido por Grice, temos que aceitar o fato de que a significação também pode ser estudada em enunciados mais longos que os que correspondem a um ato ilocucional, e do ponto de vista perlocucional. Se usamos categorias dos atos de fala na interpretação de Grice , como fez Searle, temos que admitir que o significado de uma unidade comunicativa é de caráter perlocucional, na medida em que

expressa a intenção de obter efeitos, e que esses efeitos não se restringem à compreensão de intenções convencionalmente associadas ao sentido literal das expressões, pois este se configura nos limites de uma frase. Isso nos interessa na medida em que também consideraremos unidades semânticas maiores que os enunciados em sentido estrito, e que definimos as ações que constituem o trabalho semântico como de natureza perlocucional. O que não quer dizer, entretanto, que adotaremos a concepção de efeito de Grice no que diz respeito a sua natureza ou âmbito de realização. Estamos apenas levantando alguns aspectos da discussão como um todo, que resumiremos a seguir, e nos quais nos apoiaremos para explicar melhor o relacionamento do nível da ação lingüística com o nível discursivo, através do que chamamos de trabalho semântico. Segundo nossa proposta, é o trabalho semântico que permite avaliar, em última instância, a qualidade dialógica de uma relação enunciativa.

Em primeiro lugar, tanto Searle, quanto Grice tratam do significado do ponto de vista de sua constituição, numa perspectiva da ação lingüística. Em segundo lugar, ambos ligam a constituição do significado à realização da intenção de produzir um efeito: (1) de caráter ilocucional, segundo Searle, querendo isso dizer que o efeito se realiza dentro dos limites do enunciado, é a compreensão de seu significado; (2) de caráter perlocucional, segundo Grice, querendo isso dizer que o efeito se realiza fora dos limites do enunciado, em decorrência da compreensão de seu significado.

Nossa divergência fundamental em relação aos dois autores é que, no âmbito da ação lingüística, não tratamos da constituição dos significados (essa ocorre, segundo nossa pro-

posta, no nível discursivo), mas do modo como se trabalham os significados já constituídos. Esse trabalho se realiza a partir do contexto perlocucional sobre o contexto discursivo, expressando a intenção de produzir o efeito de deslocá-lo ou mantê-lo ligado a suas fontes de significação e, assim, alterar ou manter o equilíbrio das relações **eu-tu** ali estabelecidas. Encaramos o trabalho semântico como a realização da intenção de produzir tal efeito. A consciência ou reconhecimento dessa intenção por um ou ambos os interlocutores, entretanto, não é coisa que diga respeito a nossa investigação. Interessa-nos apenas a identificação formal das estratégias que constituem o trabalho semântico.

Como atribuímos ao efeito que se obtém através de um enunciado caráter perlocucional, estamos mais próximos de Grice do que de Searle no que se refere à questão semântica. Entretanto, empregamos o termo perlocucional, redefinido a partir do esquema da enunciação, e, em vista disso, temos que esclarecer nos divergências também em relação a Grice.

Como Grice, atribuímos ao efeito natureza perlocucional no sentido de que ele se realiza além dos limites do enunciado e vai além da compreensão das intenções de realizá-lo. Entretanto, não adotamos o ponto de vista de que esses efeitos são a comunicação de crenças, no sentido de suscitar idéias, sentimentos, atitudes, etc. Para Grice é assim, porque o efeito se realiza no âmbito das relações interpessoais, no sentido comum do termo; o efeito é a comunicação. Para nós, o efeito também se realiza além das fronteiras de um enunciado e se expressa no âmbito das relações interpessoais. Só que as fronteiras em que o efeito se realiza são ainda lingüísticas, as de um contexto lin

güístico, onde se constituem as relações **eu-tu**, que são por tanto, lingüísticas também.

Desse modo, não encaramos o efeito como sendo a compreensão do sentido de um enunciado, nem como realizando-se além da linguagem. Atribuimos ao efeito natureza perlocucional e o entendemos como sendo o resultado do trabalho semântico que se processa a partir de certos enunciados — os tópicos textuais — sobre os contextos discursivos, com a intenção de mobilizá-los em relação a suas fontes de constituição dos significados. Isso tem duas conseqüências. A primeira é que, se relacionamos o conceito de ação perlocucional com o de trabalho semântico, sô alguns enunciados — os tópicos textuais — realizam essa ação. A segunda está relacionada com o fato de que a significação dos enunciados depende, em grande parte, do contexto lingüístico, onde se atualizam os significados. E assim é com certeza no nível discursivo, onde se constituem os significados. Entretanto, do ponto de vista da ação lingüística, os enunciados com baixo valor de coerência incidem sobre as raízes semânticas do contexto como um todo, podendo alterar sua configuração semântica geral. No nível da ação lingüística, inverte-se, então, a relação: o conteúdo semântico do contexto lingüístico também depende do conteúdo perlocucional dos enunciados.

Com o que dissemos acima, pretendemos que tenha ficado mais clara a relação que queremos estabelecer entre os níveis da ação lingüística e discursivo, através da noção de trabalho semântico, que é o conjunto das ações perlocucionais que se realizam com a intenção de produzir um efeito: de ratificar ou alterar relações **eu-tu/ele** já estabelecidas. Utilizamos o termo ação perlocucional analogicamente. Originariamente, um

ato perlocucional se realiza em decorrência de um enunciado, sendo a realização de efeitos que mobilizam as relações interpessoais. Só que, de nosso ponto de vista, o efeito é de natureza lingüística, porque se realiza no âmbito de um contexto lingüístico e mobiliza relações que são de natureza lingüística também, já que o **eu** e **tu** se constituem naquele contexto.

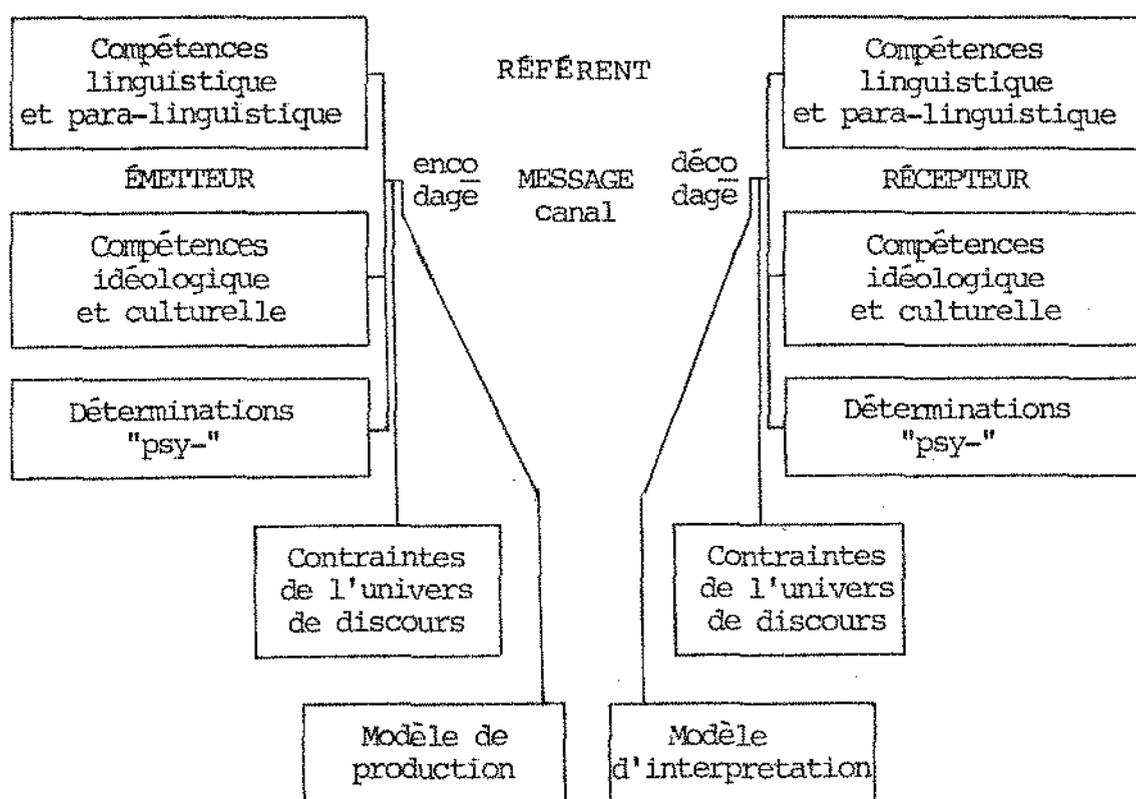
Não nos deteremos na exemplificação do que sejam as ações que integram um contexto perlocucional, porque é impossível demonstrar o trabalho semântico, sem estabelecer relações entre os dois níveis de enunciação através das unidades semânticas que os constituem. Por isso, passamos à demonstração de como funciona nosso modelo da enunciação, fazendo uma análise, cujo ponto de referência é sua qualidade dialógica.

N O T A S

1. Sobre as "regiões de conhecimento" a partir das quais Pêcheux desenvolve o estudo do sujeito, ver Pêcheux e Fuchs (1975a:8).
2. As aspas simples indicam que Pêcheux está citando outro texto, Trata-se de "La Sémantique et la Coupure Saussurienne" (Haroche, Henry e Pêcheux, 1971:102).
3. Paralelamente ao cumprimento desse objetivo, não pudemos nos furtar a uma observação menos comprometida com os nossos: é possível que, para determinar e organizar o significado das palavras, os lexicógrafos assumam uma espécie de arqui-discurso, um discurso patriarcal (incluindo nesse termo o componente de poder e repressão) que seria referência semântica para movimentar-se nos outros discursos, desde o jurídico e o político até o discurso relacionado com a sexualidade. É o que fazem suspeitar as definições dos verbetes que examinamos: as definições mais desenvolvidas da palavra democracia são aquelas ligadas a um discurso liberal, sempre utilizado em manobras de cunho populista, que constituem uma forma paternalista de política (lembramos Getúlio Vargas, e a propósito consultar Haquira Osakabe (1979); a definição estritamente científica" da palavra pênis não esconde a repressão a outros discursos como o erótico, o sexual e até o de natureza científica; a absoluta primazia da explicação do significado de "filho" sobre o de "filha" é indicação segura do poder e da amplitude de uma formação discursiva de cunho patriarcal na organização do dicionário.
4. É preciso ter sempre presente que a investigação de Frege é sobre as sentenças afirmativas que se utilizam na construção do conhecimento. Temos que ter o cuidado de não generalizar suas conclusões para todo tipo de linguagem, coisa pa

pa a qual, aliás, ele mesmo chama atenção.

5. É possível que se considere nossa definição de coerência um tanto informal, mas também os lógicos não deram definições absolutamente exatas da verdade. Como afirma Tarski, o significado da definição da verdade para as linguagens naturais é mais ou menos vago, "e sua solução só pode ter um caráter aproximado". E Tarski dedica o trabalho que citamos à definição de verdade! (Tarski, 1972:21).
6. Para melhor esclarecimento sobre o conceito de registro apresentado por Halliday e Hasan, consultar ainda Halliday, McIntosh e Strevens (1974).
7. Para ter presente a natureza desses recursos, retomar a leitura das páginas que escrevemos sobre a teoria polifônica de Ducrot, na introdução deste trabalho.
8. Como tratamos de competência discursiva, apresentamos um modelo de comunicação em que se incluem "competências" de vários tipos (Kerbrat-Orecchioni, 1980:19).



4 — CONFIGURAÇÕES SEMÂNTICAS DA ENUNCIÇÃO

Vimos desenvolvendo este trabalho com base no pressuposto de que, para estudar o diálogo, é preciso entendê-lo como conceitualmente diferenciado da enunciação. A partir da explicitação desse pressuposto, pudemos definir o diálogo como uma qualidade da enunciação, condicionada às relações de poder, expressas pela configuração semântica do relacionamento eu-tu/ele.

Para estudar tais relações e determinar a qualidade das enunciações em termos de diálogo é que construímos o esquema da estrutura e dinâmica da enunciação, que mobilizaremos integralmente neste capítulo. Faremos isso, primeiramente, pela análise da relação enunciativa constituída pela troca das duas últimas cartas transcritas no capítulo anterior; em segundo lugar, pela derivação de alguns esquemas do esquema básico da enunciação, que serão apresentados como padrões possíveis de relação enunciativa, tomando-se o diálogo como ponto de referên - cia para sua caracterização.

4.1 — Análise de uma relação enunciativa

As cartas reproduzidas nas páginas 185 e 186 configuram uma situação de interlocução, cuja estrutura e relação com o diálogo poderiam ser descritas de maneiras diversas, dependen

do do ponto de vista sob o qual fossem examinadas. Na perspectiva da análise conversacional, por exemplo, (e se deixássemos de lado o aspecto trivial e cotidiano com que ali se caracteriza a conversa) as duas cartas poderiam ser entendidas como dois turnos de tomada da palavra, e teríamos a relação lingüística caracterizada como um diálogo na acepção comum do termo. Do ângulo das teorias que lidam com a relação discurso-sujeito, a troca de cartas em estudo seria caracterizada como um diálogo, na medida em que se trata de uma relação interpessoal. A relação pessoa-sujeito não seria problematizada, embora, nessas teorias, varie a concepção de subjetividade, ou até ela seja posta em cheque, como em Pêcheux. Ainda, na mesma linha de pesquisa, teríamos um diálogo, pela constituição polifônica dos discursos ou dos enunciados.

Na perspectiva da concepção de diálogo que vimos construindo no decorrer deste trabalho, as duas cartas constituem uma relação enunciativa potencialmente dialógica. São potencialmente, porque o diálogo depende das relações de equilíbrio que se estabelecem entre o **eu** e o **tu** nos contextos discursivo e perlocucional e dos efeitos da relação do segundo nível sobre o primeiro. É com base nesse caráter de potencialidade dialógica de uma relação enunciativa que faremos a análise das duas cartas com o objetivo de demonstrar empiricamente, agora de maneira global, nossa proposta. Em verdade, com essa demonstração, queremos é, resumidamente, reunir todos seus elementos.

Do ponto de vista do primeiro nível da interação, o discursivo, a relação enunciativa se desenvolve em dois contextos de natureza ideológico-semântica diversa, e, nas circunstâncias históricas da interação, conflitantes. Em consequên

cia, os lugares sociais que neles se constituem são adversários. À primeira vista, apesar do conflito, há um equilíbrio de poder nessa relação discursiva, que poderia favorecer o diálogo. Com isso queremos dizer que, mesmo colocados em territórios semânticos distintos, os dois interlocutores poderiam manter-se como "sujeitos do sentido de suas palavras" na acepção em que vimos utilizando essa expressão: teriam autonomia semântica em seu dizer, um não usurparia do outro o direito de manter-se no território semântico em que se constitui como lugar social. Cada um permaneceria lingüisticamente relacionado com o discurso ao qual remete seu contexto discursivo, desde que não trabalhassem semanticamente, a partir do nível da ação lingüística, para deslocar esses contextos de suas fontes de significação. Entretanto, não parece ser exatamente isso que ocorre naquele nível. No nível perlocucional, trabalham-se os significados com a intenção de alterar a relação de poder da palavra, que se poderia supor de equilíbrio em função da natureza dos lugares sociais constituídos. É o que vamos demonstrar a seguir.

Para realizar a análise do nível discursivo, considere ramos que o texto em estudo contém dois co-textos, que representam a unidade semântica dos dois contextos discursivos que integram a relação enunciativa. Temos, então, duas unidades configuradas pelo conteúdo ideológico-semântico de dois discursos existentes na sociedade, e cujos contornos são mais ou menos delimitáveis.

Para o co-texto da carta de Daniel Krieger, propusemos o seguinte tópico discursivo: "Em seus atos, o governo deve obedecer à Constituição e levar em conta as decisões do parla-mento". Esse tópico insere o co-texto num discurso que podemos

caracterizar, talvez sem muita exatidão, como sendo o da legalidade constitucional a que corresponde o lugar social do parlamentar, do senador, sobretudo. Os enunciados desse co-texto sustentam sua unidade semântica, visto que nenhum apresenta um nível de incoerência capaz de perturbar sua continuidade semântico-ideológica em relação ao contexto discursivo. Apresentamos a seguir alguns enunciados aos quais atribuímos um alto valor de coerência. São enunciados com os quais o autor remete seu interlocutor à constituição e argumenta em favor de decisões que a respeitem.

(1) "O deputado é, nos termos do artigo 34 da Constituição, inviolável no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos".

(2) "Em face do texto claro da Constituição ..."

(3) "O processo depende de licença da Câmara".

Como dissemos, esses enunciados apresentam alto valor de coerência em relação ao contexto discursivo, mas os outros enunciados que integram o co-texto também são coerentes. Nenhum tem valor negativo de coerência, embora alguns sejam perturbadores dela, ou, por sua relação com enunciados do outro contexto, tenham esses aspectos reforçados, como veremos.

Para o co-texto correspondente à carta de Costa e Silva, propusemos o seguinte tópico discursivo: "As razões do executivo na preservação do regime estão acima da obediência estrita à constituição". Todos os enunciados com que o remetente afirma e argumenta em favor da ação do governo apresentam um valor alto de coerência com o contexto discursivo. Por seu senti-

do, esses enunciados remetem de maneira direta e inequívoca ao tópico discursivo, que localiza o co-texto num discurso político, que caracterizamos como sendo o das razões do poder executivo num estado autoritário.

(4) "... não vi motivos para mudar a orientação por mim adotada ..."

(5) "Agi com ponderação ao acolher a representação de meus ministros das Pastas Militares ..."

(6) "... cuja representação se baseou (...) nas razões do poder executivo.", etc. etc.

O lugar social que se constitui no contexto discursivo da carta de Costa e Silva é o de chefe do executivo e guardião do regime.

Estamos diante de dois contextos discursivos antagônicos, que constituem dois lugares sociais ainda em conflito no momento da enunciação: o do defensor da legalidade constitucional e o do representante do estado ditatorial, ainda não plenamente estabelecido, como demonstra o conflito discursivo. No nível dos contextos discursivos, como já observamos, os dois interlocutores parecem relacionar-se com igualdade de poder da palavra, pela natureza equivalente, em termos jurídicos, dos dois lugares sociais: um se constitui no discurso do âmbito do executivo e o outro no discurso do âmbito do legislativo, e, do ponto de vista discursivo, nada autoriza a ver aí um desequilíbrio de poder da palavra. Tudo indica, portanto, para a possibilidade da intersubjetividade e do diálogo. Ainda não investigamos, porém, a confirmação disso no nível da ação lingüística. A ques

tão é se o mesmo equilíbrio se mantém na interação perlocucio-
nal.

Na carta de Daniel Krieger, selecionamos alguns enun-
ciados que, por seu baixo nível de coerência, elegemos como tó-
picos textuais, a partir dos quais examinaremos a intenção do
enunciador de mobilizar o contexto discursivo de seu território
semântico e de alterar as relações interpessoais. São eles, em
primeiro lugar, atos de auto-atribuição e atribuição recíproca
de papéis.

(7) Não creia o meu querido amigo — não me dirijo
ao Presidente (...)

(8) Não significa esta atitude nenhuma substancial di-
vergência, mas advertência fraterna que a amizade sincera que
nos liga autoriza.

(9) Sendo advogado (...)

Com a atribuição do papel de amigo a si e a seu in-
terlocutor, e colocando-se também no papel de jurista, Daniel
Krieger expressa a intenção de deslocar o contexto discursivo
no qual se constitui como lugar social, do âmbito de um discurs-
so político da legalidade constitucional, para o âmbito de um
discurso que se aproxima da conversa cotidiana, com ênfase em
aspectos afetivos e com a finalidade de informação técnica. A
aceitação desse deslocamento semântico pelo interlocutor produ-
ziria o efeito de anular a existência do confronto entre dois
contextos políticos antagônicos, passando a existir um único
contexto que seria compartilhado semanticamente por ambos e no
qual eles se relacionariam com a harmonia de dois amigos.

Considerando esses fatos, podemos refletir sobre as possibilidades dialógicas da enunciação a partir do contexto instaurado por Daniel Krieger. No nível do contexto discursivo, como vimos, há possibilidade de diálogo, porque, apesar do antagonismo que esse contexto apresenta em relação ao outro, os dois lugares que se constituem — o do líder do parlamento e o de chefe do executivo — poderiam relacionar-se com igual poder e autonomia da palavra, desde que não houvesse, de nenhuma das partes, tentativas de usurpação recíproca do domínio semântico dos respectivos enunciados.

Identificamos, entretanto, alguns enunciados apresentando um nível de coerência mais baixo em relação ao contexto discursivo, os tópicos textuais (7), (8) e (9), e consideramos que esses enunciados constituíam atos lingüísticos com força de mobilização semântica do contexto discursivo no qual apareciam. Aquele contexto no qual se constituíra o papel do parlamentar era mobilizado para o âmbito de um discurso de reflexão sobre ocorrências parlamentares, feitas de maneira mais ou menos neutra para as relações políticas do eu e do tu, onde se constituiriam, enfim, os lugares sociais de dois amigos. Em vista disso, esses atos não eram manifestação aparente de intenção de jogar com a autonomia discursiva do interlocutor. Eles significavam uma intenção de deslocamento semântico do contexto, é verdade, mas nada indicava que o interlocutor sairia enfraquecido em seu poder da palavra nesse novo contexto. Assim, também do ponto de vista do contexto perlocucional, a partir do qual age Daniel Krieger, mantêm-se as possibilidades de diálogo, quer dizer, o trabalho semântico realizado a partir do contexto perlocucional sobre o discursivo não é destruidor de um equilíbrio de poder

da palavra, já estabelecido. Essa, entretanto, é uma conclusão provisória, pois numa análise da qualidade dialógica de uma relação lingüística, temos que considerar os dois (ou mais) "turnos" que a constituem. Sendo assim, só depois do estudo da segunda carta, poderemos concluir sobre a qualidade dialógica de cada um desses enunciados e da relação de ambos, naturalmente.

Já formulamos, para o co-texto da carta de Costa e Silva, um tópico discursivo, que transcreveremos novamente, para melhor acompanhamento da análise: "As razões do poder executivo na preservação do regime estão acima da obediência estrita à constituição". Já dissemos também que esse tópico inseria o co-texto na área do que podemos qualificar de um discurso político do autoritarismo de estado.

De acordo com nossa proposta de análise, para avaliar o efeito do trabalho semântico sobre o contexto discursivo, temos que examinar a trama de estratégias que constitui o contexto perlocucional e a unidade semântica do texto, entendido como a totalidade da relação enunciativa. Desse ponto de vista, o contexto perlocucional da relação que estamos analisando só começa a, realmente, delinear-se a partir de determinação dos tópicos textuais da segunda carta. Consideramos que também os enunciados que expressam atribuição de papéis aos interlocutores são os pertinentes para o estudo do contexto perlocucional a partir da carta de Costa e Silva, embora, nessa carta, eles tenham um valor mais alto de coerência, ou por isso mesmo. Examinemos, então, os tópicos textuais a partir dos quais se realiza a resposta de Costa e Silva à ação perlocucional realizada por Daniel Krieger.

(10) Li-a (sua carta) com a máxima atenção, como faço sempre com tudo quanto parte do Líder do Governo no Senado e Presidente do nosso Partido.

(11) Infelizmente, meu prezado e velho amigo, no caso em exame nos encontramos em situações distintas.

(12) Estou, mais uma vez, atendendo a meu dever de Chefe da nação e Comandante Supremo das Forças Armadas (...)

Conforme se vê pelo tópico (10), Costa e Silva não recusa o papel de amigo pelo qual o representa Daniel Krieger na carta anterior, mas não é essa a relação primordial que estabelece. Sua posição é a de quem diz "Muito bem, somos amigos, mas neste momento me interessa nosso lugar político, porque é uma luta política que está em pauta e, nela, as vantagens serão minhas". É por isso que afirma o papel de seu correspondente como sendo o de "Líder do Governo no Senado e Presidente do nosso Partido" e a ele próprio atribui o papel de "Chefe da Nação e Comandante supremo das Forças Armadas". Com esses atos de afirmação de papéis, Costa e Silva reconduz o contexto discursivo, a partir do qual fala seu interlocutor para o âmbito do político, ignorando o deslizamento tentado por este, que era em direção a uma "conversa" amistosa sobre questões jurídicas. Enfim, Costa e Silva se relaciona com seu interlocutor a partir de um contexto semanticamente ligado ao que caracterizamos como discurso do estado autoritário e reconduz o outro ao seu lugar de líder parlamentar, contrariando a tentativa deste de transpor-se para outro território semântico.

Faremos uma retrospectiva do que foi dito até agora,

para avançar com mais segurança na tentativa de demonstrar empiricamente nossa proposta de avaliação da qualidade dialógica de uma relação enunciativa.

Com base na análise do nível discursivo, dissemos que a relação enunciativa estabelecida na troca das cartas era potencialmente dialógica, porque os contextos discursivos, a partir dos quais se dava tal relação, criavam lugares sociais com igual poder da palavra. Em vista disso, o **eu** e o **tu** poderiam manter o controle semântico dos discursos nos quais estavam inseridos e relacionar-se lingüisticamente em termos de igualdade do poder da palavra, numa relação de intersubjetividade, segundo nossa definição do termo.

Passamos logo a seguir ao estudo das possíveis manobras semânticas empregadas pelo primeiro enunciador no nível da ação lingüística. Verificamos a existência de tópicos textuais expressando a intenção de ocasionar deslizamentos dos contextos discursivos e alterações correspondentes na relação **eu-tu**. Com isso pretendíamos investigar se as tendências dialógicas verificadas no primeiro nível se mantinham ou não. Analisamos o efeito dos insistentes atos de amizade na primeira carta e deduzimos que o primeiro locutor tentava um deslocamento do contexto discursivo, visando, como em toda alteração desse tipo, a uma troca também de seu lugar social e do lugar de seu interlocutor. Julgamos que com essa troca continuava, entretanto, sendo possível o diálogo, porque havia nela uma proposta de relacionamento dentro de um contexto discursivo comum a ambos os interlocutores, com a perspectiva de um equilíbrio maior ainda de poder da palavra na relação, e por isso Daniel Krieger a propunha. Todavia, examinando a carta de Costa e Silva, vimos que ele não a-

ceitava a mudança de papéis, do âmbito do político para o familiar. Ao contrário, reafirmava os papéis sociais do líder parlamentar e do chefe do executivo, reconduzindo o contexto discursivo de seu interlocutor ao âmbito político e reafirmando a localização semântica do contexto no qual ele próprio falava.

Contudo, o fato de serem reafirmados dois contextos de origem discursiva diversa leva-nos a concluir pela instauração de uma polêmica, o que não implica necessariamente a impossibilidade de diálogo como o entendemos. Então, para decidir entre a ocorrência de uma relação polêmica ou de dominação, vamos considerar, nas duas cartas, outros tópicos textuais, os de número 13 a 15 transcritos abaixo.

(13) Sabe o prezado amigo o desejo que me anima de servir-lhe e, principalmente, à nação.

(Daniel Krieger)

(14) (...) sempre assumindo a responsabilidade dos atos que pratiquei ou determinei para bem servir à Nação.

(Costa e Silva)

(15) Contudo, tais atitudes sinceras são naturais entre homens que se prezam e têm um interesse comum: servir o Brasil.

(Costa e Silva)

O enunciado (13) apresenta perturbação de coerência em relação ao contexto em que aparece (Carta de Daniel Krieger). Os enunciados (14) e (15) apresentam um valor mais alto de coerência em relação ao contexto discursivo constituído pela carta de Costa e Silva. Essa diferença se deve ao fato de que é Daniel Krieger quem hesita em relação ao seu lugar social e trabalha semanticamente no sentido de alterar as relações **eu-tu/ele**,

estabelecidas no nível anterior. Costa e Silva trabalha no sentido de confirmar contextos semânticos e relações neles estabelecidas. Apesar de seu valor mais alto de coerência, consideramos os enunciados (14) e (15) como tópicos textuais por sua correspondência com os tópicos textuais do outro co-texto, por constituírem com eles o que chamamos de rede de estratégias semânticas, que constituem a unidade do texto.

O contexto discursivo no qual Daniel Krieger afirma que seu propósito é "servir à nação" dá a essa afirmação o sentido de que servir a ela é manter-se fiel ao pacto social vigente, estabelecido na Constituição. Por esse motivo, ele, como representante do poder legislativo (ou como amigo), assume a tarefa de interpretar a Constituição, para que o interlocutor não cometa desvios na sua aplicação. Entretanto ele não afirma apenas o propósito de servir à nação, mas também o de servir ao presidente, e as duas coisas são afirmadas lado a lado. É a duplicidade dessa afirmação que produz um efeito perlocucional forte sobre o eixo de significação do contexto, criando-se uma ambigüidade em relação ao lugar social de Daniel Krieger: ele vacila em relação ao seu lugar de parlamentar, primeiro, como vimos antes, tentando deslocar semanticamente o contexto que o constituiu como tal, e agora declarando sua intenção de servir ao presidente da mesma forma que servirá ao Brasil. Essa declaração tem o efeito de imprimir no contexto discursivo uma ambigüidade semântica que evidencia o desequilíbrio dos interlocutores no que diz respeito a sustentar uma posição ideológico-semântica inequívoca. Mas tal desequilíbrio se torna explícito somente a partir do exame do nível perlocucional; por isso, novamente o esclarecimento dessa característica da relação lingüística só se completa, quando o tópico textual é analisado do ponto de vista

da segunda carta também, quer dizer, do ponto de vista da relação enunciativa como um todo.

A afirmação do propósito de servir à pátria tem grande efeito sobre as relações **eu-tu**, sobretudo porque é uma expressão suscetível de grande variação em seu conteúdo significativo e de grande efeito legitimador sobre qualquer contexto de natureza política. "Servir à pátria" no contexto discursivo do qual fala Costa e Silva, não equivale, como no contexto do qual fala Daniel Krieger, resguardar a constituição, mas resguardar o novo regime político.

Essa interpretação semântica se confirma pela afirmação simultânea que faz Costa e Silva de que seu dever como chefe do governo é a preservação do regime. As duas coisas estão identificadas: servir à pátria não é preservar a constituição, mas o regime, jogando com ela sempre que necessário. Aliás, a constituição se torna um instrumento do poder em suas diversas extensões: os militares, os ministros, o procurador geral, como atesta a declaração que segue: "acolhi a Representação dos **meus** ministros das Pastas Militares, fundamentada pelo **meu** Ministro da Justiça (...) adotada pelo Procurador-geral da República, cuja representação baseou-se exclusivamente nas razões do **Poder Executivo**". (Grifamos).

Feitas essas observações, vejamos como a ação perlocucional da afirmação conjunta de servir à pátria altera o estatuto dos interlocutores na relação lingüística criada pelas duas cartas. A análise que desenvolvemos até agora torna evidente que um deles, Daniel Krieger, perde sua integridade, enquanto lugar social, pela perda do poder de assumir livremente seu próprio discurso e pela perda de autonomia em relação do discurs

so do outro. Afasta-se, desse modo, a possibilidade de diálogo, que é uma relação lingüística intersubjetiva, quer dizer, uma relação entre sujeitos que se constituem como tal na interação lingüística, em decorrência do equilíbrio do poder da palavra. E esse equilíbrio é, sobretudo, o poder de manter-se, cada interlocutor, dentro do território semântico do qual fala, ou de poder estabelecer, na interlocução, um tal território de onde falar.

Para concluir a avaliação da relação enunciativa, que analisamos, em termos de sua qualidade dialógica, formulamos a hipótese de que o efeito perlocucional da afirmação do propósito de servir ao Brasil se cria pelas associações que os dois interlocutores estabelecem com essa expressão. Para Daniel Krieger, servir à pátria é preservar a constituição (veja-se o tópico discursivo deste co-texto), mas ele se propõe a duas coisas: servir à pátria e servir ao presidente; para Costa e Silva, servir à pátria é defender o Regime (veja-se o tópico discursivo deste co-texto), e o Regime está representado pelo Presidente e suas extensões de poder.

Vemos essas associações do ato de afirmação de **servir à Pátria** como uma equação cujo resultado é o desequilíbrio de poder da palavra no nível dos atos de fala, que resulta na usurpação de autonomia semântica no nível discursivo. A afirmação simultânea de Daniel Krieger de servir à pátria e ao Presidente coloca-o, enquanto lugar social, na fronteira entre a autonomia de falar de seu lugar, que é o de defensor da constituição, a partir de um discurso da legalidade constitucional, e a submissão ao discurso de seu interlocutor, onde servir à pátria é servir ao regime, que é representado pelo presidente. Onde

servir à pátria é, portanto, servir ao Presidente.

Queremos dizer que Daniel Krieger declara seu desejo de servir à pátria a partir da opção ideológica que é a sua e que constitui o discurso do qual tira sua existência enquanto lugar social, mas simultaneamente declara a intenção de servir ao presidente, que é algo que está ligado a servir à pátria, mas do ponto de vista ideológico de seu interlocutor. A partir daí ele se aliena de seu discurso e passa para o discurso do outro. O que acontece, então, é a usurpação de uma das partes envolvidas na relação lingüística do direito de manter-se no terreno discursivo que é o seu.

A manobra do usurpador no caso é a seguinte: Costa e Silva, por seus atos de afirmação sobre os lugares sociais de seu interlocutor e dele próprio, não permite que Daniel Krieger, que buscava evitar um confronto, escapasse de um discurso político para um discurso familiar. Recolocados os contextos e reestabelecidos os lugares sociais, Costa e Silva manipula de tal forma a expressão "servir à pátria", que servir à pátria assume o sentido de servir ao presidente e dessa forma Daniel Krieger não fará uma coisa e outra como pretendia. Isso porque servir à pátria é servir ao Presidente, isto é, estar inserido num discurso das razões do poder de estado na preservação do regime autoritário de poder.

Através das duas cartas de que nos ocupamos nesta seção, apresentamos uma relação enunciativa em que há desequilíbrio de poder da palavra. Esperamos ter demonstrado que, por isso, tal relação enunciativa se afasta da intersubjetividade plena e do diálogo. Todavia, esperamos também que, pela análise

realizada, tenha ficado claro que a disparidade de poder da palavra não é absoluta. O desequilíbrio se evidencia a partir do nível da ação lingüística; no nível discursivo, ainda existe equilíbrio, na medida em que cada interlocutor fala de seu próprio contexto discursivo, apesar de esses contextos estarem ligados a discursos antagônicos.

Não nos detivemos no estudo das posições de poder dos discursos parlamentar e do governo, no momento político, porque nossa pesquisa está voltada para os eventos de enunciação. O estudo dos discursos (no sentido com que empregamos o termo) vigentes em determinada situação histórica demandaria outro tipo de pesquisa.

4.2 — Padrões de enunciação

Nesta seção retomaremos o diagrama com que representamos a estrutura e dinâmica da enunciação, para apresentar diferentes possibilidades de relações que sua dinâmica interna pode produzir. Vamos, pois, derivar do esquema da enunciação padrões possíveis de relação enunciativa, tomando como ponto de referência o diálogo. Cada padrão corresponderá a níveis diversos de aproximação ou distanciamento das relações enunciativas daquele ponto de equilíbrio de poder da palavra, que definimos como sendo o diálogo.

Vamos apresentar, portanto, esquemas derivados do primeiro e descrevê-los, fornecendo, para cada padrão, um caso concreto de enunciação que lhe corresponda. Todavia, não desen-

volveremos análises de textos, por dois motivos: primeiro, porque tomaremos como exemplos tanto ocorrências de enunciação quanto situações lingüísticas mais ou menos institucionalizadas; segundo, porque, já tendo demonstrado, na seção anterior, a dinâmica interna da enunciação e suas possibilidades de análise, pretendemos agora apresentar diferentes possibilidades de relação **eu-tu/ele**, que essa dinâmica proporciona.

Para caracterizar as relações que nos interessam e que são as da dinâmica interna do poder da palavra, introduziremos em nosso esquema algumas convenções: representaremos por um triângulo os papéis assumidos pelo **eu** e o **tu**, em equilíbrio ou dominantes; por um círculo, os papéis em situação de inferioridade quanto ao poder da palavra; e, por um quadrado, os contextos compartilhados ou não.

4.2.1 — Vejamos, em primeiro lugar, como se articulariam os elementos que constituem o esquema da enunciação, se quiséssemos representar um diálogo em sentido pleno. De nosso ponto de vista, uma relação enunciativa plenamente dialógica é rara ou até mesmo utópica. Todavia não temos dados suficientes para provar qualquer afirmação nesse sentido, pois nossa investigação está no início e não tem esse objetivo.

Para o senso comum e as teorias conversacionais, é fácil sustentar o caráter dialógico de toda negociação pela linguagem, desde que supostamente bem intencionada, ou de qualquer conversa, porque não se consideram, nessas relações, elementos de relativização da intersubjetividade, ou coisa que a valha. Es

sa ausência de relativização ficou expressa também na proposta de intersubjetividade e diálogo de Benveniste, pelo menos quando ligada à separação pessoa/não-pessoa, isto é, na separação entre um plano pragmático da linguagem, onde o sujeito se insere no discurso e determina relações de referência com seu próprio enunciado, e um plano representativo em que a linguagem remete ao universo objetivo da não-pessoa. Benveniste era um lingüista de sua época, embora não se acomodasse dentro dela, daí a necessidade desses dois planos da linguagem que correspondiam, ao mesmo tempo, a uma visão tradicional de objetividade referencial e a sua superação por um aspecto de sui-referencialidade, determinada pela inserção do sujeito no seu dizer.

Hoje podemos, sem escândalo, abordar a linguagem só do ponto de vista pragmático e integrar aí todos seus planos. É por isso que o fundamental de nossa proposta é a inclusão do universo da não-pessoa na relação interpessoal, com o objetivo de evitar uma visão abstrata do diálogo e da intersubjetividade. Incluímos o enunciado como constitutivo da relação interpessoal, e com isso relativizamos as possibilidades de intersubjetividade e diálogo, colocando-os no plano da realidade histórica de cada relação enunciativa. Em decorrência disso é que surge nosso ceticismo em relação ao diálogo plenamente sucedido. Mas não temos recursos para dar razão a esse ceticismo; por isso, vamos ver como, pelo esquema da enunciação, se representaria uma relação plenamente dialógica.

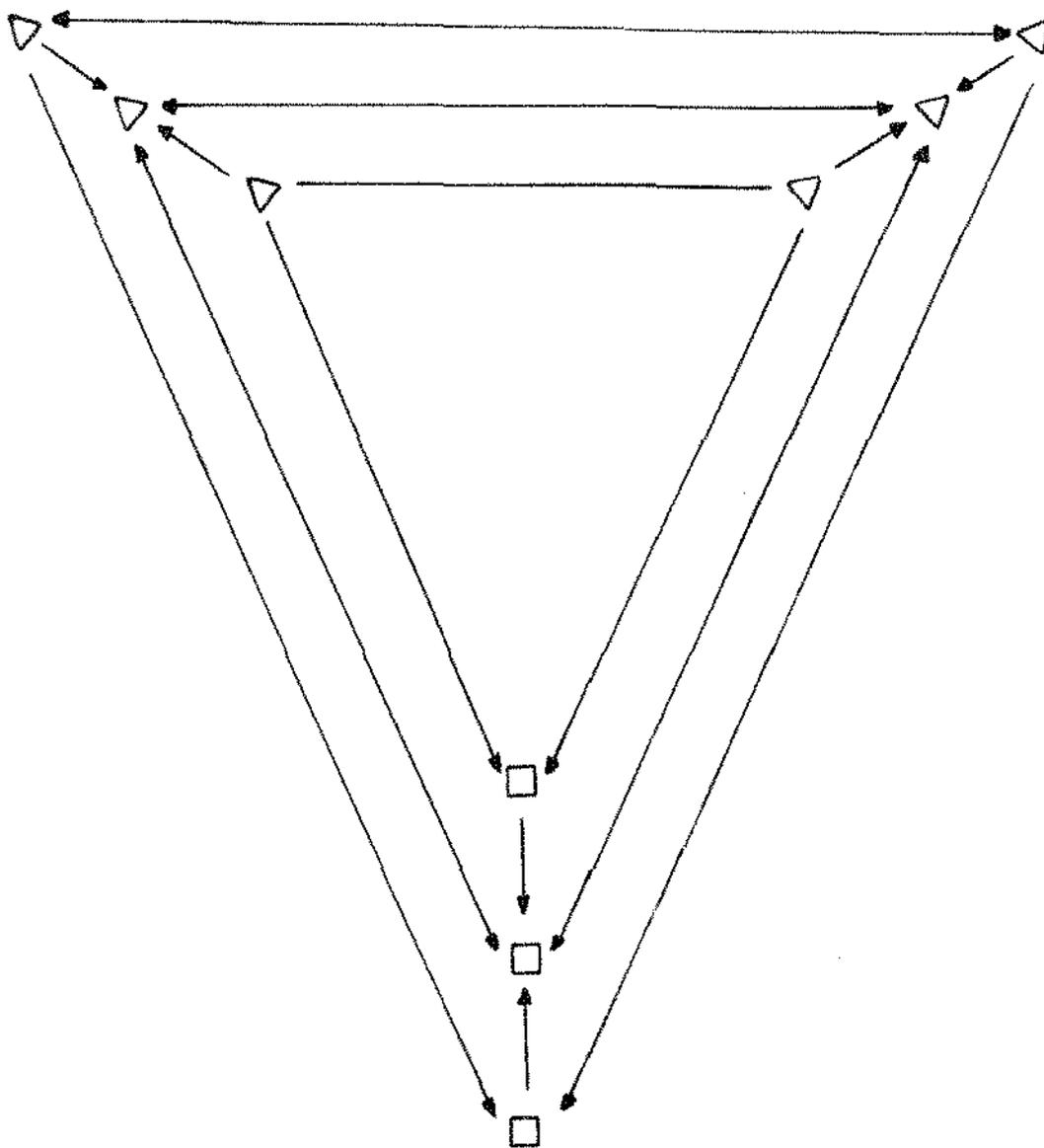


Fig. 3 — O equilíbrio dialógico

Dois aspectos devem chamar a atenção nessa representação do diálogo plenamente realizado: o traço contínuo pelo qual o representamos e a ocupação de todos os ângulos, onde se localizam papéis e contextos, pelo sinal convencional de elementos em equilíbrio. É que, nesse caso, representamos o diálogo, não como uma qualidade possível numa relação enunciativa, mas como identificado com o fato concreto da própria enunciação. É uma

representação correspondente ao que temos visto até agora como sendo o diálogo, seja pelo viés das boas intenções e do enquadramento a regras conversacionais, seja pelo viés da constituição da intersubjetividade lingüística.

Do ponto de vista do que entendemos como a estrutura e dinâmica da enunciação, temos um esquema com todos os elementos agindo em pleno equilíbrio. Um contexto discursivo compartilhado e dois lugares sociais com igual poder da palavra, para constitui-lo e nele constituir uma relação lingüística recíproca e simétrica. Nessa situação, o contexto discursivo passaria a ser um contexto significativo comum, no qual a relação lingüística se daria entre sujeitos com igual poder de manipulação semântica de seu discurso e do discurso do outro. Situação essa que se confirmaria no nível da ação lingüística, pois ali a interação, realizada em condições também igualitárias criaria um contexto perlocucional em que se dividiria o poder de agir, criando-se um equilíbrio na capacidade recíproca de manutenção de contextos e lugares sociais. Um interlocutor não se apropriaria da força e dos meios que a palavra tem para alterar o equilíbrio estabelecido no nível discursivo. Não realizaria os atos de maior força perlocucional, bloqueando em maior ou menor grau a palavra do outro. Também não realizaria um trabalho unilateral de transformação dos significados estabelecidos a nível discursivo, tentando ou realizando deslizamentos semânticos dos contextos discursivos, em relação a suas fontes de significação.

O que se preconiza na proposta desse primeiro padrão enunciativo é um acontecimento ideal, plenamente democrático, mas certamente pouco comum, se realizável, já que pressupõe a inexistência de qualquer desequilíbrio e dominação. O equilí-

brio das relações eu-tu/ele é efetivo não só no nível da relação discursiva, onde isso afinal não parece ser coisa tão extraordinária (é freqüente as pessoas se relacionarem lingüisticamente num contexto discursivo comum, ou implantarem cada um seu próprio contexto), mas também no nível da ação lingüística, onde geralmente se verifica uma disputa de maior ou menor intensidade pelos poderes que a linguagem proporciona.

Vemos esse esquema como aquele momento em que o acrobata se equilibra numa corda. É um instante de pleno equilíbrio, mas também de imobilidade, e as tensões que se exigem do corpo para isso são demasiado fortes para que o momento possa durar muito. Também uma relação enunciativa plenamente equilibrada seria um momento privilegiado, porém fugaz.

Expressamos, assim, nossas dúvidas sobre a possibilidade de plenitude dialógica de uma relação enunciativa, mesmo que realizada de acordo com certos requisitos normativos ou éticos. A seguir, vamos apresentar padrões de relativização da intersubjetividade e do diálogo, tomando, portanto, como referência aquele ponto de equilíbrio ideal das relações enunciativas, que acabamos de descrever.

4.2.2 — Começemos pelo exame de uma situação em que, no nível discursivo, haja uma relação simétrica, isto é, onde o eu e o tu se relacionem de lugares sociais equivalentes, instaurados por um contexto discursivo comum, constituído a partir de um ou mais recortes semânticos de domínio e aceitação de ambos.

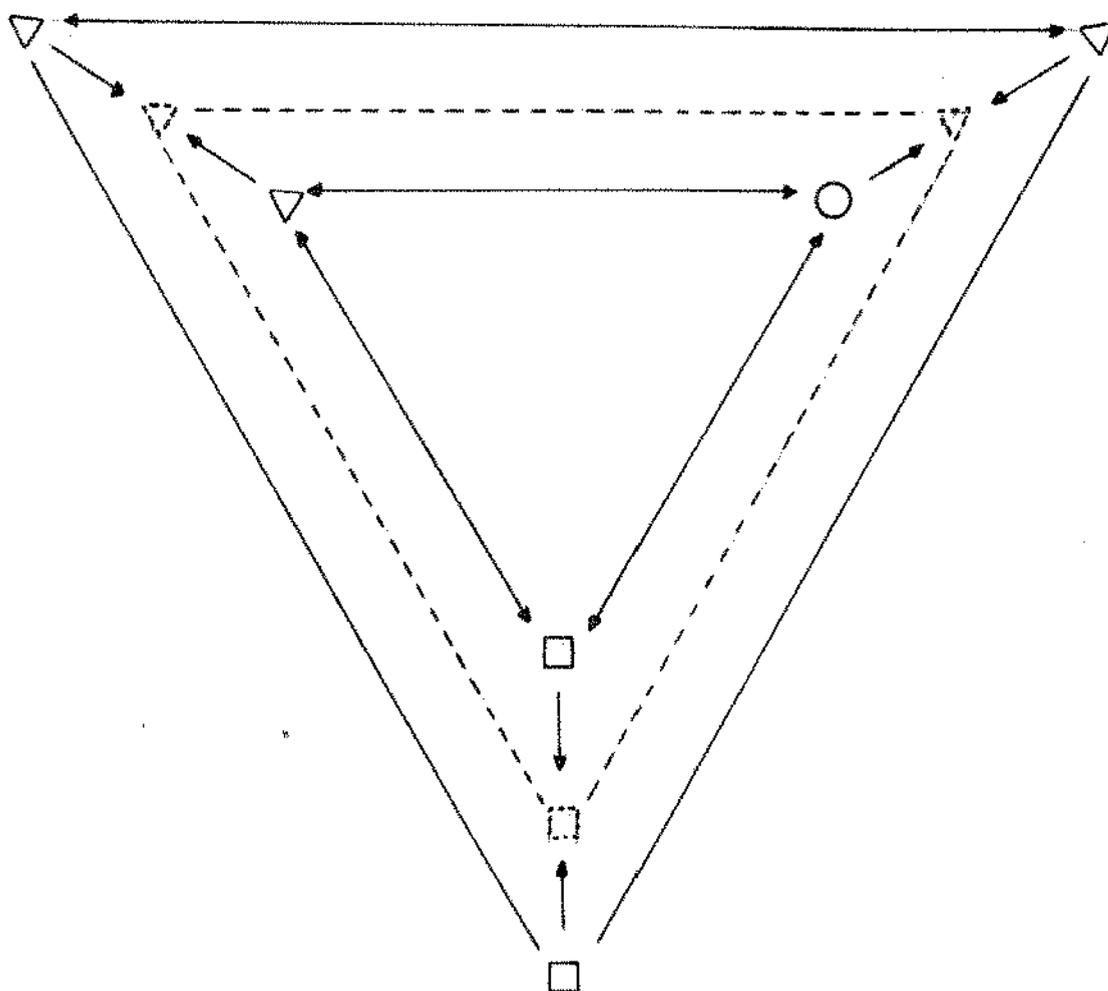


Fig. 4 — O desequilíbrio da ação lingüística

Neste caso, o contexto discursivo aponta para um con texto dialógico e os lugares sociais podem constituir uma relação de intersubjetividade. Entendemos, porém, que a qualidade dialógica da enunciação não se decide aí. Para decidir-se sobre a ocorrência de um diálogo, é preciso avaliarem-se, ainda, os efeitos do nível da ação lingüística sobre o nível discursivo. No esquema que apresentamos, um dos interlocutores tem a supremacia da ação lingüística, o que indica um trabalho semântico unilateral ou uma certa hegemonia da palavra. Isso determina uma mudança de orientação da enunciação, no que diz respeito ao diálogo. Uma assimetria do poder da palavra no nível da ação lingüística rompe o equilíbrio da relação estabelecida no nível

discursivo, reorientando-a em sentido contrário ao diálogo. Podemos ver no trecho de carta transcrito a seguir uma ocorrência desse tipo de enunciação.

Rio de Janeiro, 20 de março de 1915.

Leonor:

Recebi ontem uma carta em que Otilia me anunciava tua partida para essas regiões selvagens. Escrevo-te, mas não sei se este mísero papel te chegará às mãos. É que aquela detestável e preguiçosa criatura nem sequer me mandou dizer quanto tempo te ias demorar por aí.

*Dize-me com franqueza. Já ouviste algum dia falar de alguém que tivesse o inqualificável procedimento que tiveste para comigo? Então recebes a delicada missão de enviar-me umas linhas tortas (10) mandadas ao **Jornal de Alagoas** e, sorrateiramente, azulas para essas serras, a viver com onças e outros bichos? Isso é coisa que se faça? Como pode um animal relativamente civilizado e mais ou menos batizado esquecer, as sim, sem mais nem menos, os graves ensinamentos que se encerram nos ponderosos livros que uma alma meio cristã deve ter devorado em tempos escolares? Ah! Cometeste uma monstruosidade! Sais de Palmeira, envergas uma tanga de selva-gem, nem sequer tomas o trabalho de mandar-me um cartão de despedida! És muito ruim. Mas... eu estou vendo que, ao abrires esta carta, tu dirás comigo mesma, lembrando aquela fábula da*

*raposa: — "Estão verdes!" Realmente, tenho-te
 uma inveja ... Isso aí é uma delícia.
 (...)
 Adeus. Passa bem, nesses agradáveis climas.
 Graciliano.*

(Graciliano Ramos, 1981, p.49).

Nessa carta, o **eu** e o **tu** se relacionam como lugares sociais equivalentes, irmão e irmã, instaurados por um contexto discursivo comum, no sentido de que deriva de um único território semântico: trata-se de um discurso amistoso e familiar, no qual se fala da situação de vida de um dos interlocutores, um discurso do cotidiano. Tendo em vista essas características, o contexto discursivo passa a ser um contexto significativo co mum, no qual o **eu** e o **tu** podem atingir uma relação de intersubjetividade lingüística. Mas, como sabemos que o diálogo não se decide aí, coloca-se a necessidade de avaliar o trabalho semântico, que se realiza desde o contexto da ação lingüística sobre o contexto discursivo. Em nosso exemplo, há uma verdadeira parafernália de perguntas, exclamações, insinuações permeadas de jogos de sentido, metáforas. O conjunto dessas ações certamente criará um desequilíbrio de forças entre os interlocutores, no nível da ação lingüística, e um deslocamento do con tex to discursivo, no qual se constituíram os lugares sociais, para uma área de intelectualização que faz presente, na relação, o intelectual, o escritor.

Para comprovarmos isso, precisaríamos da resposta à

carta. Mas, de qualquer maneira, é muito intensa a força perlocucional de um dos interlocutores, e dificilmente uma força igual poderia ser empregada na resposta, sem risco de comprometer ainda mais o contexto no qual ambos se representam como irmãos, numa relação cotidiana amistosa. Diante dessa suposição, concluímos que um dos interlocutores tem a supremacia do trabalho semântico sobre o contexto discursivo, criando entraves para o equilíbrio da relação enunciativa. Dessa forma, defendemos o ponto de vista de que estamos diante de um exemplo em que a ação lingüística rompe o equilíbrio estabelecido no contexto discursivo, alterando-se, em decorrência, as possibilidades de diálogo ali esboçadas.

4.2.3 — Diferentes do padrão enunciativo apresentado anteriormente são aqueles em que o contexto discursivo instaura a predominância de um dos participantes da relação, o que resulta, do ponto de vista de nossa proposta, numa assimetria do poder da palavra que se implanta pelo nível discursivo. Os efeitos adversos que isso tem para o diálogo são evidentes, mas podem ser minimizados ou exacerbados dependendo de ser confirmado ou não o mesmo desequilíbrio no nível da ação lingüística. O menor ou maior afastamento da enunciação daquele ponto de equilíbrio que estabelecemos como sendo o do diálogo deverá, portanto, ser julgado a partir das duas possibilidades do contexto perlocucional.

Em vista disso, esta é uma situação mais complexa que a anterior e que, por isso, deverá ser representada por dois esquemas, uma vez que temos que levar em conta não só a

dissimetria do nível discursivo, mas também combiná-la com as duas possibilidades de relação no nível da ação lingüística.

Representamos a primeira das duas possibilidades de enunciação a que estamos aludindo pelo esquema que segue. Nele podemos ver que a assimetria do poder da palavra se instaura no nível discursivo e é confirmada no nível da ação lingüística. A dominação pelo poder da linguagem se exerce sempre na mesma direção, e, nessas circunstâncias, as possibilidades dialógicas da enunciação tendem para um grau zero.

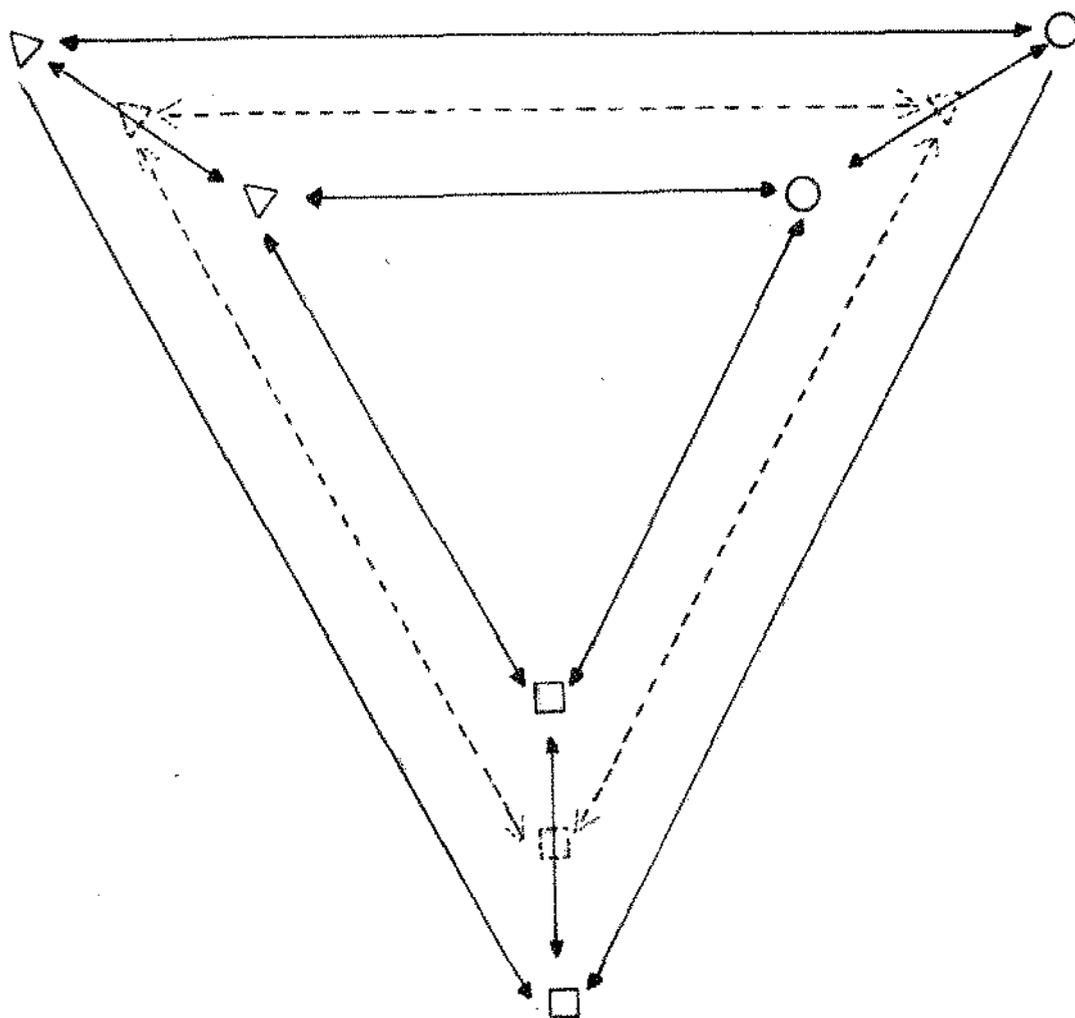


Fig. 5 — O desequilíbrio nos dois níveis e na mesma direção

Vamos utilizar como exemplo da relação enunciativa representada por esse esquema o trecho de carta que segue, no qual nos apoiaremos para descrever esta primeira situação.

Paris, 17 de fevereiro de 1903.

Prezadíssimo Senhor

.....

Não escreva poesias de amor. Evite de início as formas usuais e demasiado comuns: são essas as mais difíceis, pois precisa-se de uma força grande e amadurecida para se produzir algo de pessoal num domínio em que sobram tradições boas, algumas brilhantes. Eis por que deve fugir dos motivos gerais para aqueles que a sua própria existência cotidiana lhe oferece; relate suas mágoas e seus desejos, seus pensamentos passageiros, sua fé em qualquer beleza — relate tudo isto com íntima e humilde sinceridade. Utilize, para se exprimir, as coisas de seu ambiente, as imagens de seus sonhos e os objetos de suas lembranças. Se a própria existência cotidiana lhe parecer pobre não a acuse. Acuse a si mesmo, diga consigo que não é bastante poeta para extrair as suas riquezas. Para o criador, com efeito, não há pobreza nem lugar mesquinho e indiferente.

(Rilke, 1984, p.23).

Escolhemos este trecho de carta, pleno de beleza, boas intenções e sinceridade, para exemplificar uma relação e-

nunciativa não dialógica, exatamente porque queremos demonstrar, também, nosso ponto de vista — contrário ao senso comum — de que a ocorrência ou não de um diálogo tem a ver com relações internas à própria enunciação e não com aspectos não-lingüísticos da relação enunciativa, embora estes possam também influir na sua qualidade.

Nesse texto as relações discursivas se estabelecem num contexto discursivo unilateral, a partir do qual Rilke se constitui como mestre e coloca seu interlocutor no lugar de discípulo. O discurso do qual fala é uma "arte poética" própria e exclusiva, já que, pelo tom imperativo que assume, bloqueia a possibilidade de criação de outro contexto discursivo. Os dois lugares sociais são, pois, constituídos a partir de um único contexto discursivo que se desenvolve a partir de um conjunto de princípios e regras numa formulação autoritária, não importando qual seja a natureza ideológico-semântica do discurso.

Observamos, ainda nessa carta, que aquele interlocutor que, no primeiro nível, tem um lugar menos favorecido, no segundo é neutralizado também em sua força perlocucional pelo tipo de ações que realiza aquele que tem a supremacia da palavra. O "mestre" desenvolve sua fala por atos imperativos e de afirmação e, assim, o que se tem é um conjunto de ações lingüísticas autoritárias, que ratificam a posição ideológico-semântica do contexto discursivo e as relações **eu-tu** ali estabelecidas: "Não escreva poesias de amor", "Evite de início as formas usuais e demasiado comuns: são essas as mais difíceis ..." "Para o criador não há pobreza nem lugar mesquinho e indiferente", etc.

Nessas circunstâncias, sem um rompimento com o discurso dominante, seria difícil reverter a situação de desequilíbrio de poder. E, para esse rompimento, seria preciso o emprego de grande força perlocucional, pois o discípulo, relacionando-se a partir de um contexto discursivo alheio e sem brechas no nível da ação lingüística, para mobilizá-lo, só por uma ruptura poderia fugir à dominação nessa relação enunciativa.

Concluindo, numa relação como a que examinamos, um dos participantes é destituído do poder de constituir-se como lugar social num contexto discursivo próprio e bloqueado em suas possibilidades de trabalhar semanticamente o contexto para modificar tal situação. Dessa forma, a relação enunciativa tem uma orientação absolutamente contrária à intersubjetividade e ao diálogo.

Examinemos, agora, o segundo caso de assimetria do poder da palavra, instaurado desde o nível discursivo, aquele em que um maior ou menor equilíbrio no nível da ação lingüística dá ao interlocutor desfavorecido no primeiro a possibilidade de utilizar estratégias semânticas no sentido de desqualificar a hegemonia do outro no contexto discursivo. Nesse caso, mantém-se na relação um grau relativo de intersubjetividade, e a interação pode reorientar-se para o diálogo.

Apresentamos o esquema que segue como representativo da relação enunciativa a que aludimos e utilizamos o trecho de carta transcrito a seguir para exemplificá-la.

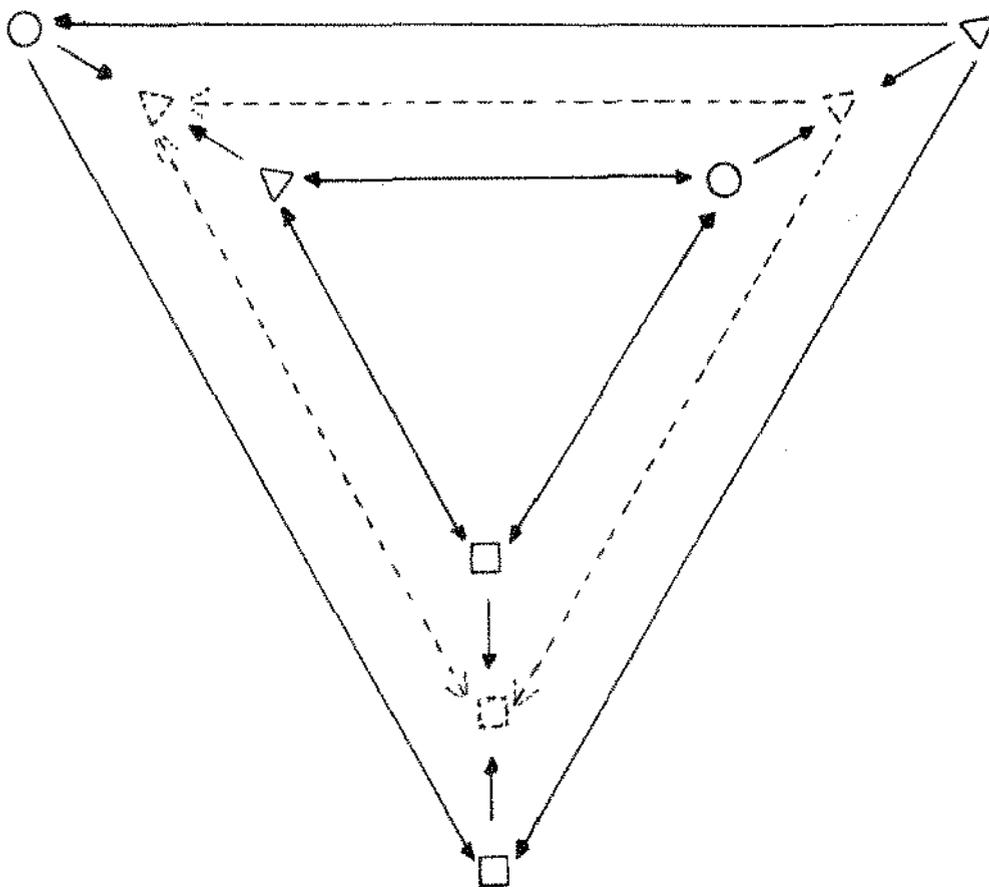


Fig. 6 — O desequilíbrio dos dois níveis, mas em direções contrárias

Minha mãe:

Aqui cheguei em paz e salvamento, graças a Nosso Senhor Jesus Cristo. Isto aqui é bom como o diabo: acorda-se às cinco da manhã, leva-se o dia lendo, fumando, comendo e rezando; dorme-se às nove da noite. Uma vida de anjo. Quando chegar aí — está compreendendo? hei de ter o corpo pesando 70 quilos e a alma leve de pecados, tão leve como os vagons que levam material para a construção da estrada de ferro de Palmeira.

(Graciliano Ramos, 1981, p.16).

Nesse fragmento de carta, há um único contexto discursivo, o da mãe, que remete a um discurso religioso e morali

zante. É nesse contexto discursivo unilateral que se constituem, então, os dois lugares sociais em atuação, o da mãe a partir de um contexto discursivo que é o seu, e o do filho a partir de um contexto alheio, numa relação de desequilíbrio, portanto.

Afirmamos que o contexto discursivo é unilateral com base no que observamos no nível da ação lingüística. Ali, o filho reage a esse contexto através de ações lingüísticas que incidem sobre seus significados, deslocando-o semanticamente do recorte discursivo a que nos referimos acima. Com efeito, o contexto perlocucional se desenvolve por uma série de atos de afirmação, alguns carregados de elementos perturbadores da unidade semântica do co-texto. Tomemos dois desses atos:

(1) "Isto aqui é bom como o diabo: acorda-se às cinco da manhã, leva-se o dia lendo, fumando, comendo, rezando",

(2) "Uma vida de anjo; quando chegar aí, hei de ter o corpo pesando 70 quilos e a alma leve de pecados, tão leve como os vagons ..."

Na primeira afirmação, há pelo menos um elemento perturbador da coerência semântica do enunciado, que é associação do "bom", que qualifica a situação de vida do autor, com o "diabo". Na segunda, é a associação entre "vida de anjo" e a leveza da alma comparada ao peso de vagons. Essas associações têm um efeito semântico que se projeta para todo o contexto discursivo, desqualificando a descrição de atividades diárias que configuram uma existência vivida de acordo com as idéias e princípios que constituem o universo discursivo da mãe.

Essa desqualificação, entretanto, não é aberta e ra

dical a ponto de ocasionar um deslocamento total do contexto do âmbito do discurso do qual ele emana semanticamente. O trabalho semântico realizado a partir do contexto perlocucional co loca a ação do filho no nível do protesto irônico, mas não da criação de um contexto discursivo novo, que se contraponha ao da mãe.

Em suma, pelo que foi dito, concluímos que existe, na relação de enunciação que estamos apresentando como exemplo, um desequilíbrio de poder no nível do discurso. No segundo nível, o interlocutor desfavorecido no primeiro desenvolve um trabalho semântico sobre o contexto discursivo que visa a alte rar as relações de força já estabelecidas. É ele que, no nível da ação lingüística, se apropria do poder da palavra. Disso de corre que, em cada nível, a dominação pela palavra se exerce em direção contrária à do outro. Tal fato cria um desequilíbrio menor de poder do que o verificado no exemplo anterior, onde ele se exerce sempre na mesma direção.

O padrão de relações enunciativas em que um desequi líbrio do poder da palavra se instaura no nível discursivo pode ocorrer em qualquer circunstância de relacionamento lingüístico, e, em qualquer situação, tal padrão pode ser aceito pelas partes envolvidas, ou contestado por uma delas a partir do nível perlocucional, e (do que trataremos aqui) até do próprio nível discursivo. Pensamos num tipo de contestação que problematiza a assimetria a ponto de trazer em seu exercício germens de destruição do lugar daquele que contesta. Quem ocupa na interlocução um lugar social de caráter institucional, e dominan te na relação, pode assumir uma atitude crítica no que diz res peito ao discurso que o caracteriza como tal. Na tentativa de

desfazer a assimetria, de negar-se à dominação que essa assimetria lhe proporciona, tentará sobrepor ao contexto unilateralmente constituído ou constituível um contexto crítico, semanticamente compartilhado. Essa atitude que poderíamos chamar de metadiscursiva, em relação ao contexto institucionalizado, não anula este, mas sobrepõe-se a ele como um outro contexto discursivo. Aquele contexto que constitui, ou justificaria o estabelecimento de uma relação enunciativa de caráter institucional, permanece de maneira subjacente, sustentando-a, sob pena da interação lingüística perder sua razão de ser ou descaracterizar-se, transformando-se numa relação de outra natureza. Um exemplo típico disso é o da relação professor-aluno numa situação de aula.

O interlocutor que tem institucionalmente assegurado o domínio na relação, ao negar-se a assumir o lugar de dominação pela rejeição a constituir um contexto discursivo filiado a determinado discurso, conduz a interação para o nível do diálogo: aliando-se ao interlocutor, constitui um contexto significativo comum que, apesar de sua natureza crítica, não anula o contexto que critica, mas a ele se sobrepõe. A relação de relativa intersubjetividade que se instaura e a orientação dialógica da enunciação conservam, entretanto, de maneira latente, o contexto discursivo de origem institucional e os papéis assimétricos que nele se formam, pois de outra maneira a interlocução perderia sua razão de ser.

O empenho de quem ocupa o lugar social de dominação, para instaurar uma relação dialógica, criará, no nível dos atos de fala, uma convergência para esse objetivo, ou aquele esforço não será verdadeiro nem surtirá qualquer efeito favorável.

vel em relação ao diálogo. Então, a relação, no nível da ação lingüística, deverá desenvolver-se num contexto que evidencia uma partilha no poder da palavra, que é o que sustentará a tentativa de diálogo contra os efeitos de um discurso latente contrário a ele.

Na mesma linha de raciocínio que desenvolvemos acima, colocamos a possibilidade de que aquele que participa de uma relação de enunciação assimétrica desde o nível discursivo, como desfavorecido quanto ao poder da palavra, tente desfazer desde aí os termos dessa relação, problematizando-a de tal forma que criará, ao contrário do que aconteceria no caso precedente, uma situação de conflito, se seu parceiro não tivesse o mesmo propósito. Mantemo-nos ainda na perspectiva de relações institucionalizadas do tipo professor-aluno.

Criticando o contexto que o situa como lugar social desfavorecido quanto ao poder da palavra, um dos interlocutores (o aluno, no caso) porá em dúvida o lugar social do outro. O que se configura daí para a frente é um estado de rebelião no interior da relação enunciativa, que lhe determinará uma direção de afastamento do diálogo. O grau desse afastamento e desse conflito poderá ser intensificado ou contornado a nível da ação perlocucional. De qualquer forma, o contexto discursivo que constitui os lugares sociais assimétricos na relação permanecerá sustentando-a, como no caso anterior, apesar da superposição de um contexto crítico, pois se isso não ocorresse a relação se descaracterizaria, transformando-se. Já não teríamos uma relação professor-aluno, por exemplo. A propósito, uma análise discursiva do discurso pedagógico pode ser encontrada em Orlandi (1983).

4.2.4 — Outro padrão de relação enunciativa que certamente ocorre e com muita freqüência é aquele em que, desde o nível discursivo, se estabelece uma disputa aberta pelo poder da palavra. É o que acontece quando há dois contextos discursivos antagônicos do ponto de vista semântico-ideológico, e os interlocutores se constituem como dois lugares sociais com igual poder da palavra, mas adversários. Os dois contextos evidentemente remetem a discursos em algum sentido em conflito, e, nessas circunstâncias, a relação enunciativa se desenvolve como uma luta pela hegemonia de um deles e, conseqüentemente, pela supremacia enunciativa de um dos interlocutores enquanto lugar social.

Nesse caso, a disputa pelo poder da palavra se desenvolve no nível perlocucional, tendo o jogo como resultado a qualificação da troca lingüística em relação àquele ponto de equilíbrio em que se localizam a intersubjetividade e o diálogo. A rigor existem nesse padrão duas possibilidades ligadas a estratégias diferentes no nível perlocucional: na primeira, a interação lingüística se desenvolve dentro de um padrão argumentativo em que os interlocutores respeitam, em maior ou menor grau, a identidade do campo semântico a partir do qual cada um fala, e aí a relação enunciativa se orientará em direção à intersubjetividade e ao diálogo; na segunda, haverá um trabalho perlocucional unilateral ou não, mas de qualquer forma não cooperativo, de manipulação semântica, pelo qual os interlocutores tentarão deslocar o contexto discursivo antagônico de seu enquadramento semântico, e, assim, jogar não só com o lugar social de seu interlocutor, como anular seu poder da palavra, e neste caso a relação enunciativa terá uma orientação contrária à intersubjetividade e ao diálogo.

Arriscamos a hipótese de que a primeira situação é mais provável em polêmicas de natureza filosófica ou científica, onde o caráter ideológico da disputa é velado, e que o segundo é regra geral em enfrentamentos de natureza política, onde o embate ideológico se evidencia com mais força. Exemplo do último caso é a relação enunciativa constituída pela troca de cartas entre Daniel Krieger e Costa e Silva, que analisamos na seção anterior.

Representamos essas suas possibilidades de disputa pelo poder da palavra pelos esquemas que seguem.

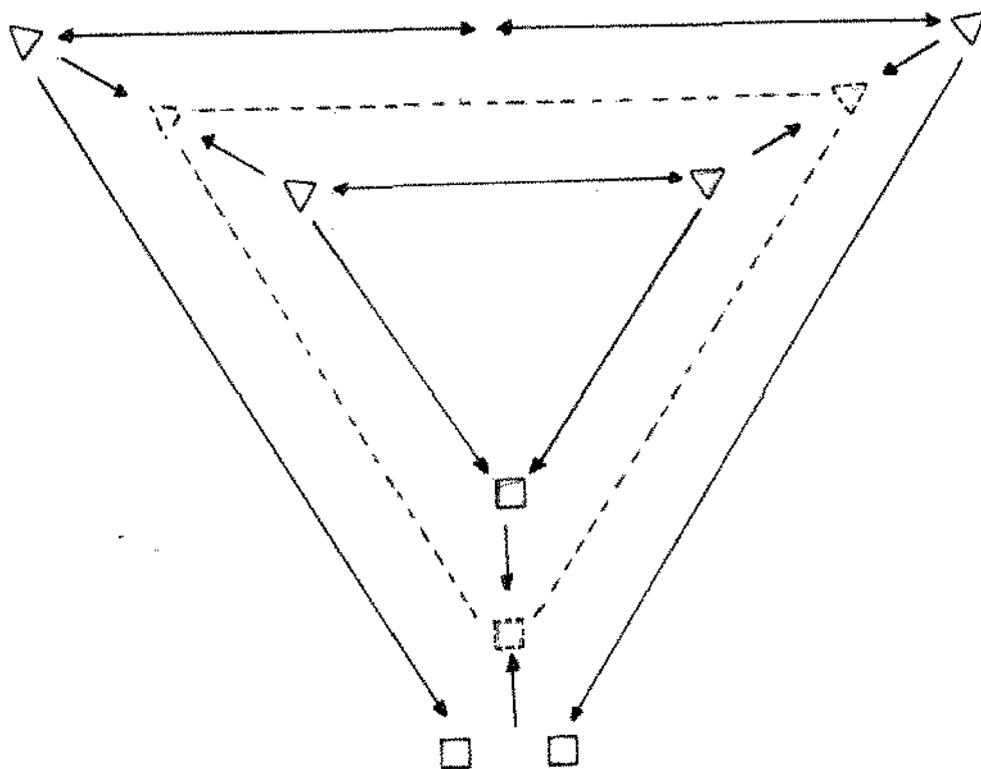


Fig. 7 — O conflito discursivo no equilíbrio da ação lingüística

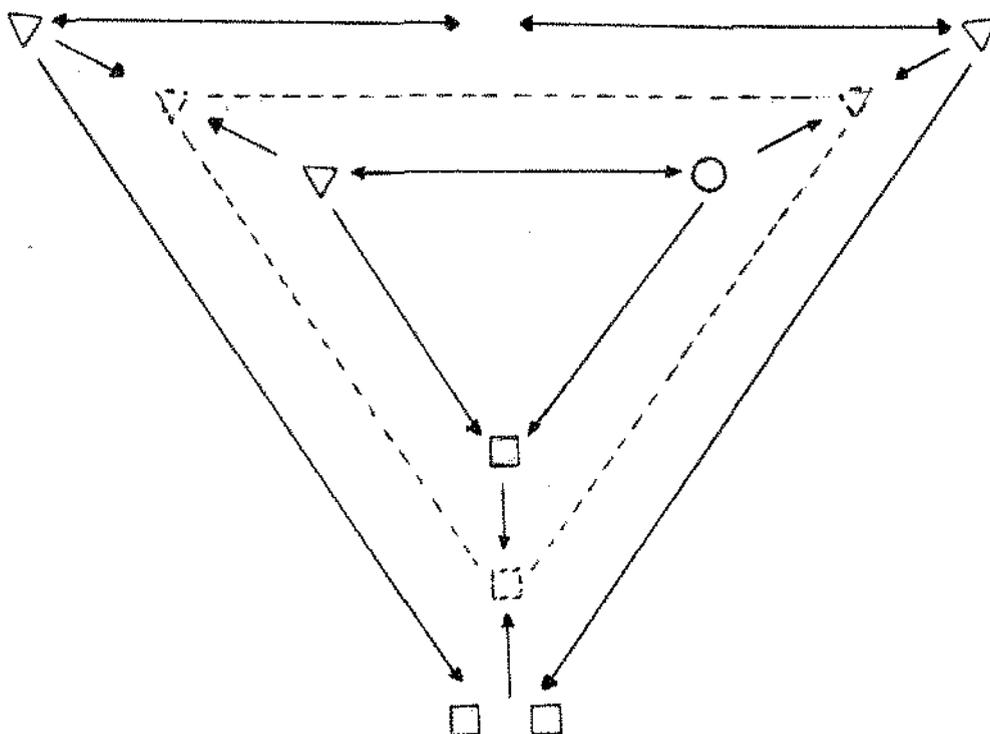


Fig. 8 — O conflito discursivo no desequilíbrio da ação lingüística

Com esses dois esquemas, encerramos a apresentação da série de padrões enunciativos que julgamos representarem níveis de aproximação e distanciamento do diálogo. Ficará por realizar um levantamento de dados que provem a realidade empírica desses padrões e possivelmente apontem para a existência de outros.

5 — CONCLUSÃO

Iniciamos este trabalho com o objetivo de investigar o diálogo, sua natureza e possibilidades de ocorrência, e, a título de conclusão, retomaremos alguns pontos do caminho pelo qual chegamos ao final. Tais pontos têm a ver com a postura se mântica que assumimos para definir o diálogo como uma possibilidade de equilíbrio das relações lingüísticas, estabelecidas no interior da enunciação.

O primeiro estágio de nossa reflexão se desenvolveu em torno da construção de um conceito de diálogo, e para isso fomos buscar apoio em teorias pragmáticas da linguagem. Ao término dessa etapa, não obtivemos um conceito de diálogo que pudessemos adotar, mas atingimos um conhecimento que constituiu a base para uma definição própria. Compreendemos que a condição para elaborar um conceito de diálogo teórica e metodologicamente produtivo estava na distinção entre os conceitos de diálogo e enunciação. Isso porque, pela análise bibliográfica, verificamos que a identidade dos dois conceitos generalizava de tal forma a ocorrência do diálogo que o esvaziava da especificidade necessária para constituir-se em objeto de estudo, pelo menos na perspectiva em que pretendíamos abordá-lo.

Efetivamente, nos textos em que havia um conceito explicito ou deduzível de diálogo, toda relação lingüística era dialógica. E, quando se atribuía à ocorrência do diálogo algu-

ma relatividade era a partir de critérios não-lingüísticos: boas ou más intenções e desejo de entendimento condicionavam a ocorrência de diálogo, no senso comum; o comportamento lingüístico dos falantes, a partir de princípios gerais de racionalidade, ou da sistematicidade de trocas sociais propiciava relações de caráter dialógico, segundo teorias conversacionais.

Na perspectiva teórica mencionada acima, as condições para a ocorrência das relações lingüísticas bem sucedidas (dialógicas) eram extralingüísticas, porque o sujeito era independente da enunciação, não estava constitutivamente vinculado a ela. A qualidade da relação lingüística dependia, então, das intenções desse sujeito autônomo, de seus compromissos com a racionalidade, de sua harmonia com um padrão de comportamento social.

Em outra perspectiva teórica, a de Benveniste, que tomamos como ponto de partida para nossa reflexão, vincula-se a constituição do sujeito à enunciação: é sujeito quem diz **eu** e, por esse dizer, instaura o **tu**. Desse ponto de vista, toda enunciação é dialógica, na medida em que o sujeito se constitui na reflexividade lingüística. A partir dessa colocação de Benveniste, estabeleceu-se uma abordagem pragmática do estudo da linguagem na linha de uma semântica discursiva ou da enunciação. Instaura-se, entretanto, um mal-estar teórico em relação à completude dialógica da intersubjetividade no processo de enunciação, que vai expressar-se, não por uma investigação sobre a natureza do diálogo, mas por uma crítica à noção de sujeito, sustentada pelo conceito de enunciação.

Pêcheux negará a concepção de sujeito lingüístico,

definido por Benveniste, propondo em seu lugar o conceito de forma-sujeito, já que a constituição do **eu** se dá, segundo ele, a partir do discurso, semanticamente determinado por uma formação discursiva, que é configuração lingüística de certa formação ideológica. Ducrot criticará o mesmo conceito de subjetividade, afirmando que aquele que se representa como **eu** divide com outras vozes a constituição semântica do enunciado. Mas a natureza dialógica de toda relação enunciativa instituída por Benveniste (e por Bakhtin) permanecerá nessas teorias, na medida em que, na enunciação, sempre estarão envolvidos pelo menos um **eu** e um **tu**.

Em nossa perspectiva, nenhuma dessas soluções para a relação sujeito-enunciação eram adequadas (embora as aceitemos como verdadeiras), porque queríamos contestar a universalidade dialógica da enunciação, isto é, relativizar a ocorrência do diálogo, vinculando-o à intersubjetividade, que víamos como uma ocorrência possível nas relações **eu-tu**. Pretendíamos estudar o diálogo como uma relação de intersubjetividade, relativa ao equilíbrio de poder da palavra no interior da própria enunciação. Em decorrência disso, o ponto central deste trabalho não poderia ser uma crítica à noção de sujeito, independente de uma crítica à noção de diálogo, mas a proposta de um esquema da estrutura da enunciação, contendo os elementos para representarem-se as relações internas ao processo, a partir das quais se poderia avaliar a ocorrência do diálogo como uma relação lingüística, em algum sentido intersubjetiva.

A construção de nosso modelo começou quando criticamos a definição de discurso de Benveniste, que o caracterizava pela presença das marcas de subjetividade no enunciado. Não

nos inserimos na linha de pesquisa da enunciação a partir de suas marcas no enunciado, porque essa perspectiva de análise não permitia considerá-lo como constitutivo da relação **eu-tu**. Pensávamos que o enunciado era necessário na estrutura da enun_{ci}ação como o elemento que quebraria a completude intersubjeti_{va} da relação interpessoal, afirmada por Benveniste e negada por Pêcheux, por exemplo.

Invertendo a perspectiva de análise da enun_{ci}ação, foi possível acrescentar à oposição **eu-tu** uma segunda oposição, **eu-tu/ele**. Assim, representamos pela forma **ele** aquilo que, numa relação enunciativa, não é o **eu** nem o **tu**, mas que é de na_{tureza} lingüística também — o contexto semântico da enun_{ci}ação. Retirando a enun_{ci}ação do interior do enunciado, atribuímos a ela uma estrutura triangular, pela inserção na relação interpessoal de um terceiro elemento constituído pelo **eu** e o **tu** e, ao mesmo tempo, constituidor de sua relação. A partir da atribuição desse papel ao enunciado, foi possível considerar a intersubjetividade e o diálogo como possibilidades resultantes da configuração semântica da enun_{ci}ação.

Mas a realização de nosso projeto não se concretizou só pela proposta de uma estrutura triádica para a enun_{ci}ação. Foi necessário, ainda, considerar essa estrutura como consti_{tuida} em dois níveis pragmáticos: o discursivo e o da ação lin_{güística}. Pela determinação de como se constitui semanticamente o contexto discursivo e de como se realiza, a partir do con_{te}xto perlocucional, o trabalho semântico sobre os significados já constituídos, obtivemos instrumentos para analisar a qualidade de uma relação enunciativa em termos de diálogo.

O diálogo foi, então, considerado como o resultado do equilíbrio da relação **eu-tu/ele** nos dois níveis pragmáticos que propusemos para a enunciação. É óbvio, portanto, que a qualidade da enunciação não se decide só no nível da constituição dos significados — o discursivo — que é o da determinação dos lugares sociais. O jogo de equilíbrio das relações no interior da enunciação depende também do trabalho semântico que os enunciadores realizam, a partir do contexto perlocucional, sobre os significados dos contextos discursivos. Conseqüentemente, o contexto da enunciação não tem uma configuração discursiva absolutamente estável. O grau de estabilidade semântica dos contextos discursivos em relação aos discursos aos quais estão filiados varia de acordo com a intensidade com que se trabalham os significados a partir do nível da ação lingüística.

Desse modo, o caráter semântico de uma relação enunciativa define-se pela dialética entre a estabilidade da vinculação semântica dos contextos discursivos aos discursos dos quais derivam seus significados e o trabalho semântico realizado a cada relação enunciativa. Dito de outra maneira, em cada evento de enunciação, a relação **eu-tu** tem a estabilidade que os contextos discursivos lhes garantem pela constância ou não de sua relação com determinado discurso. Mas essa relação tem também a mobilidade relativa ao grau de originalidade do trabalho semântico que os interlocutores realizam, originalidade que decorre das estratégias retóricas e estilísticas que desenvolvem, enquanto enunciadores, e que são sempre inéditas, em virtude das finalidades com que as realizam em cada enunciação.

Na perspectiva semântica deste trabalho, não se coloca, pois, o dilema **universalidade dos significados**, ou sua

constituição a cada relação enunciativa. Essa é uma opção relacionada com a oposição língua-fala, pela qual se anula e afirma, sucessivamente e de maneira categórica, a presença do sujeito na linguagem. Em nossa perspectiva, afirmamos a intersubjetividade lingüística, só que como um ponto de equilíbrio possível da relação eu-tu/ele. Então a problemática da subjetividade também não se coloca para nós como uma oposição do tipo sujeito/forma-sujeito. Ela se apresenta desse modo, quando estudada do ponto de vista do discurso entendido como materialidade ideológica. Desse ponto de vista, opõe-se à autonomia e plenitude do sujeito, seu assujeitamento às determinações ideológicas de uma formação discursiva.

Nós estudamos a enunciação como um processo que se realiza em dois níveis pragmáticos. Essa duplicidade de níveis implica uma relação dialética entre a determinação ideológico-semântica do contexto discursivo a partir de determinado discurso e a indeterminação semântica da relação enunciativa, em virtude de um trabalho semântico peculiar a cada contexto perlocucional. Em nossos termos, o problema que se coloca é o da relativização da subjetividade e do diálogo, seu condicionamento à qualidade das relações semânticas estabelecidas no interior da enunciação, que configuram relações de poder da palavra.

BIBLIOGRAFIA

- ALSTON, P.W. *Filosofia da linguagem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa, Editorial Presença, 1980.
- ASCOMBE, J.C. Voulez-vous dériver avec moi? *Communications*. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 32:61-124, 1980.
- AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV. Revue de linguistique*, 26:91-151, 1982.
- _____. Hétérogénéité(s) énonciative(s). *Langages*, Paris, Larousse, 73:98-111, 1984.
- AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. Harvard University Press, 1975.
- _____. *Quand dire, c'est faire*. Paris, Seuil, 1970.
- BAKHTIN, M. (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1981A.
- _____. *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au moyen âge et sous la renaissance*. Paris, Galimard, 1984.
- _____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1981B.
- BANGE, P. Points de vue sur l'analyse conversationnelle. *DRLAV. Revue de linguistique*. Paris, Centre de Recherche de L'Université de Paris VIII, 1983. p.1-127.
- BEAUGRANDE, R.A. de. & DRESSLER, W. *Introduction to text linguistics*. London, Longman, 1981.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo, Editora Nacional, USP, 1976.

- BENVENISTE, E. *Problèmes de Linguistique Générale*, 2. Paris, Gallimard, 1974.
- _____. (1946) Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: *Problemas de lingüística geral*. São Paulo, Nacional, USP, 1976.
- _____. (1956) A natureza dos pronomes. In: *Problemas de lingüística geral*. São Paulo, Nacional, USP, 1976.
- _____. (1958) Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de lingüística geral*. São Paulo, Nacional, USP, 1976.
- _____. (1970) L'appareil formel de l'énonciation. In: *Problèmes de linguistique générale*, 2. Paris, Gallimard, 1974.
- _____. (1966) La forme et le sens dans le Langage. In: *Problèmes de linguistique générale*, 2. Paris, Gallimard, 1974.
- _____. (1969) Sémologie de la langue. In: *Problèmes de linguistique générale*, 2. Paris, Gallimard, 1974.
- BERRENDONNER, A. *Éléments de pragmatique linguistique*. Paris, Minuit, 1981.
- BUBER, M. *Do diálogo e do dialógico*. São Paulo, Perspectiva, 1982.
- CAMAIONI, L.; CASTRO CAMPOS, M.F. de; LEMOS, C. On the failure of the interactional paradigm in language acquisition: a re-evaluation. In: DOISE, W. & PALMONARI, A. (eds.) *Social interaction and individual development*. Cambridge, Cambridge University Press, 1980.
- CERQUIGLINI, B. Le style indirect libre et la modernité. *Langages*. Paris, Larousse, 73:7-16, mars, 1984.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 1980 (Col. Primeiros Passos).
- CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass. MIT Press, 1965.
- DASCAL, M. A relevância do mal-entendido. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, IEL-UNICAMP, 11:199-217, 2º semestre, 1986.

- DICK, T. Van. *Text and context; explorations in the semantics and pragmatics of discourse*. London, Longman, 1980.
- DUCROT, O. De Saussure à la philosophie du langage. In: SEARLE, J.R. *Les actes de langage; essai de philosophie du langage*. Paris, Herman, 1972. (Col. Savoir).
- _____. Illocutoire e performatif. *Linguistique et sémiologie*. Paris, 4:17-53, 1977.
- _____. *Princípios de semântica lingüística*. São Paulo, Cultrix, 1977.
- _____. Les lois du discours. *Langue Française*, 4:21-33. 1979.
- _____. *Los mots du discours*. Paris, Minuit, 1980.
- _____. *Le Dire et le dit*. Paris, Minuit, 1984.
- FOUCAULT, M. *L'archéologie du savoir*. Paris, Gallimard, 1969.
- _____. Sobre a arqueologia das ciências; respostas ao Círculo Epistemológico. In: FOUCAULT et alii. *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis, Vozes, 1971. p. 9-55.
- _____. *L'ordre du discours*. Paris, Gallimard, 1971.
- _____. *Microfísica do poder*. 3.ed. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- FRANCHI, C. Linguagem: atividade constitutiva. *Almanaque*, São Paulo, Brasiliense, 5:9-27, 1977.
- FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo, USP, Cultrix, 1978. (Seleção, introdução e notas de Paulo Alcanforado).
- FUCHS, C. *La paraphrase*. Paris, Presses Universitaires de France, 1982 (Col. Linguistique nouvelle).
- _____. Variations discursives. *Langages*. Paris, Larousse, 70:9-14, Juin, 1983.
- GADET, F. & PÊCHEUX, M. *La langue introuvable*. Paris, Maspéro, 1981.
- GERALDI, W.; GUIMARÃES, E.; ILARI, R. Operadores de argumentação e diálogo. *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas, IEL-UNICAMP, 9:143-57, 1985.

- GRICE, H.P. Meaning. In: STEINBERG, D. & JAKOBOVITS, L.A. *Semantics; an interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. Cambridge, University Press, 1976.
- _____. Logic and conversation. In: COLE, P. & MORGAN, J.L. *Syntax and semantics*. New York, Academic Press, 1975. v.3, p.41-58.
- _____. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (Org.). *Fundamentos metodológicos da lingüística; pragmática*. Campinas, 1982. v.4.
- GUIMARÃES, E. *Modalidade e argumentação lingüística*. São Paulo, USP, 1979 (Tese de doutoramento).
- _____. Sobre alguns caminhos da pragmática. *Série Estudos*. Uberaba, Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba. 9:15-29, 1983.
- _____. *Texto e argumentação; um estudo de conjunções do português*. Campinas, Pontes, 1987.
- _____ & ORLANDI, E. *Unidade e dispersão; uma questão do texto e do sujeito*. No prelo, 1986.
- GUMPERZ, J. *Discourse strategies*. Cambridge, Cambridge University, 1982.
- HABERMAS, J. What is universal pragmatics? In: *Communication and the evolution of society*. Boston, Beacon Press, 1979. p.1.68
- HALLIDAY, M.A.K.; MCINTOSH, A.; STEVENS, P. *As ciências lingüísticas e o ensino de línguas*. Petrópolis, Vozes, 1974.
- HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R. *Cohesion in English*. London, Longman, 1979.
- HAROCHE, C.; HENRY, P.; PÊCHEUX, M. La sémantique et la coupure saussuriane: langue, langage, discours. *Langages*, 24, 93:107, 1971.
- HENRY, P. *Le mauvais outil; langue, sujet et discours*. Paris, Klincksieck, 1977.
- HOLANDA FERREIRA, A.B. de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.
- HOLDCROFT, D. *Words and deeds; problems in the theory of speech*, Oxford, Clarendon Press, 1978. p.1-24.

- HUMBOLDT, W. Von. Sur les différences de construction du langage dans l'humanité. In: JACOB, A. (Org). *Genèse de la pensée linguistique*. Paris, Armand Colin, 1973.
- JAKOBSON, R. Lingüística e poética. In: *Lingüística e comunicação*. São Paulo, Cultrix, USP. 1969.
- _____. Les embrayeurs verbales et le verbe russe. In: *Essais de linguistique générale*. Paris, Minuit, 1963.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation de la subjectivité dans le langage*. Paris, Armand Colin, 1980.
- KREIGER, D. *Desde as Missões ...* Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.
- LACAN, J. *O seminário; o eu na teoria de Freud e na técnica de psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985. Livro 2.
- LAHUD, M. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo, Ática, 1979 (Col. Ensaaios, 61).
- LEITE, N.V. *Psicolingüística e psicanálise. Série Estudos*. Uberaba, Centro de Ciências Humanas e Letras, 7, 75-9, 1985.
- LEMONS, C.T.G. de. A sintaxe no espelho. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, IEL-UNICAMP, 10:5-15, 1º semestre, 1986.
- LEVINSON, S.C. *Pragmatics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1983 (Col. Cambridge Textbooks in Linguistics).
- LINSKY, L. *Le problème de la référence*. Paris, Éditions du Seuil, 1974 (Col. L'Ordre Philosophique).
- LORENZ, K. A intencionalidade e sua dependência da linguagem. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, IEL-UNICAMP, 11:57-63, 2º semestre, 1986.
- LYONS, J. *Semântica*. Lisboa, Editorial Presença, Martins Fontes, 1980. v.1.
- _____. *Sémantique linguistique*. Paris, Larousse, 1980 (Col. Langue et langage).
- MAINGUENEAU, D. *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*. Paris, Hachette, 1976.
- _____. *Approche de l'énonciation en linguistique française; embrayeurs, "temps", discours rapporté*. Paris, Hachette, 1981 (Col. Langue Linguistique Communication).

- MAINGUENEAU, D. Discours abstrait et conditions de production. *DRLAV, Revue de linguistique*. Paris, Centre de Recherche de L'Université de Paris VIII, 28:63-78, 1983.
- MALINOWSKI, B. O problema do significado em linguagens primitivas. In: OGDEN, C.K. & RICHARDS, I.A. *O significado de significado*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- MARCUSCHI, L.A. *Análise da conversação*. São Paulo, Ática, 1986.
- MARTINS, E.J. *Pronomes pessoais complementos de terceira pessoa; revisão de conceitos e normas*. Porto Alegre, UFRGS, 1981 (Dissertação de Mestrado).
- _____. A complexidade referencial do pronome "ele". *Série Estudos*. Uberaba, Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 9:15-29, 1983.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo, Abril Cultural, 1983. V.1. (Col. Os Economistas).
- MORRIS, C.W. *Fundamentos da teoria dos signos*. Rio de Janeiro, Eldorado Tijuca, USP, 1976.
- ORLANDI, E.P. *A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- OSAKABE, H. *Argumentação e discurso político*. São Paulo, Kairos, 1979.
- _____. Sobre a noção de discurso. *Série Estudos*. Uberaba, Instituto de Letras das Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino, 6, 20-34, 1979.
- PARRET, H. Pragmática. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, IÉL-UNICAMP, 7:39-51, 1984.
- PÊCHEUX, M. *Analyse automatique du discours*. Paris, Dunod, 1969.
- _____ & FUCHS, C. Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours. *Langages*, Paris, Larousse, 37:7-80, 1975.
- PÊCHEUX, M. *Les vérités de la palice*. Paris, Maspero, 1975B.

- PETIT, J.L. Do esboço à ruptura do diálogo. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, IEL-UNICAMP, 11:187-98, 2º semestre, 1986.
- POSSENTI, S. *Discurso, estilo e subjetividade*. Campinas, IEL UNICAMP, 1986 (Tese de doutoramento).
- RAMOS, G. *Vidas Secas*. São Paulo, Record, 1983.
- RAMOS, G. *Cartas*. 2.ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981.
- RILKE, R.M. *Cartas a um jovem poeta*. 12.ed. Rio de Janeiro, Globo, 1984.
- REBOUL, O. *Langage et idéologie*. Paris, Presses Universitaires de France, 1980.
- RÉCANATI, F. *La transparence et l'énonciation; pour introduire à la pragmatique*. Paris, Éditions du Seuil, 1979.
- RICOEUR, P. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.
- ROSSI-LANDI, F. *A linguagem como trabalho e como mercado; uma teoria da produção e da alienação lingüísticas*. São Paulo, DIFEL, 1985.
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística general*. Losada, Buenos Aires, 1961.
- SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. A simplist systematics in the organization of turn-taking for conversation. *Language*, 50:696-735, 1974.
- SCHAFF, A. *Introdução à semântica*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- SEARLE, J.R. *Les actes de langage; essai de philosophie du langage*. Paris, Herman, 1972. (Col. Savoir).
- SIMPSON, T.M. *Linguagem, realidade e significado*. São Paulo, Livraria Francisco Alves, USP, 1976.
- SOUZA FILHO, D.M. de. O diálogo em crise. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, IEL-UNICAMP, 11:176-85, 2º semestre, 1986.
- _____. *Filosofia, linguagem e comunicação*. São Paulo, Cortez, 1983.

- STRAWSON, P.F. Intention et convention dans les actes de langage. In: *Études de Logique et de linguistique*. Paris, Éditions du Seuil, 1977.
- TARSKI, A. *La concepción semántica de la verdad y los fundamentos de la semántica*. Buenos Aires. Ediciones Nueva Vision, 1972.
- TODOROV, T. Problèmes de l'énonciation. *Langages*. Paris, Didier/Larousse, 17:3-11, 1970.
- _____. *Mikhaïl Bakhtine; le principe dialogique; suivi de Écrits du Cercle de Bakhtine*. Paris, Éditions du Seuil, 1981.
- VALVERDE, J.M. *Guillermo de Humboldt y la filosofía del lenguaje*. Madrid, Gredos, 1955. (Col. Biblioteca Románica - Hispánica).
- VILLELA-PETIT, M. da P. Que significa "falar consigo mesmo"? *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, IEL-UNICAMP, 11:77-88, 2ª semestre, 1986.
- WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo, Abril Cultural, 1979 (Col. Os pensadores).